



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB  
INSTITUTO DE LETRAS – IL  
DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS E TRADUÇÃO – LET  
CURSO DE LETRAS TRADUÇÃO – INGLÊS**

**O PAPEL DA TRADUÇÃO NA PROTEÇÃO DOS DIREITOS LINGUÍSTICOS DE  
MIGRANTES DA COMUNIDADE LGBTQIA+ RESIDENTES NO BRASIL**

**ISABELA FERREIRA GESSER**

**Brasília, DF**

**2024**

**ISABELA FERREIRA GESSER**

**O PAPEL DA TRADUÇÃO NA PROTEÇÃO  
DOS DIREITOS LINGUÍSTICOS DA COMUNIDADE LGBTQIA+  
E NA DIVULGAÇÃO INTERNACIONAL DAS AÇÕES DA DPU**

Projeto final do curso de tradução apresentado ao Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Letras – Tradução Inglês.

Orientadora: Profa. Dra. Elisa Duarte Teixeira

BRASÍLIA, DF

2024

ISABELA FERREIRA GESSER

**O PAPEL DA TRADUÇÃO NA PROTEÇÃO  
DOS DIREITOS LINGUÍSTICOS DA COMUNIDADE LGBTQIA+  
E NA DIVULGAÇÃO INTERNACIONAL DAS AÇÕES DA DPU**

Brasília, 19 de agosto de 2024.

**Banca avaliadora:**

---

Profa. Dra. Elisa Duarte Teixeira  
Universidade de Brasília (UnB)  
Orientadora

---

Profa. Dra. Rachael Anneliese Radhay  
Universidade de Brasília (UnB)  
Avaliadora

---

Profa. Dra. Sabine Gorovitz  
Universidade de Brasília (UnB)  
Avaliadora

## AGRADECIMENTOS

Queria agradecer, primeiramente, às professoras Susana e Sabine que desde o meu retorno ao Brasil, me acolheram e me mostraram que o espaço de pesquisa pode ser vivenciado em horizontalidade e ainda ser um ambiente de construção do pensamento crítico de forma conjunta. A todos os colegas do grupo Mobilang, que sempre estiveram ao meu lado e com quem pude viver trocas e experiências incríveis. Aos meus colegas do CALEA/CATRA que por mais que muitos de nossos caminhos tenham se divergido, os guardarei com muito carinho.

À minha querida orientadora Elisa Teixeira, por todo o apoio desde o início da graduação até este encerramento final. A todos os professores e servidores, em especial do Instituto de Letras, que trabalham duro pela formação de seus alunos e pelo funcionamento da universidade.

À minha grandiosa amiga e parceira de anos, Gigi, por acompanhar cada dia da minha vida dentro da minha esfera mais íntima. Obrigada por ser minha maior torcedora, desde a roda de capoeira ao palco de apresentação, cada entrelinha deste trabalho tem um pouco de você.

Às minhas amigas Isabela, Cristina e Giovanna, meus pilares desde a escola. Sou muito grata de poder compartilhar do meu crescimento com vocês. À Didi e Clarice, que iluminam o mundo desde o dia em que nasceram e que transbordam amor, sorriso e alegria (eu sou a tia mais sortuda do universo, com toda certeza).

À Luísa, que de um sonho materializado ocupou um espaço simbólico no meu coração. *Merci, mademoiselle*, por compartilhar de tanto da vida comigo. À Mariana, por toda a segurança e amparo nessa rotina universitária, por vezes muito confusa.

À Safira e Bruna, pela amizade, pela união, por acompanharem muitas das minhas lutas pessoais e por suas contribuições em vários projetos da minha graduação. Aos meus amigos, que mesmo distantes sempre estiveram perto, Noelle, Luiz, Tiffany, Carol, Marcello, Camila e Gabriel.

À minha madrinha Paola, que me orienta, me guia e sempre me encoraja a ser eu mesma e a seguir meu próprio caminho.

À minha psicóloga Dayse, que mergulha comigo em oceanos, por vezes confusos e incertos, mas que me acompanha nas minhas transições, formas de existir e cada pétala do meu desabrochar.

À Sandrinha, que esteve presente na minha vida desde que me entendo por gente, e que sem dúvidas faz parte da minha família.

Aos meus mestres, Luiz Renato Vieira e Lúcia Kobayashi, por me incentivarem a traçar meu próprio propósito dentro da capoeira e do taekwondo, com disciplina, perseverança e,

sempre, alegria. À Tina e à Melinda, por todo o amor e carinho compartilhado em cada olhar de afeto, e por me ensinarem, tanto sobre amor quanto sobre amar, através do pequeno, que muitas vezes se torna grandioso.

À minha família, por todo o apoio que me deram e por sempre reforçarem a importância da educação na minha formação.

*Neste mar, se há algo a duvidar,  
é do seu próprio senso comum.*

*Nico Robin, One Piece  
(tradução minha)*

## RESUMO

No Brasil, a violência enfrentada pela população LGBTQIA+ é uma realidade desafiadora. Neste sentido, este projeto busca, através da tradução de uma cartilha de orientação jurídica originalmente elaborada pela Defensoria Pública da União (DPU), sistematizar ações e direcionar pessoas que se identificam como parte da comunidade LGBTQIA+ para a garantia e proteção de seus direitos. Este estudo enfoca a tradução não apenas como uma transposição linguística, mas como um ato de posicionamento político e discursivo que contribui para a visibilidade e proteção de pessoas em situação de vulnerabilidade social. Por meio da Linguística de Corpus, buscou-se analisar aspectos de convencionalidade linguística para o inglês, tanto para reforçar o direito à comunicação quanto para destacar internacionalmente o papel político que o Brasil vem desempenhando no combate às violências contra grupos vulnerabilizados. Além disso, ressaltamos a importância da intervenção crítica no trabalho de tradução, sobretudo ao tratar de contextos sensíveis. Assim, ao produzir esta tradução, se propôs elaborar um material linguisticamente acessível dentro das convenções da língua inglesa e, acima de tudo, inclusivo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Tradução de cartilha. Linguagem inclusiva. População LGBTQIA+. Direitos humanos. Linguística de Corpus.

## **ABSTRACT**

In Brazil, the violence experienced by the LGBTQIA+ population presents a significant challenge. This initiative focuses on structuring efforts and helping those in the LGBTQIA+ community to ensure their rights are upheld, by translating a legal guide originally made by the Public Defender's Office of the Union (DPU). This study views translation not just as a linguistic conversion but as a political and discursive act that enhances the visibility and protection of individuals in vulnerable social situations. Using Corpus Linguistics, we analyzed linguistic conventions for English to both reinforce the right to communication and highlight Brazil's international political role in combating violence against marginalized groups. Additionally, we emphasize the critical role of human intervention in the translation process, particularly when dealing with sensitive contexts. This translation aims to produce a text that is both linguistically accessible and inclusively crafted according to English language conventions.

**KEYWORDS:** Translation. LGBTQIA+ population. Human rights. Corpus Linguistic.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b> – Painel com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).....	21
<b>Figura 2</b> – Capa da <i>Cartilha em Tamul e Português</i> (Lisboa, 1554).....	29
<b>Figura 3</b> – Esquematização dos níveis de convencionalidade .....	32
<b>Figura 4</b> – Captura de tela do menu principal do <i>Coca Corpus</i> .....	38
<b>Figura 5</b> – Captura de tela da busca pelo <i>lemma</i> “queer*” .....	39
<b>Figura 6</b> – Captura de tela do uso do pronome <i>we</i> e termos em sequência .....	41
<b>Figura 7</b> – Aba de carregamento do <i>SubCorp_Cartilha</i> .....	42
<b>Figura 8</b> – Captura de tela do <i>SubCorp_Terminologia</i> , busca por ‘LGBT*’ e colocados em contexto.....	42
<b>Figura 9</b> – Captura de tela da interface do <i>Phrase</i> : desconfiguração entre imagem e texto	45
<b>Figura 10</b> – Captura de tela da interface do <i>Phrase</i> : painel principal .....	48
<b>Figura 11</b> – Captura de tela da aba principal do <i>Vocabulário Institucional Multilíngue da DPU</i> .....	49
<b>Figura 12</b> – Captura de tela do alinhamento terminológico institucional da DPU .....	50
em português e inglês .....	50
<b>Figura 13</b> – Captura de tela do uso do pronome <i>you</i> e respectivos verbos que acompanham .....	51
<b>Figura 14</b> – Captura de tela: busca por <i>should</i> e elementos que acompanham .....	58
<b>Figura 15</b> – Captura de tela: busca por <i>must</i> e elementos que acompanham.....	58
<b>Figura 16</b> – Captura de tela: busca por <i>may</i> e elementos que acompanham .....	59
<b>Figura 17</b> – Captura de tela do termo “travesti” e colocados em contexto.....	60
<b>Figura 18</b> – Captura de tela da comparação de uso entre “transvestite” e “travesti”e colocados .....	61
<b>Figura 19</b> – Captura de tela da busca <i>self</i> * e carregamento de frequência de uso.....	64
<b>Figura 20</b> – Captura de tela por <i>self-determination</i> e contexto de uso .....	65
<b>Figura 21</b> – Captura de tela por <i>self-identification</i> e contexto de uso .....	66
<b>Figura 22</b> – Lista de colocados para * LGBT* .....	70
<b>Figura 23</b> – Busca pelo termo <i>According</i> * .....	71
<b>Figura 24</b> – <i>According to the</i> em contexto.....	71

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Convenções discursivas: uso do pronome <i>you</i> .....	54
<b>Quadro 2</b> – Convenções discursivas: uso do pronome <i>we</i> .....	543
<b>Quadro 3</b> – Convenções discursivas: uso de <i>it is</i> * .....	554
<b>Quadro 4</b> – Convenções discursivas: uso do sufixo <i>-ing</i> em títulos .....	576
<b>Quadro 5</b> – Convenções discursivas: uso da voz passiva .....	598
<b>Quadro 6</b> – Terminologia: expressões institucionais da DPU .....	60
<b>Quadro 7</b> – Terminologia: uso do termo <i>transvestite</i> .....	61
<b>Quadro 8</b> – Terminologia: uso do termo <i>same-sex, queer</i> e <i>gender-diverse</i> .....	62
<b>Quadro 9</b> – Terminologia: uso do termo <i>self-determination</i> e <i>self-identification</i> .....	65
<b>Quadro 10</b> – Terminologia: uso do termo <i>stable union</i> .....	67
<b>Quadro 11</b> – Terminologia: usos dos termos <i>criminal</i> e <i>penal</i> .....	67
<b>Quadro 12</b> – Lexicologia: tradução do conceito de <i>acompanhamento contínuo</i> no contexto sanitário .....	68
<b>Quadro 13</b> – Fraseologia: tradução de endereços e locais .....	68
<b>Quadro 14</b> – Fraseologia: uso e omissão de artigos, preposições e conceitos na oração .....	72
<b>Quadro 15</b> – Fraseologia: elementos textuais institucionalizados .....	75
<b>Quadro 16</b> – Fraseologia: elementos textuais não traduzidos.....	74

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – Tipos e gêneros textuais segundo Marcuschi.....	27
<b>Tabela 2</b> – Característica essenciais dos <i>subcorpora</i> segundo Tagnin.....	44
<b>Tabela 3</b> – Busca por <i>it is</i> *.....	55
<b>Tabela 4</b> – Levantamento de ocorrências de verbos modais.....	57
<b>Tabela 5</b> – Busca por colocados de <i>self-determination</i> e <i>self-identification</i> .....	65

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>1.1 Políticas para a comunidade LGBTQIA+ no primeiro governo Lula</b> .....	15
<b>1.2 Impactos dos governos Dilma e Temer na causa LGBTQIA+</b> .....	16
<b>1.3 A agenda autoritária do governo de Jair Bolsonaro</b> .....	17
<b>1.4 O papel da Defensoria Pública da União na promoção de direitos humanos</b> .....	19
<b>1.5 A importância da Coordenação de Tradução da DPU na garantia de direitos humanos</b> .....	20
<b>1.6 Paradigmas acerca do direito linguístico</b> .....	22
<b>1.7 A tradução como ferramenta de discurso político</b> .....	23
<b>2. TRADUÇÃO ESPECIALIZADA DE CARTILHAS</b> .....	27
<b>2.1 Gênero e tipo textual na tradução</b> .....	27
<b>2.2 Cartilhas: abordagem integrada entre linguagem, estruturação e tradução</b> .....	29
<b>2.3 Convenções sociodiscursivas no português e inglês</b> .....	32
<b>2.4 A Linguística de Corpus aplicada à tradução</b> .....	36
<b>2.4.1 Uma breve introdução à Linguística de Corpus</b> .....	36
<b>2.4.2 Os diferentes tipos de corpus para a tradução e suas características</b> .....	37
<b>2.4.3 Considerações sobre os corpora especializados</b> .....	39
<b>2.5 A Linguística de Corpus como metodologia na tradução para segunda língua</b> ...	40
<b>2.5.1 O AntConc para análise de corpus e suas funcionalidades</b> .....	40
<b>3. METODOLOGIA E APLICAÇÃO NA TRADUÇÃO</b> .....	43
<b>3.1 Caracterização e preparação do texto de partida</b> .....	43
<b>3.2 O Phrase como ferramenta de auxílio à tradução</b> .....	46
<b>3.3 Materiais de consulta</b> .....	49
<b>3.3.1 O Vocabulário Institucional Multilíngue da DPU</b> .....	49
<b>3.3.2 Plataformas e dicionários de terminologia especializada</b> .....	50
<b>4. RELATÓRIO DE TRADUÇÃO E RESULTADOS DE PESQUISA</b> .....	50
<b>4.1 Problemas, soluções e estratégias tradutórias</b> .....	52

<i>4.1.1 Convenções discursivas da língua de chegada</i> .....	52
<i>4.1.2 Questões de terminologia especializada</i> .....	60
<i>4.1.3 Questões referentes à lexicologia na cultura de chegada</i> .....	68
<i>4.1.4 O corpus na revisão em seus aspectos fraseológicos</i> .....	69
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	76
<b>ANEXO 1</b> .....	82

## INTRODUÇÃO

A violência, no contexto brasileiro, se revela um fenômeno de grande complexidade e amplitude, especialmente visível se considerarmos os grupos que frequentemente enfrentam situações de maior vulnerabilidade. Mulheres, pessoas racializadas, indígenas, pessoas em situação de refúgio e aqueles que se autoidentificam como parte da comunidade LGBTQIA+ destacam-se como grupos bastante afetados por essa realidade, enfrentando não apenas violência física, mas também uma marginalização cotidiana em diversas esferas, incluindo os âmbitos familiar, educacional, profissional e comunitário.

Historicamente, o acrônimo LGTBQIA+ tem origem nos anos 2000, quando ainda se usava a sigla GLS, para denominar gays, lésbicas e simpatizantes da diversidade. Atualmente, com a reivindicação dos movimentos sociais acerca das diferentes formas de expressão identitária (REIS, 2018), vemos o uso da sigla nas suas mais variadas formas, desde a mais reduzida, LGBT, para designar lésbicas, gays, bissexuais e transexuais, a formas mais extensas, como LGBTQIAPN+, que engloba também pessoas *queer*, intersexuais, assexuais e pansexuais. A fim de estabelecer uma padronização, optamos por aderir à sigla LGBTQIA+, tal como foi usada na cartilha objeto da tradução deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), que contempla pessoas que se identificam como Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexuais, Pansexuais; o sinal “+” engloba outras identidades (REIS, 2018).

Esta cartilha, produzida pela Defensoria Pública da União (DPU), intitula-se **Direitos da População LGBTQIA+: Cartilha de Orientação Jurídica**, busca atender as necessidades de dois grupos principais, sendo estes pessoas que não tem o português como língua primeira, em especial migrantes que se autoidentificam como parte da comunidade LGBTQIA+, e representantes internacionais que tenham o inglês como primeira ou segunda língua de aquisição, cuja missão é atuar na proteção dos direitos humanos. A finalidade principal do documento é sistematizar e orientar as pessoas sobre os direitos e deveres de quem se autodeclara parte dessa comunidade, por meio de uma linguagem inclusiva e acessível. Ainda, este documento serve para auxiliar servidores públicos acerca das políticas destinadas à essa parte da população. Além disso, o documento esclarece a quem recorrer em diversas situações, como em casos de direito sucessório, adoção, ou quando a pessoa sofre algum tipo de preconceito.

Com relação à motivação para este projeto, no segundo semestre de 2023, tive a oportunidade de estagiar na CTRAD/DPU como parte da disciplina de estágio supervisionado do curso de Letras – Tradução Inglês. Na época, elaborei a tradução de duas cartilhas junto à

equipe de supervisão da Defensoria. Apesar de já compreender que a tradução é mais do que transpor palavras de uma língua a outra, o trabalho com as cartilhas reforçou ainda mais, para mim, a importância da divulgação de ações que corroboram para a proteção e garantia dos direitos humanos. Ainda é relevante apresentar internacionalmente as medidas que o Brasil vem tomando no combate ao crime de LGBTfobia, dada sua presença no cenário geopolítico. Assim, partimos do pressuposto de que o direito humano de se comunicar converge com políticas de acessibilidade, dentre as quais a elaboração de documentos informativos como um instrumento facilitador para o acesso e garantia dos direitos previstos na Constituição Federal de 1988.

Neste sentido, a tradução para a segunda língua tem suas particularidades e desafios, sobretudo no que diz respeito às convenções sociais e linguísticas da cultura a qual esta é destinada. Além disso, para textos injuntivos e informativos, como é o caso da cartilha, outro desafio é a busca pelo tom de formalidade ou coloquialidade que o enunciador deve estabelecer com seu interlocutor, visto que, para línguas e culturas diferentes, as normas e condutas acerca do que é considerado formal ou informal também divergem.

O grau de assertividade, a clareza da mensagem e o discurso casual no diálogo entre enunciador e interlocutor são três grandes pilares que, constantemente, consideramos na hora das tomadas de decisão durante o processo tradutório. A partir dos estudos de Marcuschi (2003) e Sager (1997), consolidamos o aporte teórico deste trabalho sobre gêneros e tipos textuais, bem como os fenômenos presentes no conteúdo discursivo de forma ampla e o público-alvo que buscamos atingir.

Nesta linha, Mozdzenski (2006) aprofunda a análise acerca desses fenômenos, focando especificamente no gênero cartilha, sobretudo de orientação jurídica. O autor também trabalha os principais conceitos acerca das convenções discursivas existentes na redação de cartilhas jurídicas em língua portuguesa e as intenções por trás do enunciador ao construir um diálogo com seu interlocutor, buscando, sobretudo, informar, instruir e orientar acerca de seus direitos e deveres enquanto cidadão (MOZDZENSKI, 2008).

Neste sentido, através de Kussmaul (1997), observamos como os textos instrucionais e informativos são elaborados e redigidos em língua inglesa com base nas convenções sociodiscursivas, sobretudo em aspectos fraseológicos de como a mensagem é construída para o interlocutor. Com base nos estudos de corpora (KUSSMAUL, 1995 *apud* KUSSMAUL, 1997), o autor elaborou um levantamento acerca das principais expressões recorrentes em textos injuntivos e informativos, o que serviu de base para a realização de buscas em nossa pesquisa.

Nesta linha, à luz dos estudos de Baker (1997), Olohan (2004), Caseli (2007) e Tagnin (2015), apresentamos os aspectos fundamentais da Linguística de Corpus e como o uso de

corpus pode ser uma metodologia eficaz, sobretudo na tradução para a segunda língua. Conceituamos os diferentes tipos de corpora e suas funcionalidades e características, além das principais ferramentas utilizadas para análise na busca de termos convencionais e de uso autêntico na língua de chegada.

Por fim, com base nessa fundamentação e nos critérios estabelecidos por Tagnin (2015), elaboramos dois corpora próprios: um para análises terminológicas referentes às diferentes identidades e expressões de gênero e outro para analisar convenções sociodiscursivas, especificamente em cartilhas. Assim, iniciamos nosso estudo contextualizando o leitor sobre como a LGBTfobia se manifesta no Brasil e quais são as principais batalhas travadas pela comunidade em busca da garantia e proteção de seus direitos ao longo dos anos, bem como as conquistas obtidas por meio da criação, estruturação e aplicação de políticas públicas.

Traçamos um panorama histórico das mudanças de governo e das encruzilhadas enfrentadas na busca pela implementação dessas políticas. Em seguida, destacamos o papel da Defensoria Pública da União (DPU) na proteção dos direitos humanos e suas funções estabelecidas por lei no combate à discriminação de pessoas em situação de vulnerabilidade social e, neste contexto, à discriminação daqueles que se consideram parte da comunidade LGBTQIA+.

Assim, pensando na tradução como um instrumento de posicionamento político, Gorovitz e Sá (2022) reforçam a importância do direito linguístico como uma expressão do direito humano de se comunicar e ser entendido, bem como os desafios contemporâneos enfrentados no Brasil com relação a essa garantia. Adiante, nos debruçaremos sobre os estudos de gêneros textuais e as principais funções da cartilha, não apenas como material informativo, mas também injuntivo do ponto de vista discursivo. Abordaremos as principais estratégias usadas pelo enunciador para se conectar com o leitor e como determinadas formas de expressão são caracterizadas em língua portuguesa.

Ainda, introduziremos a Linguística de Corpus e a forma como os corpus podem ser usados como recurso de análise e pesquisa para fins tradutórios. Em seguida, abordaremos as principais ferramentas que serviram de auxílio para essa tradução, bem como outros materiais de consulta, resultados, estratégias, soluções e a revisão final do material. Neste sentido, destacamos que a elaboração do relatório se subdivide em três grandes eixos: 1) preparação; 2) tradução; e 3) revisão.

Nosso objetivo é mostrar como o uso de corpus pode ser um recurso bastante eficaz, especialmente na tradução para uma segunda língua. Por meio de comparações com a tradução automática e embasamentos em diferentes materiais de consulta, a meta desta tradução é tornar



o material acessível socialmente, inclusive linguisticamente e eficaz do ponto de vista político e institucional.

## 1. O IMPACTO DA LGBTFOBIA NA REALIDADE BRASILEIRA

Embora a homofobia seja criminalizada no país<sup>1</sup>, dados do Observatório de Mortes e Violências LGBTI+ no Brasil mostram que, entre janeiro e dezembro de 2022, 273 pessoas pertencentes à comunidade foram assassinadas, sendo que 58% eram mulheres trans ou travestis<sup>2</sup>. Além disso, de acordo com o dossiê elaborado conjuntamente pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) e a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT), em 2021, 316 pessoas LGBTI+ foram mortas no Brasil, sendo 285 assassinatos, 26 suicídios e 5 mortes por outras causas<sup>3</sup>.

É importante ressaltar que esses dados são provenientes de organizações da sociedade civil, uma vez que o Brasil, no âmbito governamental, não coleta essas informações de forma sistemática. Essa ausência expõe não só a falta de comprometimento e de responsabilização no âmbito federal com os direitos desse grupo da população, como limita metodologicamente a forma como grupos, instituições e organizações da sociedade civil conseguem obter dados mais concretos que sejam condizentes com a realidade brasileira. Até o presente momento, dados referentes a pessoas que se autodeclaram como parte da comunidade LGBTQIA+ no país são limitados. O primeiro levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre homossexuais e bissexuais no Brasil ocorreu apenas em 2019<sup>4</sup>. Já com relação à autodeclaração de pessoas transsexuais, intersexuais, não-binárias, transgênero e afins, não foram encontradas estatísticas oficiais sobre a parcela que representam em nossa sociedade.

Diante dessa conjuntura, fica evidente a urgência do combate à LGBTfobia no Brasil, demandando a implementação de políticas eficazes voltadas à garantia da segurança e do bem-estar dessas cidadãs e cidadãos, sem que haja distinção em razão de sua orientação sexual, identidade de gênero, raça, etnia ou idade. Um levantamento cronológico das medidas governamentais que vêm sendo tomadas para combater e mudar essa realidade mostra que a população trans nem sempre foi atendida em seus direitos, mesmo quando houve avanços com relação à população LGBTQIA+ em geral.

---

<sup>1</sup> Disponível em:

[https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=512663&ori=1#:~:text=STF equipara ofensas contra pessoas,sobre a criminalização da homotransfobia.](https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=512663&ori=1#:~:text=STF+equipara+ofensas+contra+pe%C3%A7as,+sobre+a+criminaliza%C3%A7%C3%A3o+da+homotransfobia.) Acesso em: 1 de junho de 2024

<sup>2</sup> Disponível em: <https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/dossie/deaths-lgbt-2022/>. Acesso em: 1 de junho de 2024

<sup>3</sup> Disponível em: <https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/wp-content/uploads/2022/05/Dossie-de-Mortes-e-Violencias-Contra-LGBTI-no-Brasil-2021-ACONTECE-ANTRA-ABGLT-1.pdf>. Acesso em: 23 de junho de 2024.

<sup>4</sup> Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/33785-em-pesquisa-inedita-do-ibge-2-9-milhoes-de-adultos-se-declararam-homossexuais-ou-bissexuais-em-2019>. Acesso em 23 de junho de 2024.

Somente em 17 de maio de 1990, a Organização Mundial da Saúde (OMS) retirou a homossexualidade da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID), enquanto a transexualidade deixou essa categoria apenas em 2018. Além da promoção da diversidade, representatividade e inclusão dessas populações, tal medida foi importante para garantir maior equidade no acesso aos serviços públicos de saúde, reduzir o estigma e a discriminação e assegurar direitos, fortalecendo as lutas dessas comunidades por igualdade, justiça e dignidade em todo o mundo. A seguir, fazemos um levantamento das medidas realizadas pelos governos desde a alteração no CID até a contemporaneidade.

### **1.1 Políticas para a comunidade LGBTQIA+ no primeiro governo Lula**

A reivindicação por espaços de participação da sociedade na gestão do Estado já era uma realidade demandada pelos movimentos sociais e outros atores da sociedade civil durante o período ditatorial no Brasil (MORONI, 2005). O autor destaca ainda que, como resultado direto dessas mobilizações, a Constituição de 1988 prevê a participação popular na formulação de políticas públicas (conforme consta nos artigos 198, inciso III, e 204, inciso II) e estabelece mecanismos de democracia direta, como plebiscitos, referendos e projetos de lei de iniciativa popular (Artigo 14).

Apesar de a gestão do PT não ter sido pioneira no que diz respeito à participação social na política, é possível afirmar que houve uma ampliação da participação popular de movimentos e ativistas no seu governo. O Programa Nacional de Direitos Humanos 2 (PNDH 2)<sup>5</sup>, elaborado em 2002, no governo de Fernando Henrique Cardoso, trouxe um total de 15 ações que contemplavam a “orientação sexual” como dimensão de garantia do “direito à liberdade de opinião e expressão”, bem como a “garantia do direito à igualdade” de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transsexuais. Mello et al. (2012) apontam que, apesar de o Brasil, desde o final da década de 1980, ter se mobilizado para ações de combate ao vírus do HIV/AIDS, foi apenas no início dos anos 2000 que houve a implementação a nível nacional do *Plano de Enfrentamento da Epidemia de Aids e das DST entre a População de Gays, HSH e Travestis* e o *Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da Epidemia de Aids e outras DST*<sup>6</sup>.

Durante o primeiro governo Lula, houve uma ampliação dos canais de interlocução entre o Estado e a sociedade civil, resultando em diversas políticas públicas e medidas administrativas voltadas para a população LGBTQIA+. Segundo Perez e Gomes da Costa Santos (2023), a gestão buscou implementar um projeto político participativo, ainda que com limitações no que

---

<sup>5</sup> Disponível em: [https://www.dhnet.org.br/dados/pp/edh/pndh\\_2\\_integral.pdf](https://www.dhnet.org.br/dados/pp/edh/pndh_2_integral.pdf). Acesso em: 24 de junho de 2024.

<sup>6</sup> Vale ressaltar que esse plano também contempla mulheres lésbicas, bissexuais e transsexuais.

concerne a essa comunidade. Nesse contexto, foram realizadas iniciativas como a 1ª, 2ª e 3ª Conferências Nacionais LGBT, que colocaram em pauta as demandas e prioridades referentes aos direitos de pessoas LGBTQIA+ como “questão de governo”, visando atrair mais atenção do Estado a essa parcela da população (Gomes da Costa, Perez, Szwako, 2017).

Além disso, a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao Poder Executivo Federal resultou na maior participação política de militantes de movimentos sociais dentro da burocracia federal e contribuindo para a formulação de políticas públicas mais sintonizadas com as demandas desses movimentos. Mello *et al.* (2012) destacam que o programa “Brasil sem Homofobia” (BSH), lançado em 2004, representa um marco significativo na promoção dos direitos sexuais no Brasil, especialmente por ter sido o primeiro plano de política pública direcionado à comunidade a nível nacional, resultado da aproximação de ativistas e organizações LGBTQIA+ com o poder público.

Ao reconhecer a orientação sexual e a identidade de gênero como questões fundamentais dos direitos humanos, o programa direcionou recursos públicos para diversas iniciativas voltadas à pesquisa sobre a população LGBTQIA+ e à criação de órgãos de defesa e promoção dos direitos humanos dessa população. Entretanto, as iniciativas implementadas durante o governo Lula sofreram com a fraca institucionalização, evidenciada pela ausência de marcos legais específicos e de dotações orçamentárias regulares para sua implementação (Mello *et al.*, 2012).

## **1.2 Impactos dos governos Dilma e Temer na causa LGBTQIA+**

Durante o mandato de Dilma Rousseff, houve mudanças significativas no direcionamento das políticas públicas voltadas para a população LGBTQIA+, em comparação com o governo de Lula. Perez e Gomes da Costa Santos (2023) apontam que a eleição da ex-presidenta resultou em alterações na Secretaria de Direitos Humanos (SEDH), com a nomeação de novos ocupantes para cargos importantes na burocracia federal, como a deputada federal Maria do Rosário e o ativista filiado ao PT, Gustavo Bernardes, que assumiu a coordenadoria LGBTQIA+.

Nesse período, após pressão da bancada evangélica, o governo federal suspendeu a distribuição do “Escola Sem Homofobia”, material elaborado pelo Ministério da Educação (MEC) para capacitar professores do ensino médio em escolas públicas a abordarem as temáticas de gênero e sexualidade em sala de aula<sup>7</sup>. Perez e Gomes da Costa Santos (2023)

---

<sup>7</sup> Disponível em: BRASIL, câmara dos deputados. Pressão de bancadas faz governo cancelar kit sobre homossexualidade. Publicação:25/05/2011. Acesso: 13/07/2024. Disponível: <https://www.camara.br>

destacam ainda que a ex-presidenta Dilma Rousseff afirmou que seu governo não endossaria a “propaganda de opção sexual”, uma declaração fortemente criticada por membros da comunidade.

Em 2015, em meio à crise política do governo Dilma, que posteriormente culminaria em seu *impeachment*, houve uma reforma ministerial que reduziu o número de ministérios de 39 para 31. Essa reforma resultou na fusão da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SPM). Essa junção deu origem ao Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos (MMIRDH)<sup>8</sup>. Tal movimento teve como consequência a mudança na priorização da agenda de direitos LGBTQIA+ no âmbito federal.

Com a destituição de Dilma Rousseff, em 2016, seu vice Michel Temer assumiu a presidência, marcando uma transição política que implicou alterações na gestão ministerial e nas políticas públicas associadas aos direitos humanos. Para Perez e Gomes da Costa Santos (2023), além de viabilizar um projeto político mais conservador, pautado pela “agenda dos costumes”, o governo Temer pode ser considerado um período de transição que culminou na diminuição dos direitos trabalhistas, repressão de ativistas e militantes e nomeação de secretários e ministros alinhados ao projeto autoritário, servindo de alavanca para a eleição de Jair Bolsonaro em 2018.

### **1.3 A agenda autoritária do governo de Jair Bolsonaro**

A adesão e continuidade ao projeto autoritário se mostraram explícitas ainda no primeiro ano de governo de Jair Bolsonaro. Durante seu mandato, houve a extinção de recursos direcionados especificamente à população LGBTQIA+, além da dissolução de quase todos os conselhos de direitos e participação social, como, por exemplo, o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT), através do Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019<sup>9</sup>.

O debate acerca dos direitos humanos ganhou novos contornos em função da implementação de iniciativas contrárias à população LGBTQIA+, como a orientação ao Ministério das Relações Exteriores para defender o binarismo de gênero nas instituições

---

leg.br/noticias/215309-pressao-de-bancadas-faz-governo-cancelar-kit-sobrehomossexualidade/. Acesso em 21 de junho de 2024.

<sup>8</sup> Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/472487-governo-envia-medida-provisoria-da-reforma-administrativa-ao-congresso/>. Acesso em 24 de junho de 2024.

<sup>9</sup> Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/decreto/d9759.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d9759.htm). Acesso em: 24 de junho de 2024.

internacionais, a elaboração de um projeto de lei para proibir a chamada “ideologia de gênero” nas escolas e a extinção da Diretoria de Promoção de Direitos LGBT. A retórica anti-gênero e a agenda anti-LGBTQIA+ foram centrais na articulação da frente de apoio à candidatura de Bolsonaro, resultando em políticas e ações que negaram a existência dessa população como sujeitos políticos e reforçaram uma visão mais autoritária e conservadora em relação a esse grupo.

O histórico das políticas públicas voltadas para a população LGBTQIA+ no Brasil reflete um cenário de avanços e retrocessos significativos. Enquanto nos mandatos dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), de Luiz Inácio Lula da Silva (2003–2010) e Dilma Rousseff (2011–2016), foram implementadas iniciativas e políticas participativas que reconheceram a importância dos direitos LGBTQIA+, apesar dos percalços e da falta de apoio político por parte do Congresso, a chegada ao poder de Michel Temer e, posteriormente, de Jair Bolsonaro, marcou a deterioração das políticas públicas voltadas para essa comunidade, por meio de cortes orçamentários, repressão de manifestantes, violação dos direitos humanos, propagação de pânico moral e disseminação de *fake news*.

Esse cenário de retrocesso ressalta a urgência da mobilização civil e da participação das instituições públicas no fomento de políticas de proteção social, conscientização e participação nas mais diversas esferas, para atender às necessidades e demandas não só da comunidade LGBTQIA+, mas também das demais populações em situação de vulnerabilidade social.

Assim, o material alvo da tradução para a língua inglesa elaborada para este trabalho, intitulado **Direitos da População LGBTQIA+: Cartilha de Orientação Jurídica**, como já mencionamos, visa, primeiramente, atender às necessidades de pessoas residentes no Brasil que tenham pouca ou nenhuma proficiência em português, para que possam se informar sobre seus direitos e deveres enquanto cidadãos protegidos pela legislação brasileira. Além disso, a tradução dessa cartilha contribui para a missão da Defensoria Pública da União (DPU) de assegurar não apenas a garantia dos direitos humanos e linguísticos dessa parcela da população, mas também de apresentar internacionalmente o papel que o governo brasileiro vem desempenhando nessa arena e as alternativas que tem desenvolvido.

#### 1.4 O papel da Defensoria Pública da União na promoção de direitos humanos

A Defensoria Pública da União (DPU) foi criada em 1995<sup>10</sup>, juntamente com a rede de defensorias públicas estaduais para assegurar a justiça social, a promoção dos direitos humanos, a segurança dos direitos individuais e a orientação jurídica, tanto judicial quanto extrajudicial, conforme previsto na Constituição Federal de 1988 (CF). A atuação da DPU se sustenta sobre três importantes pilares dos princípios constitucionais fundamentais: 1) Unidade; 2) Indivisibilidade; e 3) Independência Funcional<sup>11</sup>. Além disso, a instituição atua tanto no campo nacional quanto internacional, visando assegurar assistência jurídica gratuita àqueles que dela necessitam, consolidando, assim, um sistema de acesso à justiça mais inclusivo e democrático (GOROVITZ; SÁ, 2022).

Nesse sentido, a DPU tem intensificado parcerias com instituições de outros países por meio da Assessoria Internacional (AINT), com o objetivo de propor um modelo brasileiro para a proteção dos direitos das populações em situação de vulnerabilidade social<sup>12</sup>. Atualmente, para organizar projetos, elaborar acordos internacionais e garantir direitos linguísticos tanto para brasileiros no exterior quanto para migrantes no Brasil, a AINT está estruturada em quatro frentes, a saber: 1) Coordenação de Cooperação e Relações Internacionais (CCRI); 2) Coordenação de Assistência Jurídica Internacional (CAJI); 3) Coordenação de Apoio à Atuação no Sistema Interamericano de Direitos Humanos (CSDH); e 4) Coordenação de Tradução (CTRAD)<sup>13</sup>.

No contexto dessas parcerias internacionais, a comunicação clara e acessível é essencial. As barreiras linguísticas enfrentadas por grande parte da população assistida, que muitas vezes não dispõe de recursos financeiros para a remuneração de serviços de tradução, podem impedir o prosseguimento de ações judiciais e extrajudiciais, mediações e resolução de conflitos. O direito linguístico também constitui um direito humano, e a forma como a DPU vem contribuindo para a promoção de iniciativas que garantam e protejam esse direito é o que abordaremos a seguir.

---

<sup>10</sup> Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9020.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%209.020%2C%20DE%2030%20DE%20MAR%20DE%201995.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20implanta%C3%A7%C3%A3o%20em%20Uni%C3%A3o%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9020.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%209.020%2C%20DE%2030%20DE%20MAR%20DE%201995.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20implanta%C3%A7%C3%A3o%20em%20Uni%C3%A3o%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias). Acesso em: 23 de junho de 2024.

<sup>11</sup> Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp80.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp80.htm). Acesso em: 05 de setembro de 2024.

<sup>12</sup> Disponível em: <https://direitoshumanos.dpu.def.br/cooperacao-internacional-para-os-direitos-humanos/>. Acesso em: 24 de junho de 2024.

<sup>13</sup> Fundado originalmente como Núcleo de Tradução (NuTrad), em 2019, tornando-se Coordenação de Tradução (CTRAD), em 2022.

## **1.5 A importância da Coordenação de Tradução da DPU na garantia de direitos humanos**

A criação da Coordenação de Tradução (CTRAD) representa um marco na garantia dos direitos linguísticos para populações com pouca ou nenhuma proficiência em língua portuguesa, oferecendo serviços de tradução e interpretação no âmbito da Assessoria Internacional da DPU, sem distinção de cor, sexualidade, nacionalidade ou etnia. Além disso, a constituição de parcerias internacionais e a construção de uma estrutura robusta de serviços de assessoramento linguístico reforçam o comprometimento da DPU com o cumprimento da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, um plano de ação global proposto pela cúpula da Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015<sup>14</sup>.

O objetivo é que, nos próximos 15 anos, instituições que vão desde microempresas a órgãos públicos promovam e implementem medidas eficazes para o cumprimento do plano de ação elaborado pela cúpula e acatado pelos Estados-membros<sup>15</sup>. Trata-se de uma diretriz para que governos, sociedades, empresas e universidades desenvolvam ações que atendam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e cumpram as metas estabelecidas, a fim de construir um mundo mais justo, sustentável e igualitário.

Abaixo, podemos observar as 17 ODSs criadas pela ONU:

---

<sup>14</sup> Disponível em: <https://shiny-server.dpu.def.br/ods.html/>. Acesso em: 25 de junho de 2024.

<sup>15</sup> Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em 25 de junho de 2024.



Figura 1: Painel com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)



Fonte: GT Agenda 2030

Neste sentido, a DPU, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), estabeleceu, em dezembro de 2021, uma colaboração que vem se consolidando através de importantes ações em três eixos de atuação<sup>16</sup>: 1) Estratégia para Aplicação de Mecanismos de Organização e Representação do Conhecimento Jurídico e Ciência de Dados (ORCO) na DPU, cujo foco é desenvolver métodos que contribuam para a organização e o uso de informações jurídicas e científicas; 2) Laboratório de Inovação, que formula, implanta e avalia propostas alinhadas à Agenda 2030 por meio de pesquisas científicas; e 3) Plano de Fortalecimento de Capacidades Institucionais da DPU, que busca dar atenção a populações em situação de vulnerabilidade social, ampliando e melhorando a ação da DPU no atendimento e assessoramento desses casos.

Assim, a equipe da CTRAD, composta por universitários em formação na área de tradução e servidores requisitados<sup>17</sup>, vem buscando, através do assessoramento linguístico e da tradução especializada de materiais, apresentar e promover o comprometimento da DPU com o cumprimento da Agenda 2030. Ao referenciar a “língua”, ressalta-se a importância de que, para garantir que os direitos de qualquer indivíduo sejam assegurados, é necessário que sua língua materna possa ser expressa, para que sua dignidade e cidadania sejam integralmente preservadas (HAMEL, 1995 *apud* GOROVITZ e SÁ, 2022).

<sup>16</sup> Disponível em: <https://direitoshumanos.dpu.def.br/dpu-e-pnud-lancam-painel-sobre-atuacao-em-direitos-humanos/>. Acesso em: 23 de setembro de 2024.

<sup>17</sup> Disponível em: <https://direitoshumanos.dpu.def.br/nucleo-de-traducao-nutrad/>. Acesso em: 2 de julho de 2024

A parceria entre a DPU e o PNUD desempenhou um papel fundamental na elaboração do documento **Direitos da População LGBTQIA+: Cartilha de Orientação Jurídica**. Esta colaboração não apenas fortalece a parceria institucional, mas também contribui significativamente para a disseminação de informações sobre os direitos da comunidade LGBTQIA+ em diversas situações do âmbito civil, como união estável, aposentadoria, licença-maternidade e o uso do banheiro conforme a identidade de gênero.

Dessa forma, a DPU, como instituição, contribui para a proteção dos direitos fundamentais da população LGBTQIA+, influenciando políticas públicas, jurisprudência e legislação para garantir igualdade de direitos e não discriminação. A DPU fortalece a voz e a capacidade de reivindicação dessas pessoas perante a sociedade e as instituições, promovendo uma sociedade mais inclusiva e igualitária, tanto judicial quanto extrajudicialmente, e alinhando-se com as propostas estabelecidas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

### **1.6 Paradigmas acerca do direito linguístico**

Reconhecer os direitos linguísticos como direitos humanos é fundamental para a implementação de ações que garantam o acesso de minorias linguísticas a serviços essenciais, como assistência social, jurídica e sanitária (GOROVITZ; SÁ, 2022, p. 684). A prestação de serviços públicos deve atender às necessidades gerais da população, e o direito de se comunicar é um fator imprescindível. A tradução, conforme apontado por Gorovitz e Sá (2022), não é apenas um processo que exige mediação através da interpretação, adaptação, explicação ou explicitação, mas também uma intervenção, visto que o tradutor, como lembra Baker (1997), transita por contextos linguísticos e culturais variados.

Do ponto de vista geopolítico e internacional, apesar dos apontamentos feitos pelo secretário-geral da ONU em 1995 sobre a tendência do inglês como língua dominante, Phillipson e Skutnabb-Kangas (1996, p. 1) denunciam a concessão de direitos linguísticos nas atividades internacionais apenas às seis línguas oficiais da ONU (árabe, chinês, inglês, francês, russo e espanhol), conforme exigido na 50ª Sessão Anual da Assembleia Geral. Os autores apontam ainda que a imposição de uma língua dominante não se restringe ao inglês, podendo historicamente ser vista também no domínio francês, espanhol e português, tanto em suas antigas colônias quanto em seus próprios territórios (PHILLIPSON; SKUTNABB-KANGAS, 1996, p. 3). Portanto, é essencial implementar políticas linguísticas que combatam o imperialismo linguístico e estabeleçam soluções éticas para assegurar os direitos humanos

(PHILLIPSON, 2008).

No Brasil, o Projeto de Lei nº 5182<sup>18</sup>, elaborada pela professora Sabine Gorovitz em parceria com o grupo Mobilang<sup>19</sup> da Universidade de Brasília (UnB), e atualmente em tramitação no Senado Federal, propõe a obrigatoriedade de tradutores e intérpretes em instituições públicas, especialmente em serviços essenciais e de garantia dos Direitos Humanos, como a DPU. Haja vista que, historicamente, o Brasil reprime sua diversidade linguística desde a chegada dos portugueses no território ao desconsiderar as línguas indígenas como organismos vivos e que resistem à ideia do país enquanto nação monolíngue (GOROVITZ e SÁ; p. 680; 2022). O direito de se expressar na língua primeira “constitui um direito do indivíduo não sem razão, por possibilitar que o falante utilize todos os recursos disponíveis em seu repertório para efetivar sua autonomia linguística e sua participação social” (GOROVITZ e SÁ, 2022, p. 684).

Nesse sentido, é importante ressaltar o papel do grupo de pesquisa Mobilang e as demais células em outras universidades federais do país, que cada vez mais cria iniciativas de assistência linguística, tanto de trabalho social e de campo quanto de pesquisa científica. Os trabalhos realizados pelo grupo no que diz respeito à assistência linguística coleta de dados e ações sociais de integração sociolinguística têm sido fundamentais na luta pelos direitos humanos e linguísticos de pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Ao integrar esforços sociais e acadêmicos, tais ações criam uma base sólida para a promoção dos direitos humanos e linguísticos, que é essencial para fortalecer a defesa dos direitos da população LGBTQIA+ e garantir que suas vozes sejam ouvidas, tanto no âmbito nacional quanto no internacional. No âmbito diplomático e político, especialmente na internacionalização da atuação da DPU, a tradução da cartilha mencionada contribui para o diálogo com organizações internacionais, governos estrangeiros e agências de direitos humanos.

Assim, a responsabilidade do Estado é fundamental, tanto no âmbito interno quanto no geopolítico, de fazer valer o direito humano de se expressar em primeira língua e alinhando-se com a missão da DPU no cumprimento da Agenda 2030.

### **1.7 A tradução como ferramenta de discurso político**

Conforme mencionado anteriormente, parte da equipe que atua na Coordenação de Tradução (CTRAD) é composta por universitários, frequentemente estagiários, cursando

---

<sup>18</sup> Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/145443>. Acesso em: 2 de junho de 2024.

<sup>19</sup> Disponível em: [dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/6207732775937153](http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/6207732775937153). Acesso em 31 de agosto de 2024.

tradução. Em 2021, a CTRAD consolidou sua parceria interinstitucional com a Universidade de Brasília (UnB), alinhando-se aos eixos do Laboratório de Inovação e do Plano de Fortalecimento de Capacidades Institucionais da DPU.<sup>20</sup> Isso permitiu que estudantes de graduação realizassem estágios supervisionados no órgão.<sup>21</sup>

É comum que os estagiários de tradução, nas línguas inglês, espanhol e francês, recebam cartilhas de orientação jurídica para seus trabalhos. Esse contato faz com que os estudantes tomem conhecimento de determinados padrões de redação e de vocabulário institucional. No caso do inglês, as cartilhas são catalogadas como *Guidance Booklet on* e a temática do material, como direitos da população LGBTQIA+, solicitação de vistos no exterior<sup>22</sup> ou proteção de crianças e adolescentes em situação de migração<sup>23</sup>. Além disso, os estagiários podem utilizar materiais anteriores como base e recursos providos pela própria DPU como fonte de pesquisa.

Mona Baker (1997), tradutora e ativista política, afirma que a tradução pode ser uma ferramenta discursiva em prol da defesa de direitos, pois permite que ativistas se posicionem e se engajem por meio desse ofício. A autora pontua que “tradutores e intérpretes variam suas estratégias para perseguir objetivos políticos concretos”, em vez de aderir cegamente a princípios abstratos ou puramente estéticos na tradução, sobretudo nos casos de intenso conflito político (BAKER, 2019).

Ao tratar de direitos humanos, é importante também mencionar o artigo 11 da Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (DUDL), que estabelece que todas as comunidades linguísticas têm o direito de beneficiar-se de meios de tradução bilaterais para assegurar o exercício dos direitos previstos judicialmente, constitucionalmente e na própria Declaração Universal dos Direitos Humanos (UNESCO, 1996, p. 7). Portanto, considerar a tradução como uma ação política é essencial para garantir o cumprimento do direito à informação.

Além disso, dados do *British Council* apontam que apenas 5% dos brasileiros falam inglês, sendo que apenas 1% são considerados, de fato, fluentes. Essa estatística destaca a importância da tradução, uma vez que garante que informações essenciais sobre os direitos da população LGBTQIA+ possam ser acessadas por um público mais amplo, incluindo

<sup>20</sup> Disponível em: <https://direitoshumanos.dpu.def.br/dpu-e-pnud-lancam-painel-sobre-atuacao-em-direitos-humanos/>. Acesso em: 7 de julho de 2024

<sup>21</sup> Disponível em: <https://direitoshumanos.dpu.def.br/politicas-linguisticas-e-institucionais/>. Acesso em: 7 de julho de 2024.

<sup>22</sup> Disponível em: [https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbd11496/files/documents/cartilha\\_para\\_orientacao\\_sobre\\_solicitacao\\_de\\_vistos\\_no\\_exterior-oim-branca.pdf](https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbd11496/files/documents/cartilha_para_orientacao_sobre_solicitacao_de_vistos_no_exterior-oim-branca.pdf). 23 de setembro de 2024.

<sup>23</sup> Disponível em: [https://direitoshumanos.dpu.def.br/wp-content/uploads/2022/07/Cartilha\\_Protecao\\_\\_\\_final.pdf](https://direitoshumanos.dpu.def.br/wp-content/uploads/2022/07/Cartilha_Protecao___final.pdf). Acesso em: 23 de setembro de 2024.

autoridades, organizações internacionais, representantes de outros países que têm pouca ou nenhuma proficiência em português, e pessoas que dominam o inglês, seja como língua materna ou como segunda língua.

Ao tratar de pessoas em situação de vulnerabilidade social, como migrantes e em situação de refúgio, é importante destacar que no mundo, cerca de 70 países ainda criminalizam a homossexualidade<sup>24</sup>. Apesar da alta criminalidade existente contra pessoas LGBTQIA+ no Brasil, o país é o quarto no mundo a levantar dados acerca da perseguição contra pessoas dessa comunidade como condição de refúgio<sup>25</sup>. Dentre os 10 países que mais solicitam proteção nesse contexto, cerca de 32% são da Nigéria e 12% do Gana, lugares que tem o inglês como idioma oficial<sup>26</sup>.

Tendo isso em mente e pensando que o processo tradutório reflete uma via de acessibilidade para aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social, consideramos que os tradutores fazem escolhas, estabelecendo prioridades para suas traduções em processos de tomada de decisão que têm implicações ideológicas (TYMOCZKO, 1999). Dito isso, a tradução deste material para o inglês visa atingir dois públicos-alvo principais: um público mais amplo que possui domínio do inglês, seja como língua primeira ou como segunda língua, e autoridades ou representantes de organizações internacionais que podem não ter proficiência em português, mas atuam diretamente na proteção e garantia dos direitos humanos de forma institucional.

Para Sager (1997), a comunicação atinge seu máximo nível de efetividade quando há uma correspondência entre as expectativas do leitor e as intenções do escritor. Ademais, o autor pontua que, para os leitores que leem obras traduzidas, a figura do tradutor atua como alguém que “media a informação”, devendo encontrar e expressar não apenas o que está sendo dito, mas também a intenção daquilo que é dito (SAGER, 1997, p. 28).

Assim, escolhemos traduzir esta cartilha porque, de maneira pedagógica, ilustrativa e com linguagem inclusiva, o material busca explicar os principais direitos adquiridos e judicialmente reconhecidos da comunidade LGBTQIA+. O volume faz parte de uma série de publicações que visam demonstrar o comprometimento da DPU com a Agenda 2030,

---

<sup>24</sup> Disponível em: <https://unaid.org.br/wp-content/uploads/2018/05/manual-comunicacao-LGBTI.pdf>. Acesso em: 23 de setembro de 2024.

<sup>25</sup> Disponível em: <https://www.justica.gov.br/news/collective-nitf-content-1543434790.35>. Acesso em 23 de setembro de 2024.

<sup>26</sup> Disponível em: [https://lookerstudio.google.com/u/0/reporting/11eabzin2AXUDzK6\\_BMRmo-bAIL8rrYcY/page/1KIU](https://lookerstudio.google.com/u/0/reporting/11eabzin2AXUDzK6_BMRmo-bAIL8rrYcY/page/1KIU). Acesso em: 23 de setembro de 2024.

especialmente com o ODS 10 (“Redução das Desigualdades”) e o ODS 16 (“Paz, Justiça e Instituições Eficazes”).

A cartilha de orientação jurídica (doravante CJ), como aponta Mozdzenski (2006), tem a função de informar e orientar a população acerca de seus direitos e deveres, mesclando diferentes narrativas, como quadrinhos, caixas de informação, fotografias, etc. Diante deste contexto, ocorre o fenômeno da democratização discursiva, em que a informação e a comunicação se tornam mais acessíveis e equitativas entre diferentes esferas da sociedade (MOZDZENSKI, 2008).

Assim, para seguirmos com este trabalho, consideramos a tradução não apenas como um trabalho textual, mas um ato, em que a função é tão importante quanto o próprio produto (TYMOCZKO, 1999).

## 2. TRADUÇÃO ESPECIALIZADA DE CARTILHAS

### 2.1 Gênero e tipo textual na tradução

O gênero textual pode ser visto como “uma noção propositalmente vaga para referir os textos materializados que encontramos em nossa vida diária e que apresentam características sócio-comunicativas definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica” (MARCUSCHI, 2003, p. 4). Seguindo essa conceituação, cartilhas, artigos de jornal ou e-mails institucionais são exemplos de gêneros textuais por serem usados com um propósito específico, na comunicação e no ato discursivo.

Já os tipos textuais, conforme observado também por Sager (1997), se desenvolveram como padrões de mensagens para diferentes situações comunicativas, em que as estruturas são reconhecidas e a retórica usada na mensagem condiciona a forma como o leitor a concebe. Por exemplo, textos injuntivos ou instrucionais são caracterizados por explicar e instruir o leitor sobre o que deve ser feito para a realização de uma ação, sem levantar questões que levem a uma argumentação, de modo que caiba ao interlocutor realizar tal ação, orientação ou recomendação (MARCUSCHI, 2003). Ainda, esse tipo de texto é presente em diversos gêneros textuais diferentes, como cartilhas, manuais, livros de receitas, guias turísticos etc. Para melhor visualizar o contraste entre gênero e tipo textual, Marcuschi (2003) propõe um quadro sinóptico, reproduzido a seguir:

Tabela 1 – Tipos e gêneros textuais segundo Marcuschi

<b>Tipos Textuais</b>	<b>Gêneros Textuais</b>
1. Constructos teóricos definidos por propriedades linguísticas intrínsecas.	1. Realizações linguísticas concretas definidas por propriedades sócio-comunicativas.
2. Constituem sequências linguísticas ou sequências de enunciados e não são textos empíricos.	2. Constituem textos empiricamente realizados cumprindo funções em situações comunicativas.
3. Sua nomeação abrange um conjunto limitado de categorias teóricas determinadas por aspectos lexicais sintáticos, relações lógicas, tempo verbal.	3. Sua nomeação abrange um conjunto aberto e praticamente ilimitado de designações concretas determinadas pelo canal, estilo, conteúdo, composição e função.
4. Designações teóricas dos tipos: <ul style="list-style-type: none"> <li>• narração,</li> <li>• argumentação,</li> <li>• descrição,</li> <li>• injunção e</li> <li>• exposição.</li> </ul>	4. Exemplos de gêneros: telefonema, sermão, carta comercial, carta pessoal, romance, bilhete, aula expositiva, reunião de condomínio, horóscopo, receita culinária, bula de remédio, lista de compras, cadápio, instruções de uso, outdoor, inquérito policial, resenha, edital de concurso, conferência, carta eletrônica, bate-papo virtual, aulas virtuais, etc.

Fonte: Marcuschi (2003, p. 5)

Ou seja, enquanto o gênero textual pode ser entendido como uma grande família de textos que se assemelham entre si e abrange uma grande variedade de categorias — como telefonema,

sermão, carta comercial, carta pessoal, romance, bilhete, etc. (MARCUSCHI, 2003, p. 10) —, o tipo textual é mais restrito em suas designações teóricas e se classifica basicamente como: a) narração, b) argumentação, c) exposição, d) descrição e e) injunção. Em outras palavras, o tipo textual transcende a concepção de gênero, uma vez que constitui um conjunto de traços que permitem a formação de uma sequência dentro do texto (MARCUSCHI, 2003, p. 8) e que, por sua vez, gera certas expectativas no receptor da mensagem (SAGER, 1997, p. 30).



## 2.2 Cartilhas: abordagem integrada entre linguagem, estruturação e tradução

Do ponto de vista etimológico, a palavra "cartilha" resulta da junção da palavra "carta" com o sufixo "-illa", do espanhol, e designa um "pequeno caderno que contém os primeiros rudimentos para aprender a ler; diminutivo de carta" (HOUAISS, 2004, p. 684). Historicamente, como aponta Mozdzenski (2006), as cartilhas têm sua origem nas ações catequéticas, servindo como material de comunicação dos missionários com a população local e funcionando como instrumentos de tutelamento sociopolítico e religioso. Paralelamente, as cartilhas educativas surgiram com a finalidade de alfabetizar os povos originários e propagar os valores iluministas da época (MOZDZENSKI, 2006, p. 22).

Figura 2 - Capa da *Cartilha em Tamul e Português* (Lisboa, 1554)



Fonte: Camões - Instituto da Cooperação e da Língua

No que diz respeito à cartilha jurídica ou cartilha de orientação jurídica (doravante CJ), categoria na qual se enquadra o texto de partida escolhido, Mendonça (2004, p. 278) destaca que esse gênero textual tem como principal característica a função de informar a população sobre seus direitos e deveres. Isso é feito por meio de uma abordagem pedagógica que frequentemente mescla elementos gráficos, como quadrinhos, com textos didáticos e de linguagem acessível.

Essas atividades comunicativas, como ressalta Mozdzenski (2008, p. 38), estão inseridas em um contexto sociocomunicativo que utiliza a língua com um propósito coercitivo. Marcuschi (2008) reforça que “não se pode tratar o gênero de discurso independentemente de

sua realidade social e de sua relação com as atividades humanas” (p. 155). Portanto, ao traduzir um determinado gênero, é necessário que o tradutor adote estratégias que ajustem o texto à realidade sociocomunicativa da língua-alvo (SAGER, 1997), incorporando os princípios e as convenções linguísticas da cultura em questão (TAGNIN, 2013).

Neste sentido, acerca das principais características do gênero cartilha, Mozdzenski (2006) constata que:

- (i) tem os propósitos de explicar, ensinar e instruir a quem se interessa ou é atingido por práticas e ações sociais desconhecidas ou inacessíveis;
- (ii) caracteriza-se como instrumento sociopolítico em virtude do objetivo de descrever e informar certas questões às pessoas, a fim de que elas se tornem conscientes de seus direitos e deveres e, a partir disso, passem a reivindicá-los;
- (iii) é dotada de função tutorial, por ensinar como se comportar diante de determinadas situações;
- (iv) não serve apenas para informar e explicar, mas também para instruir, ordenar e recomendar por meio de orientações reguladoras e precisas.

Neste sentido, Marcuschi (2010) destaca que os gêneros textuais servem "aos mais variados tipos de controle social e até mesmo ao exercício de poder", e que "toda e qualquer atividade discursiva se dá em algum gênero" (MARCUSCHI, 2010, p. 8). Para o autor, o discurso é a forma que utilizamos quando buscamos exercer algum tipo de influência, controle ou poder sobre o outro.

A partir dessas reflexões, é possível afirmar que as CJs não são apenas instrumentos para expor informações ou de mero caráter comunicativo. Elas também são aparatos que estabelecem influência e poder – seja em maior ou menor grau – sobre o público-alvo. De acordo com Marcuschi (2003), essa hibridização, onde um gênero assume a função de outro, é conhecida como “intergeneracidade”.

Esse fenômeno é comum em diversos gêneros, como um artigo de opinião que assume a forma de um poema ou um texto publicitário apresentado como uma receita culinária (MARCUSCHI, 2003). Portanto, partimos do pressuposto de que, apesar de sua abordagem didática, as cartilhas mantêm um caráter coercitivo sobre o leitor, semelhante a outros gêneros do domínio jurídico, pois instruem também sobre as obrigações jurídicas e legais da população civil (MOZDZENSKI, 2006).

A tradução amplia ainda mais a complexidade desse cenário, uma vez que fatores socioculturais influenciam as escolhas e a elaboração do texto ao reformular o conteúdo

linguístico disponível no sistema de uma língua. Tymoczko (1999) destaca que em situações que a tradução é também uma forma de ativismo social, o trabalho se torna ainda mais complexo e fragmentado, frequentemente permeado de contradições à medida que os tradutores posicionam seu trabalho por meio de um processo metonímico para alcançar objetivos ideológicos estratégicos, priorizando aspectos particulares dos textos-fonte.

Baker (1997) argumenta que não se trata de encontrar soluções ideais ou corretas, mas soluções possíveis e reais, como o uso de expressões que transmitem um sentido equivalente de uma língua para outra (p. 30), explicações para facilitar o entendimento de conceitos (p. 34), ou paráfrases de sentenças para produzir equivalência semântica usando outras palavras (p. 40). Em outras palavras, é crucial focar nas funções comunicativas e nos sentidos discursivos que o texto terá na língua de chegada, em vez de se concentrar rigidamente em seus aspectos estruturais (BAKER, 1993).

De acordo com Sager (1997), o tradutor lida com textos que são produtos de uma situação comunicativa pragmática. Para garantir a compreensão da mensagem, é necessário reconstruir essa situação de modo a esclarecer as intenções do texto traduzido, sem desconsiderar as expectativas do leitor quanto ao conteúdo. No caso de guias, manuais, cartilhas e outros gêneros que frequentemente utilizam aspectos não verbais para a comunicação, o tradutor deve identificar a estratégia mais adequada para garantir a melhor compreensão e equivalência do conteúdo discursivo.

Além disso, com a expansão tecnológica e a grande quantidade de recursos de pesquisa disponíveis *online*, o tradutor deve se ater a critérios quanto aos métodos e materiais que escolhe incorporar em sua prática (SAGER, 1997).

Por fim, considerando que a tradução envolve não apenas transposição linguística, mas também cultural (GOROVITZ; SÁ, 2022), é fundamental que o tradutor esteja ciente das escolhas lexicais e de como elas podem impactar o leitor.

Com base nesses conceitos, traçamos as problemáticas e estratégias a adotar, considerando a análise do material fonte, o público-alvo da tradução e o uso idiomático da língua inglesa, por meio da observação de corpus. Para a pesquisa em tradução, Tagnin (2015) aponta que diferentes tipos de corpora demandam estratégias variadas. Por exemplo, enquanto o corpus comparável é usado para buscar termos ou expressões autênticas na língua de chegada, o corpus paralelo serve para verificar como determinado conceito já foi traduzido anteriormente (TAGNIN, 2015, p. 23). Nesse sentido, Olohan (2004) sugere que o uso de corpus é essencial

para obter uma análise e execução fidedignas da forma como a língua é expressa na cultura de chegada, garantindo um registro mais autêntico do seu uso.

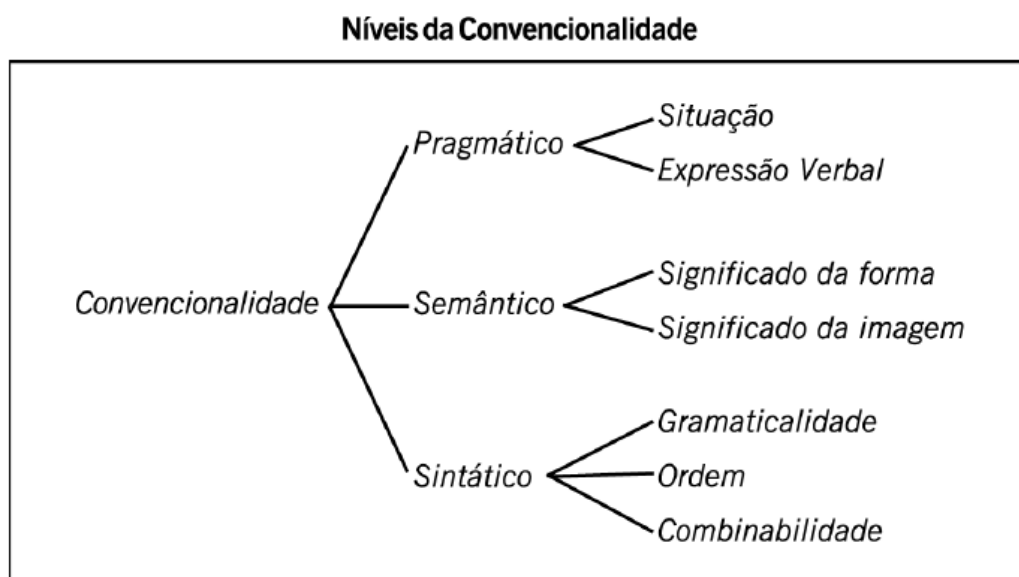
A seguir, abordaremos algumas noções sobre os fenômenos de idiomaticidade e convencionalidade propostos por Tagnin (2013). Em sequência, exploraremos os estudos da Linguística de Corpus, os diferentes tipos de corpora disponíveis e as vantagens de aplicá-los à tradução, especialmente ao traduzir para uma segunda língua.

### **2.3 Convenções sociodiscursivas no português e inglês**

A fim de explorar os elementos sociodiscursivos e como estes se manifestam em português e em inglês, é necessário introduzir alguns conceitos. Segundo Tagnin (2013), podemos considerar as convenções linguísticas como os “jeitos” aceitos pela comunidade que fala determinada língua, enquanto a convencionalidade se refere ao aspecto que caracteriza a forma de expressar essa língua em um determinado contexto ou comunidade (TAGNIN, 2013, p. 22). Nesse sentido, Caseli (2015) estabelece que a relação entre o que é considerado natural na língua de chegada necessariamente se conecta com a adequação e o uso apropriado das palavras e estruturas dentro de um período.

Assim, podemos subdividir as categorias para o entendimento do conceito de convencionalidade em três formas diferentes: 1) no nível sintático, que foca nos elementos e registros de uso gramatical; 2) no nível semântico, que avalia a relação entre uma expressão, idiomática ou não, e seu significado; e 3) no nível pragmático, que abrange o uso da língua em situações interativas entre seus falantes (TAGNIN, 2013, p. 27-29). Esses elementos se subdividem em subcategorias, conforme ilustrado no esquema proposto pela autora:

Figura 3 – Esquemática dos níveis de convencionalidade



Fonte: Tagnin (2013, p. 29)

Na redação de cartilhas, podemos observar, no nível sintático, o uso de pronomes pessoais, especialmente na segunda pessoa do singular e na primeira pessoa do plural, como uma característica comum em textos instrucionais e informativos em língua portuguesa (MARCUSCHI, 2013). Esses textos são frequentemente organizados e acompanhados por outras classes de palavras. Nesse contexto discursivo, destaca-se a predominância da linguagem impessoal por meio da nominalização, fenômeno caracterizado pelo ocultamento de pronomes e pela omissão do agente do verbo, o que provoca um distanciamento do leitor e mantém o caráter institucional do material (MOZDZENSKI, 2008, p. 114).

Em inglês, esse distanciamento se manifesta em menor grau, conforme apontado por Kussmaul (1997, p. 84), uma vez que o sujeito tende a aparecer de forma mais explícita nas orações, promovendo uma aproximação mais pessoal entre o enunciador e o interlocutor. Trata-se de uma forma de tratamento mais amigável por parte do interlocutor, que busca se conectar melhor com seu receptor e convencê-lo acerca de determinada informação (KUSSMAUL, 1997, p. 80).

Outro fenômeno que permeia a convencionalidade nesses gêneros e tipos textuais em português é a chamada modalização deôntica, frequentemente presente em cartilhas, pois dita o posicionamento do enunciador frente às obrigatoriedades e recomendações feitas nos enunciados (MOZDZENSKI, 2006, p. 146). Em português, a modalidade deôntica se manifesta através dos seguintes elementos:

- 1) Performativos explícitos (eu ordeno, eu proíbo, eu permito)
- 2) Auxiliares modais (poder, dever, querer, precisar, etc.)

- 3) Formas verbais perifrásticas (poder, dever, querer, precisar, etc. + infinitivo)
- 4) Predicados cristalizados (é proibido, é permitido, etc.)
- 5) Modos e tempos verbais (imperativo, futuro do presente, certos empregos do subjuntivo e do infinitivo, etc. (KOCH, 1996 *apud* MOZDZENSKI, 2006)

Já em inglês, como aponta Suhadi (2011), os mesmos elementos podem ser expressos através de verbos modais (*should, must e have to*); *clause + adjetivo (it is essential)*; *clause + particípio passado (you are required)*; *clause + substantivo (it is an obligation)*; combinação de modal com adjunto (*you will accomplish*), entre outros. A partir dessa análise feita por Mozdzenski (2006) e Suhadi (2011), podemos avançar nos aspectos de registro de uso dessas expressões nos textos informativos e injuntivos.

Através das comparações realizadas acima, observamos que o inglês frequentemente opta por uma estrutura mais direta e sintética no discurso (SAGER, 1997), enquanto, em português, tende a construir períodos mais longos, muitas vezes sem um agente explícito, e com diferentes ideias conectadas em uma mesma oração (MOZDZENSKI, 2013).

Assim, a partir de estudos em corpora, Kussmaul (1997) elenca uma série de expressões características desses tipos textuais e a forma como se apresentam em língua inglesa:

- 1) the imperative
- 2) please + imperative
- 3) must + infinitive active
- 4) must + infinitive passive
- 5) have to
- 6) it is advisable
- 7) we recommend
- 8) it is recommended
- 9) it is important
- 10) should (KUSSMAUL, 1995 *apud* KUSSMAUL, 1997)

A análise das práticas de modalização e convencionalidade em textos informativos e injuntivos, tanto em português quanto em inglês, revela a complexidade na forma como obrigação, recomendação e distanciamento são expressos em diferentes idiomas. Essa compreensão cruzada entre as práticas de cada língua proporciona uma base sólida para entender as nuances na comunicação e evitar literalidades ou leituras compostas das unidades linguísticas (TAGNIN, 2013, p. 139). Na tradução para uma segunda língua, é essencial que o tradutor utilize ferramentas de pesquisa e análise que auxiliem na adaptação do texto para que ele se alinhe com o que é considerado convencional na cultura de chegada, desde o início do projeto até a etapa de revisão (TAGNIN, 2015). Isso pode incluir adaptações nas convenções sociodiscursivas.

Para aprofundar a análise das expressões dos fenômenos de convencionalidade e entender seu uso de forma sistemática, adotamos como metodologia a Linguística de Corpus,

que oferece ferramentas e métodos para investigar grandes conjuntos de textos. Essa abordagem permite a identificação de padrões linguísticos e a observação das nuances na utilização de modalidades em diferentes contextos (OLOHAN, 2004). A seguir, exploraremos os estudos baseados em corpora e suas aplicabilidades na tradução deste projeto.

## **2.4 A Linguística de Corpus aplicada à tradução**

### **2.4.1 Uma breve introdução à Linguística de Corpus**

A Linguística de Corpus (doravante LC), segundo Olohan (2004), é uma vertente dos estudos da linguagem que investiga palavras e estruturas de uma língua por meio da análise de corpus, ou seja, grandes conjuntos de dados linguísticos. Para Tagnin (2015), o corpus fornece informações sobre o uso autêntico da linguagem, permitindo a identificação de padrões, frequências e tendências linguísticas.

Trata-se de uma abordagem fundamentada em métodos quantitativos e qualitativos, que possibilita uma compreensão mais aprofundada da gramática, do léxico e dos elementos relacionados às convenções da língua dentro de um contexto social específico (TAGNIN, 2013). Diversas áreas dos estudos da linguagem, como a lexicografia, a fraseologia, a terminologia e a tradução, experimentaram um grande avanço com o uso da LC (TAGNIN, 2018, p. 12-13).

Segundo Baker (1993, p. 235), a LC marca um avanço significativo nos Estudos da Tradução, proporcionando uma abordagem mais empírica e orientada por dados, além das abordagens teóricas tradicionais. Enquanto a noção de equivalência costumava se restringir à relação dicotômica de palavra por palavra ou sentido por sentido, a LC permite uma análise mais complexa através de dados empíricos, comparações e métodos qualitativos e quantitativos do uso real da língua (BAKER, 1993, p. 244).

Com o avanço da linguística computacional e da tecnologia, o corpus também tem contribuído para o aprimoramento da tradução automática (CASELI, 2015) e se consolidado como uma metodologia importante na pesquisa em tradução (CASELI, 2007). Tagnin (2015) enfatiza que o corpus proporciona a investigação e observação de fatos já existentes em outras traduções, considerando sempre o contexto da cultura receptora. Para garantir que o corpus atenda às necessidades do tradutor, Berber Sardinha (2000) ressalta a importância de que os objetos de análise atendam a critérios como:

- 1) A origem: Os dados devem ser autênticos
- 2) O propósito: O corpus deve ter a finalidade de ser um objeto de estudo linguístico
- 3) A composição: O conteúdo do corpus deve ser criteriosamente escolhido
- 4) A formatação: Os dados do corpus devem ser legíveis por computador
- 5) A representatividade: O corpus deve ser representativo de uma língua ou variedade
- 6) A extensão: O corpus deve ser vasto para ser representativo (BERBER SARDINHA, 2000).

O foco na análise de ocorrências discursivas autênticas, sem diretrizes já prescritas, conforme argumentado por Olohan (2004), se tornou essencial para uma prática de tradução mais embasada e eficaz, evidenciando o crescente valor da Linguística de Corpus no âmbito da



tradução. Neste contexto, Caseli (2007) sugere que, para a elaboração de um corpus, o tradutor ou pesquisador deve manter em seu banco de dados textos que obedecem as regras de gênero e tipologia textual, a fim de tornar suas análises mais precisas. Para tal, é essencial que o tradutor conheça os diferentes tipos de corpora, suas ferramentas e suas funcionalidades. Em seu texto de 2015, Tagnin resume de forma precisa a diferença entre os corpora que podem ser utilizados para a tradução, sobre os quais nos debruçamos a seguir.

#### *2.4.2 Os diferentes tipos de corpus para a tradução e suas características*

Sob a influência dos estudos de Baker (1993) e Olohan (2004), Tagnin (2015) elabora importantes conceituações sobre as principais diferenças e tipos de corpora no que tange às suas funções no auxílio à tradução. Com relação ao número de línguas que um corpus pode abranger, ele pode ser classificado como monolíngue, bilíngue ou multilíngue. Dentro dessa classificação, o corpus bilíngue e multilíngue pode ser tanto paralelo quanto comparável.

O corpus paralelo consiste em textos originais e suas respectivas traduções, em uma ou mais línguas, alinhados ou não no nível da sentença. Esse tipo de corpus é utilizado para estudar a equivalência, as estratégias de tradução e as características linguísticas empregadas pelos tradutores ao transferir textos de uma língua para outra (BAKER, 1993, p. 248). Segundo Tagnin (2015), esse corpus pode ser bilíngue ou multilíngue e apresentar várias traduções para a mesma língua ou para línguas diferentes.

Uma constatação interessante a ser feita é que neste tipo de corpus frequentemente os textos-alvo não são verdadeiros exemplos da linguagem natural, visto que uma tradução é sempre influenciada pelo texto fonte (PETERS e PICCHI, 1995). Todavia, o corpus bilíngue e multilíngue pode servir de recurso de pesquisa para tradutores, como para a verificação de termos que já foram anteriormente traduzidos ou para verificar estratégias já empregadas (CASELI, 2007).

Neste sentido, Tagnin (2015) ressalta a importância do corpus comparável, ou seja, compilados constituídos por textos autênticos de mesma tipologia e temática semelhante, como recurso de pesquisa para o uso autêntico da língua de chegada. Em outras palavras, um corpus comparável é constituído por um conjunto de textos com características semelhantes e produzidos naturalmente em duas ou mais línguas, o que permite a comparação entre as línguas e a observação da língua em seu uso corrente e idiomático (OLOHAN, 2004).

Outro corpus que também pode beneficiar muito a tradução é o de língua geral, também conhecido como corpus de referência, que consiste em uma grande coleção estruturada de textos

que serve como um padrão ou referência geral para análise linguística de um idioma, representando a grande variedade de gêneros, registros, estilos e discursos de uma língua (BAKER, 1993). Podemos citar como exemplo o *Corpus of Contemporary American English* (COCA)<sup>27</sup>, elaborado pelo professor Mark Davies, disponível *online* para consultas de língua inglesa, em especial da variante estadunidense.

Atualmente, o *COCA Corpus* contém mais de um bilhão de palavras de texto e cobre cerca de oito gêneros textuais. Oferece uma variedade de ferramentas que auxiliam o usuário a realizar diferentes tipos de pesquisa, com *wildcards*<sup>28</sup> para encontrar variações ou formas de palavras, como a busca por palavra ou frase, e com o registro de frequência de uso de acordo com o gênero textual e o ano.

Figura 4 – Captura de tela do menu principal do *Coca Corpus*



Fonte: Elaboração da autora

<sup>27</sup> O corpus para o inglês na variante dos Estados Unidos está disponível em: <https://www.english-corpora.org/coca/>. Acesso em: 08 de agosto de 2024.

<sup>28</sup> Caracteres especiais utilizados em consultas de busca para representar um ou mais caracteres desconhecidos. Os usuários podem utilizar asterisco (\*) ou interrogação (?) para buscar essas variações.

Figura 5 – Captura de tela da busca pelo *lemma* “queer\*”

Corpus of Contemporary American English			
SEARCH	FREQUENCY	CONTEXT	OVERVIEW
CLICK FOR MORE CONTEXT			
1	2019	SPOK	PBS_Newshour
2	2019	MAG	Slate Magazine
3	2019	MAG	Slate Magazine
4	2019	MAG	Slate Magazine
5	2019	MAG	Slate Magazine
6	2019	MAG	Slate Magazine
7	2019	MAG	Slate Magazine
8	2019	MAG	Slate Magazine
9	2019	MAG	Slate Magazine
10	2019	MAG	Mother Jones
11	2019	MAG	Mother Jones
12	2019	MAG	Mother Jones
13	2019	MAG	Slate Magazine
14	2019	MAG	Slate Magazine
15	2019	MAG	Slate Magazine
16	2019	NEWS	Chicago Tribune
17	2019	NEWS	New York Times
18	2019	ACAD	Stuði irlandesi

Fonte: Elaboração da autora

### 2.4.3 Considerações sobre os corpora especializados

Um dos tipos mais estudados e utilizados de corpus comparável são os formados por textos coletados a partir de temáticas e terminologias especializadas, denominados corpus especializado (TAGNIN, 2015). Esse corpus é valioso para a tradução, pois permite a extração de terminologia especializada tanto na língua fonte quanto na língua de chegada. Isso facilita a identificação de possíveis equivalências e o uso autêntico de palavras, termos e expressões específicas (TAGNIN, 2015, p. 38).

Para garantir que um corpus seja realmente útil para a tradução, Tagnin (2015) sugere que é necessário definir objetivos claros para a sua compilação. Alguns dos critérios que a autora aponta para auxiliar nesse processo são:

- será um corpus estático (i.e. fechado) ou dinâmico (i.e. com atualizações)?
- incluirá apenas textos escritos ou também língua falada?
- será monolíngue ou multilíngue?
- se for multilíngue, será paralelo ou comparável? e. que tipos de textos serão incluídos: jornalísticos, manuais, artigos acadêmicos, teses e dissertações, etc.?
- qual será a proporção entre os diversos tipos?
- quais domínios abrangerá? Por exemplo, natação, sustentabilidade, segurança bancária, obras de determinado autor, obras de determinada época, etc.). (TAGNIN, 2015)

Uma grande diferença existente entre o corpus especializado e o corpus de referência, conforme aponta Sinclair (1991), é que o corpus de referência não é capaz de documentar de

forma tão precisa todos os gêneros e temáticas especializadas, especialmente em textos especializados. Entretanto, conforme destaca Berber Sardinha (2000), é possível criar um corpus especializado a partir de um corpus de referência, como acontece no *COCA Corpus*, quando se busca um gênero específico. No entanto, o autor observa que coletas em pequena escala realizadas por pesquisadores costumam ser mais representativas das áreas especializadas, uma vez que a “quantidade de textos de uma variedade ou domínio específicos nos *corpora* gerais é pequena” (BERBER SARDINHA, 2000, p. 348)

Para Olohan (2004), a combinação do uso desses dois tipos de corpora – de língua geral e especializados - pode ser muito vantajosa, pois torna-se possível diminuir a influência da língua de partida na tradução por meio da observação e do uso de padrões observados no corpus por meio das ferramentas e metodologias da LC.

A seguir, detalhamos as aplicabilidades desses diversos tipos de corpus, sobretudo, na tradução para segunda língua.

## **2.5 A Linguística de Corpus como metodologia na tradução para segunda língua**

Peters e Picchi (1995) consideram a LC como um recurso valioso para aqueles que possuem maior proficiência em um segundo idioma. Na tradução, os autores destacam que uma das grandes vantagens da LC é a possibilidade de realizar buscas baseadas em registros de uso da língua, em vez de buscar apenas equivalências ou literalidades. Para encontrar equivalentes autênticos na língua de chegada, Tagnin (2015) enfatiza a importância de utilizar o corpus comparável e suas ferramentas associadas. Para a realização dessa busca, Tagnin (2007) sugere que o tradutor comece com a *prima facie* do termo e verifique seu contexto de uso. Caso não haja uma tradução *prima facie*, a busca deve ser feita a partir do próprio contexto ou das colocações que acompanham o termo (TAGNIN, 2007).

Com base nessas diretrizes, optamos por utilizar, como base metodológica deste projeto, a criação de dois corpora comparáveis e especializados: um focado em terminologias referentes à pluralidade de identidades na comunidade LGBTQIA+ e outro sobre aspectos fraseológicos, lexicais e sintáticos coletados de cartilhas.

Já para consultas referentes a aspectos de registro de uso da língua geral, como análises de frequência, concordância e registro de uso, estudo de colocações, além de aspectos estruturais gramaticais como uso ou não de preposições, uso de colocações e tamanho da sentença, optamos por utilizar o *COCA Corpus*, indo ao encontro das discussões previamente traçadas por Tagnin (2015) e Berber Sardinha (2000).

A seguir abordaremos as principais ferramentas disponíveis no software de análise de corpus usando como exemplo o AntConc (ANTHONY, 2024), que foi o utilizado neste trabalho.

### 2.5.1 O AntConc para análise de corpus e suas funcionalidades

O *AntConc*<sup>29</sup> (ANTHONY, 2024) é um *software* gratuito que permite a análise de corpus. Desenvolvido pelo professor e linguista Laurence Anthony, da Universidade de Waseda, no Japão, o programa oferece diversas opções que permitem ao pesquisador fazer uma análise aprofundada envolvendo pequenas ou grandes quantidades de textos.

Dentre as ferramentas utilizadas para este projeto, destacamos a *Keyword in Context* (KWIC), que apresenta os resultados da pesquisa em um formato de concordância, fazendo com que seja possível observar o uso frequente de palavras e expressões dentro de um conjunto de textos (ANTHONY, 2024, p. 2). Além disso, outra ferramenta interessante é a *Clusters*, que exhibe ao usuário padrões de palavras que aparecem sequencialmente, tornando possível identificar frases recorrentes nos textos analisados (ANTHONY, 2024, p. 2).

É também possível buscar através do recurso *Collocate* palavras que frequentemente surgem próximas umas das outras em determinado contexto (ANTHONY, 2024, p. 3).

Ainda, no campo de busca (*Search Term*), o usuário pode pesquisar por palavras, expressões e sequências de caracteres que serão analisadas.

Figura 6 – Captura de tela do uso do pronome *we* e termos em sequência

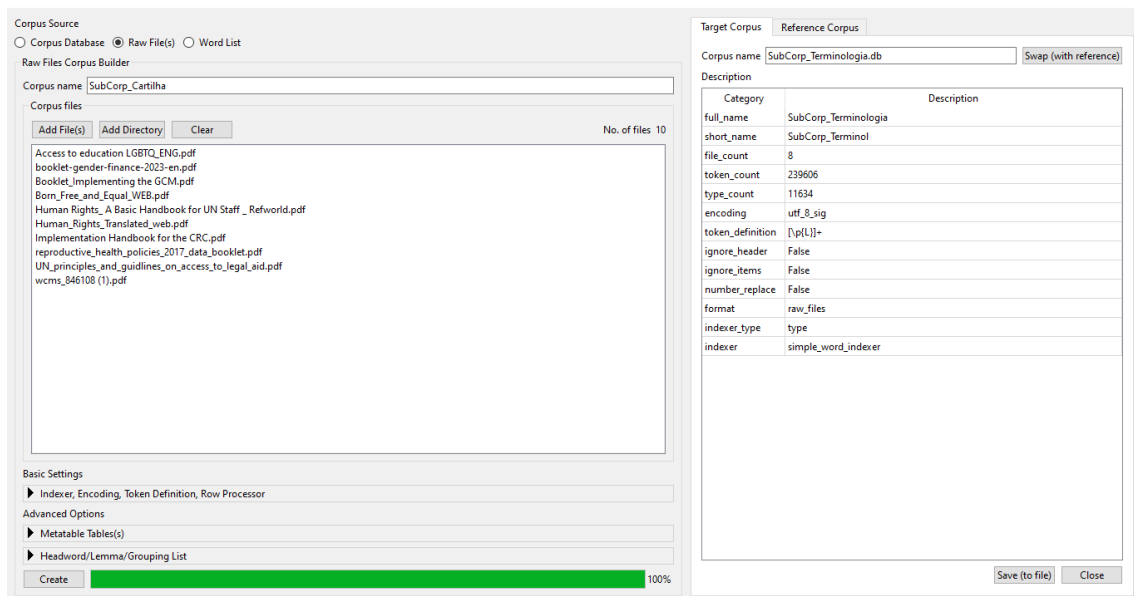
Cluster	Rank	Freq	Range
1 we fi case	1	4	1
2 we resolve to	1	4	1
3 we need to	3	3	2
4 we rise toolkit	3	3	1
5 we serving women	3	3	1
6 we want to	3	3	2
7 we express our	7	2	2
8 we fi org	7	2	1
9 we hope that	7	2	1
10 we hope this	7	2	2
11 we will implement	7	2	1
12 we will strive	7	2	2
13 we all seek	13	1	1
14 we also needed	13	1	1
15 we are always	13	1	1
16 we are an	13	1	1
17 we are committed	13	1	1
18 we are determined	13	1	1

<sup>29</sup> Disponível em: <https://www.laurenceanthony.net/software/antconc/releases/AntConc424/help.pdf>. Acesso em: 11 de agosto de 2024.

Fonte: Elaboração da autora

Por meio desse *software*, selecionamos, a partir dos critérios que discutiremos nos resultados deste projeto, textos instrucionais e informativos que constituiram dois diferentes compilados, sendo um para tratar de questões lexicais e o outro para tratar de questões terminológicas referente à comunidade LGBTQIA+, conforme explicaremos melhor na metodologia.

Figura 7 – Aba de carregamento do *SubCorp\_Cartilha*



Fonte: Elaboração da autora.

Tal como no *COCA Corpus*, é possível realizar pesquisas através do uso de *wildcards* para buscar variações ou colocações de determinado termo. Ainda, é possível selecionar na opção de resultados (*Results set*) se a busca englobará o corpus por inteiro ou, a depender do objetivo, se será apenas um valor específico de resultados aleatórios.

Figura 8 – Captura de tela do *SubCorp\_Terminologia*, busca por 'LGBT\*' e colocados em contexto.

The screenshot shows the AntConc software interface. The main window displays a Kwic search for the keyword 'LGBTIQ+'. The search results are shown in a table with columns for File, Left Context, Hit, and Right Context. The search query is 'LGBTIQ\*' and the context size is set to 10 tokens. The results show various occurrences of the keyword in different documents, with the left and right contexts providing context for each hit.

File	Left Context	Hit	Right Context
1 ap-...	work strategically with States to advance the human rights of	LGBTIQ+	people within countries through law and policy reform. To
2 ap-...	worship, contribute to protecting and respecting the rights of	LGBTIQ+	people. Governments must ensure they properly resource and
3 ap-...	perates with the understanding that respect for equal rights of	LGBTIQ+	people are viewed and valued vastly differently across countrie
4 ap-...	tep towards growing recognition of the fundamental rights of	LGBTIQ+	people and the State's obligations to protect them.56
5 ap-...	UN in the protection and promotion of the rights of	LGBTIQ+	people. Internate human rights law establishes the legal ob
6 ap-...	to safeguard, respect, protect and fulfil the human rights of	LGBTIQ+	people, grounded in global and regional human rights instrum
7 ap-...	work strategically with states to advance the human rights of	LGBTIQ+	people within countries through law and policy reform. For
8 ap-...	is no global protection framework to safeguard the rights of	LGBTIQ+	people.163 42 • Key crisis-specific barriers include oppressive l
9 ap-...	used as a platform for advocating for the rights of	LGBTIQ+	migrants.58 CASE STUDY LESSONS IN INCLUSION – AN OVER
10 ap-...	their obligations to uphold, respect and promote the rights of	LGBTIQ+	personnel. Messaging must be integrated in vacancy announc
11 ap-...	legal obligations of States to safeguard the human rights of	LGBTIQ+	people and provide protection from violence and discriminati
12 ap-...	states designed to strengthen protection of the human rights of	LGBTIQ+	persons. Its findings formed the basis of a panel
13 lgbtiq-equality-...	work strategically with States to advance the human rights of	LGBTIQ+	people within countries through law and policy reform. To
14 lgbtiq-equality-...	worship, contribute to protecting and respecting the rights of	LGBTIQ+	people. Governments must ensure they properly resource and
15 lgbtiq-equality-...	perates with the understanding that respect for equal rights of	LGBTIQ+	people are viewed and valued vastly differently across countrie

Fonte: Elaboração da autora

Outra vantagem do *AntConc* é a possibilidade de leitura de arquivos nos formatos pdf, doc. e html, o que facilita o trabalho de manipulação dos textos e evita a necessidade de conversão manual (ANTHONY, 2023). Apesar das recomendações acerca da limpeza dos textos para melhor padronização – retirada de imagens, ícones, gráficos, numeração de páginas, etc. (ANTHONY, 2023), optamos por não realizar essa etapa para a montagem do corpus utilizado neste trabalho, em função da limitação de tempo do projeto, e por considerarmos que os recursos visuais, em geral, desempenham um papel fundamental no gênero cartilha.

Ao tratarmos do relatório de tradução e dos resultados deste projeto, nos aprofundaremos nas maneiras como o *AntConc* foi usado como ferramenta de análise de corpus no auxílio da tradução.

### 3. METODOLOGIA E APLICAÇÃO NA TRADUÇÃO

#### 3.1 Caracterização e preparação do texto de partida

Publicado em 2023, o material **Direitos da População LGBTQIA+: Cartilha de Orientação Jurídica**, elaborado em conjunto entre a DPU e o PNUD, visa promover uma compreensão clara e acessível dos direitos da população LGBTQIA+, abordando a garantia de direitos fundamentais previstos por lei à população e contribuindo para o alinhamento à Agenda 2030. Para garantir que o texto atingisse um grau adequado de familiaridade e compreensão para o público-alvo, foi realizada uma leitura cuidadosa do material, com o objetivo de alinhar

não apenas o conteúdo lexical, mas também aspectos tipológicos, considerando os sistemas de significação e as normas discursivas que variam de língua para língua.

O sumário apresenta uma estrutura bem definida, cobrindo uma ampla gama de tópicos relevantes. Além da apresentação geral do texto, a cartilha aborda temas como nomenclatura, proteção e segurança de dados pessoais, e as áreas de atuação da DPU, bem como esclarece sobre a rede de apoio disponível para a comunidade, tanto no âmbito institucional quanto civil.

Utilizando um esquema pergunta-resposta (MOZDZENSKI, 2004, p. 34) e uma linguagem acessível, a **Direitos da População LGBTQIA+: Cartilha de Orientação Jurídica** emprega caixas de texto, glossário e elementos não verbais para facilitar a comunicação da mensagem e das informações ao leitor. Tal como sugerido por Marcuschi (2003) a respeito de cartilhas em geral, a intertextualidade se manifesta neste material à medida que diferentes tipos textuais se entrelaçam para compor o texto.

Por exemplo, enquanto a primeira parte do capítulo três aborda de maneira bastante expositiva a atuação da DPU e seu papel na proteção dos direitos humanos, os itens finais, ao tratar de homotransfobia, fazem uso do modo imperativo para orientar a vítima a “registrar um boletim de ocorrência e procurar uma instituição competente, como a Defensoria Pública da União” (p. 10). Outro exemplo é a variação no estilo de escrita, que oscila entre o uso de plural majestático (p. 6) e segunda pessoa (p. 7) ao se comunicar com o leitor, conferindo um tom mais coloquial.

Com base nessas características, elaboramos dois corpora especializados: o primeiro focado em questões lexicais usuais do gênero cartilha e o segundo em terminologias específicas relacionadas às diferentes identidades da comunidade LGBTQIA+. À luz dos critérios propostos por Tagnin (2015), apresentamos abaixo as principais características consideradas na composição dos corpora:

Tabela 2 – Característica essenciais dos *subcorpora* segundo Tagnin

	<b>SubCorp_Cartilha</b>	<b>SubCorp_Terminologia</b>
<b>Estático ou dinâmico?</b>	Estático (i.e. fechado)	
<b>Escritos ou falados?</b>	Escritos	
<b>Monolíngue ou multilíngue?</b>	Monolíngue	
<b>Quais domínios abrangerá?</b>	Cartilhas, manuais ou guias informativos e instrutivos que abordem direitos humanos, sobretudo orientando acerca de seus direitos nas esferas jurídicas, em igualdade de gênero e direto à saúde. Como os gêneros textuais costumam obedecer a um padrão	Cartilhas, manuais ou guias informativos e instrutivos que devidamente atualizados acerca de terminologias referente à aspectos sociológicos que contemplem a comunidade LGBTQIA+, por exemplo o significado de determinada letra na sigla ou a



	de escrita (Marcuschi, 2003), optamos pela flexibilização em termos de atualização, uma vez que o que importa é a estrutura fraseológica e lexical mais do que seu ano histórico.	forma adequada de se referir a algum ato criminoso contra uma pessoa LGBTQIA+. A fim de buscar terminologias mais atualizadas, optamos pela escolha de materiais que datassem a partir de 2022.
<b>Propósito</b>	Auxiliar na construção fraseológica, léxica e sintática de modo que se assemelhe às formas de expressão em língua inglesa a partir do aspecto semântico e gramatical.	Auxiliar no âmbito terminológico acerca de instruir a população sobre os direitos, deveres e garantias destinadas à população LGBTQIA+.
<b>Composição</b>	Composto por materiais elaborados pela Organização das Nações Unidas e correlatos, como Organização Internacional para Migrações (OIM), Organização Internacional do Trabalho (OIT), etc. Essa escolha se deu com o propósito de evitar variações terminológicas entre países de língua inglesa e buscar manter maior grau de uniformidade lexical.	
<b>Número total de palavras (tokens)</b>	754.323 tokens.	239.606 tokens

Fonte: Elaboração da autora

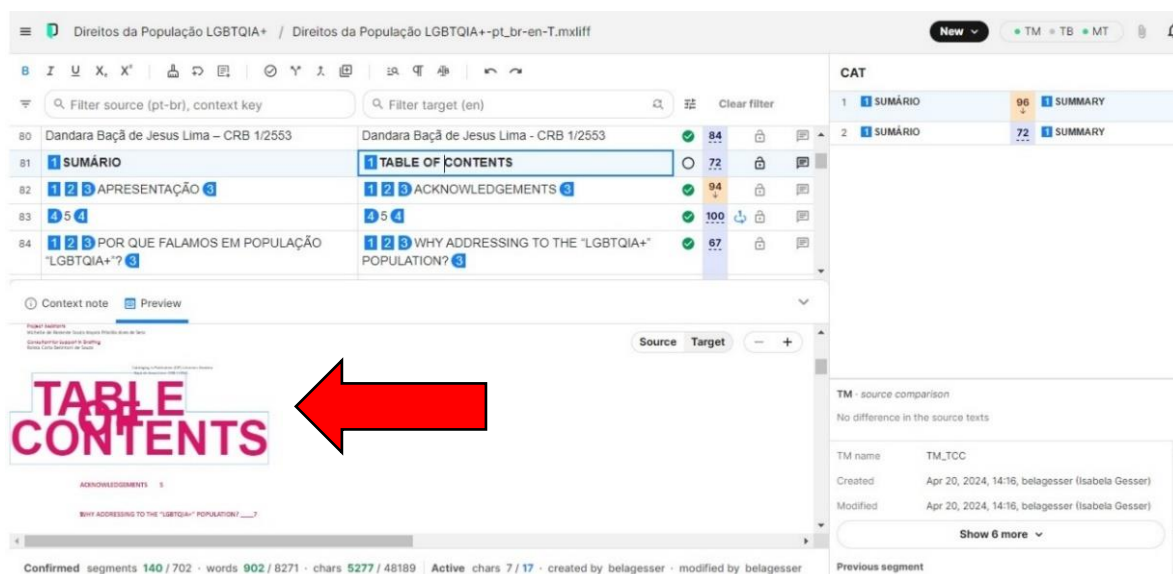
É importante ressaltar que a busca pelos textos utilizados na composição do corpus seguiu os seguintes critérios: 1) temática associada à proteção e garantia dos direitos humanos, com foco preferencial na comunidade LGBTQIA+; 2) materiais publicados a partir de 2018, para assegurar o vocabulário mais atualizado; e 3) documentos de cunho injuntivo ou informativo, como manuais, cartilhas e guias, conforme sugerido por Caseli (2007) e Tagnin (2015).

Vale destacar que o uso de ferramentas externas para a investigação e análise de corpus é essencial, especialmente quando os textos não possuem dispositivos embutidos para análise (TAGNIN, 2015, p. 11). Para estruturar, explorar e analisar ocorrências sintáticas, semânticas e lexicais, optamos pelo uso do *AntConc* na construção dos corpora.

O uso do *Adobe Acrobat* para a conversão foi uma forma de evitar problemas de configuração frequentemente associados ao uso de conversores gratuitos *online*<sup>30</sup>. No entanto, apesar dos cuidados durante esse processo, o arquivo resultante ainda apresentou algumas desconfigurações, tanto em elementos textuais quanto imagéticos, como ilustrado na figura 10.

<sup>30</sup> Para a realização deste projeto, solicitamos à equipe do CTRAD/DPU que convertesse o texto para um formato editável.

Figura 9 – Captura de tela da interface do *Phrase*: desconfiguração entre imagem e texto



Fonte: Elaboração da autora

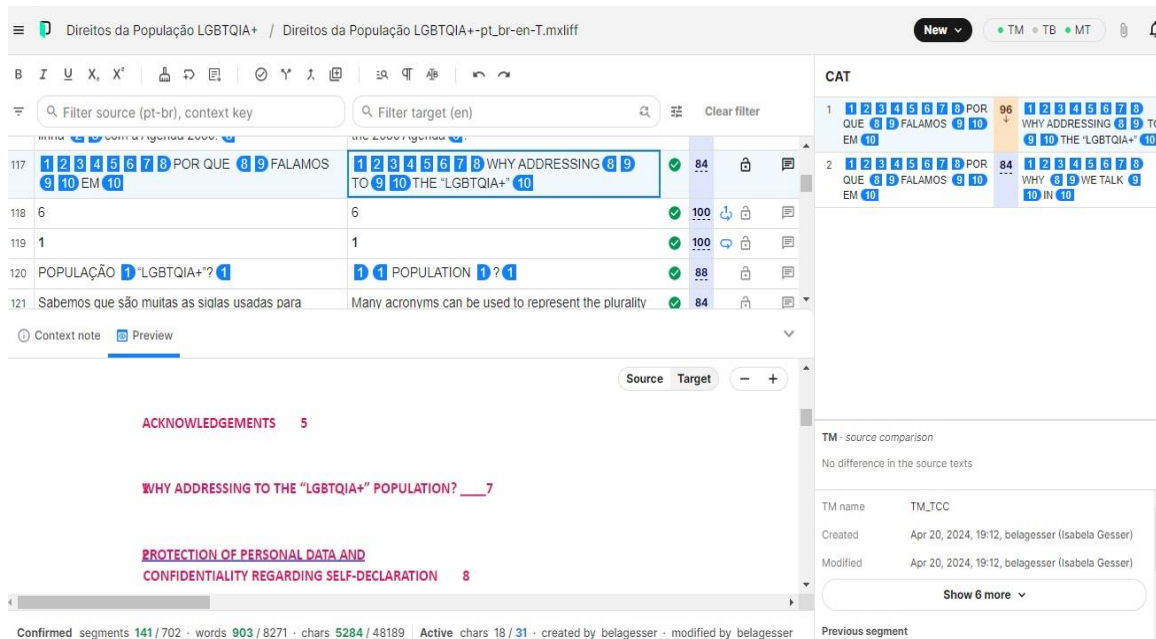
Essa questão refere uma dificuldade recorrente enfrentada por tradutores em projetos que envolvem um trabalho editorial significativo. Muitas vezes, os profissionais precisam ajustar manualmente o conteúdo, antes ou após a tradução, para manter a integridade visual e textual do documento. Em nosso caso, após concluir a tradução, dedicamos tempo para revisar e corrigir as desconfigurações que surgiram durante o processo de conversão, assegurando que o produto final estivesse em conformidade com os padrões visuais do texto fonte.

Como é comum na prática profissional de tradução atualmente, utilizamos ferramentas de auxílio à tradução (*Computer-Assisted Translation Tools* ou *CAT tools*) para facilitar a gestão do texto e otimizar o processo de tradução e revisão. Essas ferramentas desempenham um papel crucial na eficiência e na qualidade do trabalho de tradução, como será detalhado na seção a seguir.

### 3.2 O *Phrase* como ferramenta de auxílio à tradução

Dentre as diversas *CAT Tools* disponíveis *online*, optamos pelo *Phrase* para auxiliar neste projeto de tradução devido às suas funcionalidades que facilitam o trabalho dos tradutores. Uma das principais vantagens desse *software* é a possibilidade de utilizar uma versão gratuita por 14 dias, permitindo que os usuários testem suas funcionalidades antes de decidirem pela aquisição da licença. Outra característica vantajosa do *Phrase* é a capacidade de visualizar a cartilha já configurada e com suas imagens no texto traduzido durante o processo de tradução. Isso permite que o tradutor trabalhe não apenas com o texto, mas também com os elementos não verbais, como eles se manifestam juntamente ao conteúdo discursivo.



Figura 10 – Captura de tela da interface do *Phrase*: painel principal

Fonte: Elaboração da autora

Essa abordagem visual enriquece o processo tradutório, pois promove uma melhor compreensão do contexto em que as palavras estão inseridas e da interação entre elas na cartilha. É possível realizar marcações com balões de comentário em cada segmento da tradução, o que auxilia no processo de revisão e na elaboração do relatório que será discutido posteriormente.

Além disso, a tradução automática do *Phrase* é alimentada por inteligência artificial, o que facilita o trabalho do tradutor ao fornecer sugestões de tradução pré-elaboradas. A capacidade de aprendizado e adaptação do *software* contribui para a melhoria contínua das traduções, oferecendo sugestões mais precisas e contextualmente adequadas. Isso permite ao tradutor economizar tempo, concentrando-se na revisão e em pesquisas terminológicas e fraseológicas mais aprofundadas, sempre que necessário.

Por fim, o *Phrase* também possibilita a leitura de arquivos em formatos *PDF*, *Word*, *TXT* e outros. Em suma, a *CAT Tool* se destaca como uma ferramenta robusta, com uma interface intuitiva e eficiente para a tradução de documentos, oferecendo recursos que vão desde a visualização imagética até a análise qualitativa das traduções, promovendo um processo de trabalho mais dinâmico.

### 3.3 Materiais de consulta

#### 3.3.1 O Vocabulário Institucional Multilíngue da DPU

Neste sentido, considerando que a cartilha foi produzida pela DPU em parceria com o PNUD, termos referentes a cargos, como “defensor público”, “corregedoria” e “secretário-executivo”, devem seguir o padrão estabelecido no *Vocabulário Institucional Multilíngue da Defensoria Pública da União*<sup>31</sup>.

Assim, este glossário caracteriza-se pela tradução multilíngue dos termos institucionais para o inglês, espanhol e francês. Embora ainda não esteja completamente concluído nas três línguas, a pesquisa terminológica no par de línguas português-inglês já está bem consolidada, com todas as equivalências preenchidas.

Figura 11 – Captura de tela da aba principal do *Vocabulário Institucional Multilíngue da DPU*

O presente vocabulário institucional multilíngue constitui base de dados terminológica elaborada pela Coordenação de Tradução (CTRAD) da Assessoria Internacional da Defensoria Pública da União (AINT/DPU), em conformidade com a Resolução CSDPU N° 202, DE 8 de Julho de 2022, que dispõe sobre o Regimento Interno da Defensoria Pública-Geral da União. Este vocabulário objetiva padronizar as traduções de termos relacionados à estrutura organizacional, aos cargos e funções, aos Grupos de Trabalho (GTs), bem como de terminologia especializada relativa às principais demandas de assistência jurídica no âmbito da Defensoria Pública da União (DPU). Sua pretensão é servir de material consultivo ao público geral, além das diversas organizações e instituições parceiras. Os termos deste vocabulário estão organizados em grupos temáticos, quais sejam:

I. **Instituição / Institution (IN) / Institución (ES) / Institution (FR)**

SIGLA	TERMO	TRADUÇÕES
DPU	Defensoria Pública da União	IN - Federal Public Defenders' Office ES - Defensoria Pública Federal FR - Bureau Fédéral du Défenseur Public
Missão	Proteger e Promover os direitos humanos, garantir a orientação jurídica e defender os direitos dos vulneráveis, para assegurar o respeito à cidadania, ao estado democrático e à dignidade humana;(NR)	IN – To protect and promote human rights, granting legal guidance and the defense of the rights of the vulnerable, to ensure the respect to citizenship, to the democratic state and to human dignity; ES – Proteger y promover los derechos humanos, garantizar la orientación jurídica y defender los derechos de las personas vulnerables, con el objetivo de asegurar el respeto a la ciudadanía, al estado democrático y a la dignidad humana.

Fonte: Coordenação de Tradução da Defensoria Pública da União (CTRAD/DPU)

A partir desse vocabulário, criamos uma tabela em *Excel* contendo apenas os termos em português e inglês, que serviu de ponto de partida para a elaboração de um glossário, ou banco de dados terminológico (*Term Bank – TB*), na *CAT Tool* escolhida para o projeto.

<sup>31</sup> No início da elaboração do projeto, a autora solicitou à DPU a disponibilização desse glossário. Trata-se de um documento interno elaborado pela própria CTRAD.

Figura 12 – Captura de tela do alinhamento terminológico institucional da DPU em português e inglês

Português	Inglês
Defensoria Pública da União	Federal Public Defenders' Office
Proteger e Promover os direitos humanos, garantir a orientação jurídica	To protect and promote human rights, granting legal guidance and the defense of the rights of the vulnerable, to ensure the respect to citizenship, to the democratic state and to
Consolidar-se como instituição eficiente na promoção dos direitos hu	To consolidate the institution as an efficient agent(actor) of promotion of human rights and the defense of the rights of the vulnerable, settling itself as an effective instrument
Defensoria Pública-Geral da União	Federal Public Defenders' General Office
Subdefensoria Pública-Geral da União	Federal Public Subdefenders' General Office
Defensoria Pública Estadual	State Public Defenders' Office
Defensoria Nacional de Direitos Humanos	National Human Rights Defenders' Office
Defensoria Regional de Direitos Humanos	Regional Human Rights Public Defenders' Office
Escola Nacional da Defensoria Pública da União	National School of the Federal Public Defenders' Office
Corregedoria-Geral da Defensoria Pública da União	Office of the Comptroller-General of the Federal Public Defenders
Conselho Superior da Defensoria Pública da União	High Council of the Federal Public Defenders' Office
Defensoria Pública Interamericana	Inter-american Public Defenders' Office
Cargos e Funções	Positions and Functions
Defensor Público-Geral Federal	Federal Public Defender-General
Vice-Defensor Público-Geral Federal	Deputy Federal Defender-General
Subdefensor Público Federal	Federal Public Subdefender
Corregedor-Geral da Defensoria Pública da União	Comptroller-General of the Federal Public Defenders' Office
Diretor da Escola Nacional da Defensoria Pública da União	Director of National School of the Federal Public Defenders' Office
Defensor Público Interamericano	Interamerican Public Defender

Fonte: Elaboração própria a partir do Vocabulário do CTRAD/DPU.

O alinhamento das terminologias foi essencial para a criação de um glossário terminológico, posteriormente inserido no *Phrase*, com o objetivo de evitar literalidades observadas na tradução automática e incorporar as expressões institucionalmente usadas pela DPU.

### 3.3.2 Plataformas e dicionários de terminologia especializada

Além dos corpora, vale ressaltar a consulta ao portal oficial do Governo Brasileiro e a sites oficiais dos ministérios, tribunais e câmaras, especialmente no que tange à nomenclatura de órgãos federais, projetos e documentos oficiais<sup>32</sup>. A Constituição Federal de 1988, em sua tradução mais recente de 2022<sup>33</sup>, serviu como base para a tradução de citações, leis e seções mencionadas na cartilha. Neste sentido, o glossário de termos legislativos do Senado Federal<sup>34</sup> auxiliou na tradução de nomes de entidades, como ministérios, órgãos federais e entidades da União, através da pesquisa de textos e documentos institucionais traduzidos para o inglês.

Adicionalmente, o uso do dicionário monolíngue *Black's Law Dictionary*, elaborado por Bryan A. Garner, e do *Dicionário de Direito, Economia e Contabilidade: Inglês-Português-Inglês*, produzido por Márcilio Moreira, auxiliou na tradução e adaptação de terminologias

<sup>32</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/en>. Acesso em: 28 de agosto de 2024.

<sup>33</sup> Disponível em:

[https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/brazil\\_federal\\_constitution.pdf](https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/brazil_federal_constitution.pdf). Acesso em: 23 de agosto de 2024.

<sup>34</sup> Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/581602>. Acesso em: 22 de agosto de 2024.

jurídicas especializadas. A principal diferença entre esses materiais está em sua composição: enquanto o *Black's Law Dictionary* se estrutura com o conceito seguido de significado, oferecendo equivalentes autênticos em língua inglesa, o *Dicionário de Direito, Economia e Contabilidade: Inglês-Português-Inglês* apresenta o termo em português seguido de seu equivalente de forma mais sucinta, o que facilita buscas rápidas para expressões como “seção”, “cláusula” e “artigo”.

Por fim, também utilizamos o *Manual de Orientação ao Uso de Terminologias LGBTI*, elaborado por Reis (2018), para questões terminológicas em língua portuguesa referentes à identidade e expressão de gênero, bem como à orientação sexual. Trata-se de um guia didático conceitual sobre as diferentes letras que compõem o acrônimo, a forma de tratar cada pessoa, como através do uso de pronomes e do nome social, além de oferecer uma visão abrangente das experiências de pessoas LGBTQIA+ no Brasil.

Assim, com base nos materiais de consulta, como o glossário da DPU, o *COCA Corpus* e os corpora elaborados, iniciamos a tradução. O relatório a seguir demonstra a aplicabilidade dessas ferramentas na escolha de equivalentes de tradução para a cartilha em questão.

#### **4. RELATÓRIO DE TRADUÇÃO E RESULTADOS DE PESQUISA**

Para produzir nossa tradução, foi necessário estabelecer alguns critérios. Em relação às características distintivas entre as convenções dos manuais nas duas línguas, notamos, durante a tradução, os diferentes graus de formalidade expressos. Como mencionado anteriormente, a língua portuguesa tende a aderir a características relativas à modalização deóntica em seu discurso (MOZDZENSKI, 2006), enquanto o inglês frequentemente adota um discurso direto e o uso explícito de pronomes (SAGER, 1997), especialmente em textos injuntivos e informativos.

Com base nisso, organizamos este relatório em quatro eixos. Primeiramente, trataremos das convenções discursivas referentes à língua de chegada, conforme abordado na seção 2.3. Em seguida, discutiremos aspectos terminológicos que consideramos relevantes para a discussão. Também abordaremos alguns aspectos lexicais e, por fim, apresentaremos algumas constatações a nível fraseológico que julgamos ser pertinentes para esta tradução.

## 4.1 Problemas, soluções e estratégias tradutórias

### 4.1.1 Convenções discursivas da língua de chegada

Nesta linha, enquanto é necessário apresentar o caráter institucional do enunciador, é essencial que o diálogo com o interlocutor se estabeleça de forma autêntica e natural, de acordo com os princípios de convencionalidade da língua de chegada (TAGNIN, 2013). Com base nos estudos de Kussmaul (1997) sobre convenções linguísticas em textos injuntivos e informativos em inglês, realizamos um levantamento do uso quantitativo dos pronomes pessoais utilizando a ferramenta *Word* no *AntConc*. Optamos por usar a ferramenta *clusters* com o objetivo de observar como os pronomes pessoais *you*, *we* e *it* interagem com os verbos que os sucedem.

Figura 13 – Captura de tela do uso do pronome *you* e respectivos verbos que acompanham

Cluster	Rank	Freq	Range
1	you rate the	1	6 1
2	you might collaborate	2	5 1
3	you responded yes	2	5 1
4	you do not	4	4 1
5	you are undertaking	5	3 1
6	you might need	5	3 1
7	you ask workers	7	2 1
8	you can explore	7	2 1
9	you could participate	7	2 1
10	you could undertake	7	2 1
11	you feel x	7	2 1
12	you find concrete	7	2 1
13	you learn looking	7	2 1
14	you might best	7	2 1
15	you might consider	7	2 1
16	you might therefore	7	2 1
17	you turn yourself	7	2 1
18	you undertake this	7	2 1

Fonte: Elaboração da autora

Em inglês, o uso frequente e direto do pronome *you* é uma característica que cria uma abordagem interpelativa, ao dialogar diretamente com o leitor e envolvê-lo nas instruções e informações fornecidas. Essa estratégia ajuda a clarificar o papel do leitor como destinatário das ações descritas e torna as instruções mais imediatas e direcionadas. Como mencionado anteriormente, a estrutura direta determina o grau de clareza e a responsabilidade pessoal do enunciador em relação à informação passada ao interlocutor.

Em contraste, na língua portuguesa, embora o enunciador possa eventualmente assumir responsabilidade pelo discurso, as convenções discursivas para materiais injuntivos e informativos frequentemente adotam abordagens diferentes. Em muitos casos, opta-se por



ocultar o pronome pessoal ou por dar ênfase ao objeto discursivo em vez do leitor, tal como mencionado na modalização deôntica. Isso ocorre porque o estilo típico dos manuais em português tende a focar mais nos procedimentos e nas ações (MOZDZENSKI, 2006), o que pode resultar em um tom mais impessoal. Considerando a tradução como também um ato discursivo (TYMOCZKO, 1999), a inclusão proporciona aproximação com leitor, criando um senso de proximidade muitas vezes necessário.

Quadro 1 – Convenções discursivas: uso do pronome *you*

	TEXTO ORIGINAL	TRADUÇÃO NOSSA
113	Em linguagem simples e de modo pedagógico, o produto explica e explica os principais direitos já conquistados pela população LGBTQIA+ e reconhecidos pelo sistema de Justiça brasileiro, indicando ainda a via para proteção em caso de violação.	This guide explains in plain language the key rights that LGBTQIA+ people have already achieved and that are acknowledged by the Brazilian legal system. It also advises <b>you</b> of how to seek protection if those rights are violated.
186	Caso não seja perguntado durante o atendimento ou em qualquer fase do seu contato com o Sistema de Justiça, exija o cumprimento dessa determinação.	If <b>you</b> are not asked about it during your engagement with the justice system or at any step of the process, insist on having this requirement met.
190	Caso deseje emitir novos documentos adaptados, é possível que o procedimento ocorra de forma administrativa ou judicial, ainda que durante o cumprimento de pena ou de medida socioeducativa em reclusão.	<b>You</b> can use administrative or legal channels to issue your new documents. This option is also available if you're serving a sentence or involved in a rehabilitation program.

Fonte: Elaboração da autora

Algo semelhante ocorre no uso de *we*. Em português, essa variação pode alternar entre formas que mantêm a distância ou o foco na informação e no objeto discursivo. Já em inglês, o uso do pronome mantém um caráter formal e enfatiza a inclusão do leitor de forma colaborativa (KUSSMAUL, 1997). Da perspectiva institucional, a forma como o órgão jurídico se posiciona em um texto pode passar ao leitor a sensação de credibilidade e responsabilidade já que demonstra preocupação em garantir que a comunicação seja clara e compreensível.

Quadro 2 – Convenções discursivas: uso do pronome *we*

	TEXTO ORIGINAL	TRADUÇÃO NOSSA
126	E no que estiver ao nosso alcance, nos empenharemos pelo cumprimento do seu direito fundamental de ser quem você é, em todas as instâncias judiciais e sociais.	Thus, within our capacity, <b>we</b> will strive to uphold your fundamental right to be who you are, in all judicial and social settings.
219	Como não nos cansaremos de reforçar, a igualdade das uniões estáveis homotransafetivas às heteroafetivas se estende a todos os direitos relacionados, como na possibilidade legal de adoção de crianças e adolescentes.	As <b>we</b> will continue to emphasize, the equality of same-sex and queer unions with heterosexual unions extends to all related rights, such as the legal right to adoption.

237	Abaixo, vamos detalhar quais são os seus direitos se você estiver, de alguma forma, respondendo a um procedimento na justiça criminal (ou seja, se for uma pessoa acusada, ré, condenada ou privada de liberdade, de modo provisório ou definitivo), ou quando for vítima de algum crime, com destaque aos episódios de violência doméstica, política ou de homotransfobia.	Here, <b>we</b> outline your rights if you are involved in a criminal case, whether as an accused, defendant, or convicted person, or as someone in custody. <b>We</b> also cover your rights as a crime victim, focusing on domestic violence, political violence, and discrimination based on gender identity or sexual orientation.
-----	---	--

Fonte: Elaboração da autora

Sobre o pronome *it*, partimos dos estudos de Kussmaul (1995) acerca dos registros de uso. Para isso, realizamos um levantamento utilizando a busca *it is* \* a fim de analisar os colocados que precedem.

Tabela 3 – Busca por *it is* \*

It is *	Frequência
It is important	41
It is essential	27
It is recommended	10

Fonte: Elaboração da autora

Quadro 3 – Convenções discursivas: uso de *it is* \*

	TEXTO ORIGINAL	TRADUÇÃO NOSSA
125	Para nós da DPU, é fundamental o respeito aos termos, nomes e pronomes utilizados por cada pessoa para se referir a si mesma.	For us, <b>it is essential</b> to respect the terms, names, and pronouns each person uses to refer to themselves.
183	Em relação aos direitos da população LGBTQIA+, destacamos os seguintes:	Thus, <b>it is important</b> to highlight the rights of LGBTQIA+ population, such as:
550	Nessas situações, recomendamos que você procure o “Fale Conosco”, canal de comunicação entre a Defensoria Pública da União (DPU) e as cidadãs e os cidadãos.	In these cases, <b>it is recommended</b> that you use the ‘Contact Us,’ which is the communication channel between the Federal Public Defender’s Office (DPU) and Brazilian citizens.

Fonte: Elaboração da autora

Adiante, outro contraste acerca das convenções discursivas e suas respectivas diferenças entre o inglês e o português diz respeito à estruturação de títulos e subtítulos. Estes podem cumprir uma ou mais funções, como identificar uma obra, anunciar, qualificar ou resumir parte de um conteúdo, enquadrando-se ou não a um eixo temático, com o objetivo de atrair o leitor (MARCURACHI, 1986). Na língua inglesa, embora a função do título siga os mesmos requisitos, algumas características lexicais podem se manifestar de forma diferente, como o uso

de afirmações e a substantificação de verbos no gerúndio, em vez do formato de perguntas e respostas.

Quadro 4 – Convenções discursivas: uso do sufixo *-ing* em títulos

	TEXTO ORIGINAL	TRADUÇÃO NOSSA
84	POR QUE FALAMOS EM POPULAÇÃO “LGBTQIA+”?	ADDRESSING THE NEEDS OF THE LGBTQIA+ COMMUNITY
86-87	PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS E SIGILO DA AUTODECLARAÇÃO	PROTECTING PERSONAL DATA AND CONFIDENTIALITY OF SELF-IDENTIFICATION
89-90	ÁREAS DE ATUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO (DPU)	THE FEDERAL PUBLIC DEFENDERS’ OFFICE WORKING DOMAINS

Fonte: Elaboração da autora

Com base nas características trabalhadas na fundamentação teórica sobre textos injuntivos e informativos, fizemos um levantamento dos termos *should*, *must* e *may*, tanto em construções afirmativas quanto negativas. Esses termos são expressões recorrentes que manifestam ideias de recomendação ou conselho, obrigação ou necessidade e permissão ou possibilidade, respectivamente (KUSSMAUL, 1997). A seguir, observamos, a partir do *corpus* compilado, a forma como essas expressões se manifesta dentro das estruturas sintáticas características da cartilha.

Tabela 4 – Levantamento de ocorrências de verbos modais

Verbo	Frequência
should	2670
should not	179
must	763
must not	59
may	1387
may not	75

Fonte: Elaboração da autora

Figura 14 – Captura de tela: busca por *should* e elementos que acompanham

AntConc  
File Edit Settings Help

Target Corpus  
Name: SubCorp\_Cartilha  
Files: 10  
Tokens: 754323

Access to education LGBTQ\_ENG  
booklet-gender-finance-2023-e  
Booklet\_Implementing the GCM  
Bom\_Free\_and\_Equal\_WEB.pdf  
Human Rights\_A Basic Handbo  
Human\_Rights\_Translated\_web  
Implementation Handbook for r  
reproductive\_health\_policies\_20  
UN\_principles\_and\_guidelines\_or  
wcms\_846108 (1).pdf

KWIC Plot File View Cluster N-Gram Collocate Word Keyword Wordcloud  
Cluster Types 1096 Cluster Tokens 2670 Page Size 100 hits 1 to 100 of 1096 hits

Cluster	Rank	Freq	Range
1	should not be	1	130 6
2	should ensure that	2	74 4
3	should be provided	3	56 3
4	should also be	4	53 4
5	should be paid	5	46 2
6	should be taken	6	44 6
7	should have the	7	42 2
8	should be given	8	40 2
9	should be made	9	39 5
10	should be encouraged	10	27 1
11	should be a	11	22 4
12	should be noted	11	22 3
13	should be established	13	20 3
14	should be considered	14	17 2
15	should be placed	15	16 1
16	should inform later	15	16 1
17	should be protected	17	15 4
18	should always be	18	14 1

Search Query  Words  Case  Regex Cluster Size 3 Min. Freq 1 Min. Range 1

should Start Adv Search

Sort by Frequency  Invert Order Search Term Position  On Left  On Right  On Left/Right

Progress 100%

Fonte: Elaboração da autora

Figura 15 – Captura de tela: busca por *must* e elementos que acompanham

AntConc  
File Edit Settings Help

Target Corpus  
Name: SubCorp\_Cartilha  
Files: 10  
Tokens: 754323

Access to education LGBTQ\_ENG  
booklet-gender-finance-2023-e  
Booklet\_Implementing the GCM  
Bom\_Free\_and\_Equal\_WEB.pdf  
Human Rights\_A Basic Handbo  
Human\_Rights\_Translated\_web  
Implementation Handbook for r  
reproductive\_health\_policies\_20  
UN\_principles\_and\_guidelines\_or  
wcms\_846108 (1).pdf

KWIC Plot File View Cluster N-Gram Collocate Word Keyword Wordcloud  
Cluster Types 415 Cluster Tokens 763 Page Size 100 hits 1 to 100 of 415 hits

Cluster	Rank	Freq	Range
1	must not be	1	35 1
2	must ensure that	2	23 3
3	must be taken	3	16 1
4	must be provided	4	15 3
5	must take all	5	14 2
6	must also be	6	13 3
7	must be respected	6	13 2
8	must be given	8	12 2
9	must be made	8	12 1
10	must be consistent	10	11 1
11	must be a	11	8 2
12	must be available	11	8 1
13	must be protected	11	8 2
14	must also take	14	7 2
15	must be read	14	7 1
16	must be set	14	7 2
17	must comply with	14	7 2
18	must have access	14	7 2

Search Query  Words  Case  Regex Cluster Size 3 Min. Freq 1 Min. Range 1

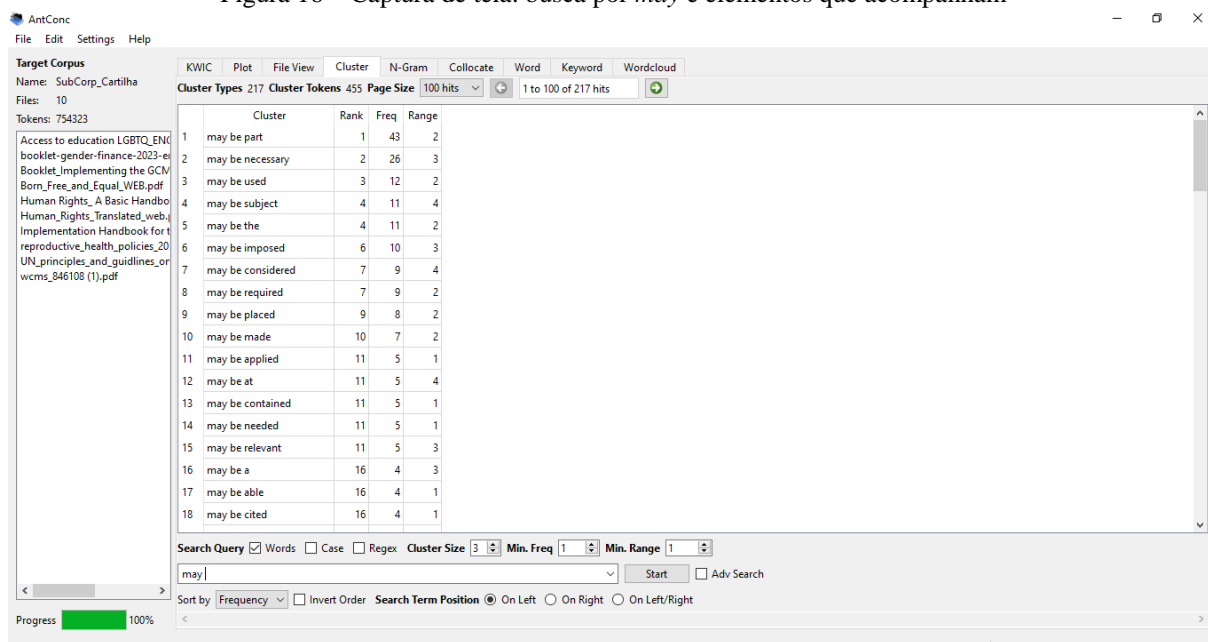
must Start Adv Search

Sort by Frequency  Invert Order Search Term Position  On Left  On Right  On Left/Right

Progress 100%

Time taken (creating cluster results): 0.1073 sec

Fonte: Elaboração da autora

Figura 16 – Captura de tela: busca por *may* e elementos que acompanham

Fonte: Elaboração da autora

Através desse levantamento, observamos que o uso da voz passiva na redação de cartilhas é frequentemente associado a verbos modais. Kussmaul (1997) aponta que o uso desse tipo de construção em língua inglesa, assim como em língua portuguesa, caracteriza a omissão do agente, pois “confere à ação um determinado efeito que visa eliminar (ou tornar secundária) a responsabilização pela ação” (MOZDZENSKI, 2006, p. 128).

Quadro 5 – Convenções discursivas: uso da voz passiva

	TEXTO ORIGINAL	TRADUÇÃO NOSSA
250	Em junho de 2019, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a falta de ação do Poder Legislativo para enfrentar essa inaceitável realidade, definindo que os atos de homotransfobia fossem equiparados ao crime de racismo, previsto na Lei nº 7.716/1989.	In June 2019, the Supreme Federal Court (STF) recognized the legislative failure to address this unacceptable reality. It was ruled that acts of homophobia and transphobia <b>should be treated</b> as crimes equivalent to racism, according to Brazilian Law No. 7,716/1989.
278	O usufruto da previdência social é um direito fundamental, devendo ser garantido, igualmente, a todas as pessoas que tenham cumprido os requisitos para acessá-lo.	Social security benefits are a fundamental right and <b>should be guaranteed</b> equally to everyone who meets the eligibility requirements.
157	Com base nela, devem ser garantidas à população LGBTQIA+ ações que evitem qualquer tipo de discriminação nos espaços e no atendimento dos serviços públicos de saúde.	Based on this policy, actions that prevent any form of discrimination of the LGBTQIA+ population in public healthcare settings and services <b>must be ensured</b> .
176	Segundo a Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017), o visto e a autorização de residência para fins de reunião familiar deve ser concedido “sem discriminação alguma” (artigo 37).	According to the Brazilian Migration Law (Law No. 13,445/2017), a visa and residence permit for family reunification <b>must be granted</b> “without any discrimination” (Article 37).

245	Especificamente, a Constituição Federal de 1988 garante que nenhuma pessoa seja submetida a tortura nem a tratamento desumano ou degradante (inciso III), que não existam penas cruéis (inciso XLVII, “e”) e que a pena seja cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo da pessoa apenada (inciso XLVIII), devendo-se assegurar o respeito à sua integridade física e moral (inciso XLIX).	According to the 1988 Federal Constitution, no one <b>may be submitted</b> to torture or to inhuman or degrading treatment (Section III). There shall be no cruel punishment (Section XLVII(e)), sentence <b>shall be served</b> in separate establishments, according to the nature of the offense, the age and the sex of the convict (Section XLVIII). Thus their physical and moral integrity <b>must be respected</b> (Section XLIX).
274	Na área previdenciária – ou seja, quando falamos sobre aposentadoria, auxílios ou pensões –, o ingresso na justiça pode ser necessário em situações como a comprovação de união estável homotransafetiva.	In social security matters — like pensions, benefits, or retirement — going to court <b>may be required</b> in situations such as proving a queer stable union.

#### 4.1.2 Questões de terminologia especializada

A respeito das terminologias institucionais da DPU, reforçamos a importância do alinhamento terminológico, conforme abordado na seção 3.1.1. Graças a esse recurso, foi possível inserir o glossário, o que permitiu mostrar automaticamente no *Phrase* os termos referentes a cargos institucionais.

Quadro 6 – Terminologia: expressões institucionais da DPU

	TEXTO ORIGINAL	TRADUÇÃO AUTOMÁTICA	TRADUÇÃO NOSSA
12	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO	PUBLIC DEFENDER'S OFFICE OF THE UNION	THE FEDERAL PUBLIC DEFENDERS' OFFICE
23	Assessora Chefe da Assessoria de Planejamento, Estratégia e Modernização (ASPLAN) e Gestora Suplente do Projeto	Chief Advisor of the Planning, Strategy, and Modernization Advisory (ASPLAN) and Substitute Manager of the Project	Head Advisor of the Planning, Strategy and Modernization Advisory (ASPLAN) and Deputy Project Manager
35	Assessor-Chefe de Comunicação	Chief Communication Officer	Head of Communication Advisor

Fonte: Elaboração da autora

Sobre as terminologias especializadas referentes às diferentes identidades existentes dentro da comunidade LGBTQIA+, chamamos atenção para o termo “travesti”. Segundo o *Manual de orientação a uso de terminologias LGBTI+*, podemos considerar travesti como “uma construção de gênero feminino, oposta ao sexo biológico, seguido de uma construção física de caráter permanente, que se identifica na vida social, familiar, cultural e interpessoal, através dessa identidade” (REIS, 2018, p. 31).

Historicamente, o termo designa de forma pejorativa as pessoas que não se enquadram nos padrões binários e heteronormativos referentes à identidade de gênero, sobretudo em países latino-americanos (MELLO *et al*, 2012), mas adquiriu um sentido político que foi subvertido e



ressignificado pelos movimentos LGBTQIA+ no decorrer dos anos<sup>35</sup>. Abaixo, observamos os contextos de uso do termo travesti no corpus em língua inglesa:

Figura 17 – Captura de tela do termo “travesti” e colocados em contexto

File	Left Context	Hit	Right Context
1 ap-...	nders'.44 Terms include hijra (Bangladesh, India and Pakistan),	travesti (	Argentina and Brazil), waria (Indonesia), okule and agule (Dem
2 lgbtiq-equality-...	nders'.44 Terms include hijra (Bangladesh, India and Pakistan),	travesti (	Argentina and Brazil), waria (Indonesia), okule and agule (Dem
3 wcms_846108.pdf	nd expressions such as hijra (Bangladesh, India and Pakistan),	travesti (	Argentina and Brazil), okule and agule (Democratic Republic c
4 wcms_846108.pdf	may undergo cosmetic procedures to feminize their bodies. 74	Travesti	is an example of how terms are not universal and may be reje
5 wcms_846108.pdf	ic slur depending on the context. When translated to English,	travesti	is often written as transvestite, a term rejected by many Englis
6 wcms_846108.pdf	e at birth who dress as women in their day-to-day lives. Some	travesti	adopt female pronouns and names, and may undergo cosme
7 wcms_846108.pdf	it to possess two spirits and often assume the role of shaman.	travesti:	complex Spanish term that can vary depending on the contex
8 wcms_846108.pdf	ever, like the English term queer, in Argentina and elsewhere,	travesti	has been embraced by some as a political identity that reaffir
9 wcms_846108.pdf	es City, n.d. “¿Es lo mismo ser una persona trans, transgénero,	travesti,	transexual o intersex/intersexual?”. https://chautabu.buenosa
10 wcms_846108.pdf	p?id=63. Accessed 9 November 2021. Martinez, Juliana. 2021. "	Travesti,	una breve definición". Sentiido, 29 January 2020. 77 Appendix

Fonte: Elaboração da autora

Apesar da baixa frequência, é possível observar três ocorrências do termo “travesti” associadas ao contexto cultural terminológico de países latino-americanos. Conforme observado na linha 5, o excerto completo afirma que, apesar de rejeitado por falantes de língua inglesa, “assim como o termo em inglês ‘*queer*’”, na Argentina e em outros lugares, “*travesti* foi adotado por alguns como uma identidade política que reafirma o direito de se definir fora do binário de gênero”<sup>36</sup>, embora, frequentemente, o termo mais usado em inglês seja *transvestite*.

Assim, realizamos a busca por ambos os termos no *corpus* especializado, que levantou 10 ocorrências para “*travesti*” e apenas 1 ocorrência para “*transvestite*”. Para sanar essa questão, decidimos comparar os dois termos no *Coca Corpus* e buscar por principais colocados. Através disso, constatamos 491 ocorrências para “*transvestite*” e 60 para “*travesti*”. Após

<sup>35</sup> Disponível em: [https://antrabrazil.org/wp-content/uploads/2020/03/transexualidade\\_travestilidade\\_saude.pdf](https://antrabrazil.org/wp-content/uploads/2020/03/transexualidade_travestilidade_saude.pdf). Acesso em: 3 de setembro de 2024.

<sup>36</sup> “travesti is often written as transvestite, a term rejected by many English speakers. However, like the English term queer, in Argentina and elsewhere, travesti has been embraced by some as a political identity that reaffirms the right to define oneself outside the gender binary” (tradução minha).

verificar o contexto de uso na ferramenta KWIC, optamos pelo uso de “*transvestite*”, pois reflete de forma mais autêntica o uso do termo na língua geral.

Figura 18 – Captura de tela da comparação de uso entre “*transvestite*” e “*travesti*” e colocados

The screenshot shows the COCA interface with the 'FREQUENCY' tab selected. It displays two columns of data for 'WORD 1 (W1): TRANSVESTITE (491) (8.18)' and 'WORD 2 (W2): TRAVESTI (60) (0.12)'. The tables are sorted by ratio, with 'TRANSVESTITE' having a ratio of 8.18 and 'TRAVESTI' having a ratio of 0.12.

WORD 1 (W1): TRANSVESTITE (491) (8.18)						WORD 2 (W2): TRAVESTI (60) (0.12)					
	WORD	W1	W2	W1/W2	SCORE		WORD	W2	W1	W2/W1	SCORE
1	-	42	0	84.0	10.3	1	VICTOR	51	0	102.0	834.7
2	OR	37	0	74.0	9.0	2	SAID	8	6	1.3	10.9
3	THAT	36	0	72.0	8.8	3	HIS	15	15	1.0	8.2
4	WHO	33	0	66.0	8.1	4	'S	12	39	0.3	2.5
5	A	324	5	64.8	7.9	5	"	20	70	0.3	2.3
6	IS	54	1	54.0	6.6	6	.	44	210	0.2	1.7
7	SWEET	24	0	48.0	5.9	7	OF	10	52	0.2	1.6

Fonte: Elaboração da autora

Abaixo, ressaltamos que um aspecto interessante a ser levantado na tradução automática é que, por se tratar de um termo mais localizado, observamos que a máquina frequentemente traduziu *travesti* como *transgender woman*, *transsexual woman* ou até mesmo omitiu o termo. Trata-se de uma estratégia recorrente das traduções automáticas que, segundo Caseli (2017), pode ser explicada pelo fato de ocorrer “o mapeamento direto das unidades lexicais fonte para as unidades lexicais alvo, ou seja, sem que nenhuma etapa de análise sintática ou semântica seja realizada”. A inclusão do termo *transvestite*, neste caso, demonstra não só a reafirmação da existência dessa identidade como também o comprometimento na garantia e proteção dos direitos daquelas pessoas que se entendem como parte do grupo.

Quadro 7 – Terminologia: uso do termo *transvestite*

	TEXTO ORIGINAL	TRADUÇÃO AUTOMÁTICA	TRADUÇÃO NOSSA
124	Esta cartilha adotará a nomenclatura “LGBTQIA+”, que se refere a pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transgênero, transexuais e travestis, queer, intersexuais e assexuais, bem como a outras identidades de gênero ou orientação sexual não	This guide will use the term ‘LGBTQIA+’, which refers to lesbian, gay, bisexual, transgender, transsexual women, queer, intersex, and transsexual people, as well as other gender identities or sexual orientations not covered by the letters in the acronym.	This booklet will use the term ‘LGBTQIA+’, which refers to lesbian, gay, bisexual, transgender, transsexual, and transvestite people, as well as queer, intersex, and asexual individuals, and other gender identities or sexual orientations not covered by this acronym..

	compreendidas pelas letras da sigla.		
158	No ano de 2013, o Ministério da Saúde redefiniu e ampliou o processo transexualizador disponibilizado pelo SUS, garantindo medidas como o tratamento ginecológico, urológico e endocrinológico para pessoas transexuais, travestis e intersexo.	In 2013, the Ministry of Health redefined and expanded the transgender process provided by the SUS, ensuring measures such as gynecological, urological, and endocrinological treatment for transgender people, transsexual women, and intersex individuals.”	In 2013, the Ministry of Health updated and extended the gender-affirming policy ' <i>processo transexualizador</i> ' available through SUS. This program encompasses a series of health procedures designed to transgender or <b>transvestites</b> who wish to undergo bodily transition through clinical and surgical means. Now, it offers gynecological and urological care, so as hormone therapies for transgender, <b>transvestite</b> , and intersex people.
249	Tragicamente, o Brasil é um dos países com maior índice de violência contra pessoas LGBTQIA+ no mundo, com destaque à realidade alarmante vivenciada por travestis e mulheres transexuais.	Tragically, Brazil is one of the countries with the highest rates of violence against LGBTQIA+ individuals in the world, with a particular focus on the alarming reality faced by transsexual and transgender women.	Unfortunately, Brazil has one of the highest rates of violence against LGBTQIA+ people worldwide, particularly affecting <b>transvestites</b> and transgender women, who experience alarming levels of violence.

Fonte: Elaboração da autora

Outra questão a se apontar foi a falta de expressões para se referir ao conceito “homotransafetivo”. Embora a palavra exista em inglês, o termo em si não está lexicalizado na língua de chegada. Para Baker (1997), trata-se de uma questão que ocorre quando o conceito, em si, existe na cultura de chegada, mas não um termo específico para expressá-lo. Como solução, utilizamos a expressão *queer*, que, em inglês, opera como termo guarda-chuva para designar identidade de gênero, orientação sexual, e a forma como a pessoa se expressa socialmente (REIS, 2018, p. 31), alternado com *same-sex and gender diverse*, a fim de contemplar as demais identidades e expressões de gênero.

Quadro 8 – Terminologia: uso do termo *same-sex*, *queer* e *gender-diverse*

	TEXTO ORIGINAL	TRADUÇÃO NOSSA
197	Segundo a Constituição Federal de 1988 (caput do art. 226), a família é um núcleo doméstico, formal ou informalmente constituído, e composto por relações hetero ou homotransafetivas.	The 1988 Brazilian Constitution (Article 226) defines family as an entity, whether official or non-official, including heterosexual, <b>same-sex</b> , and <b>queer relationships</b> .
199	Em 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a união homotransafetiva como entidade familiar e que a ela cabem os mesmos direitos e deveres da união estável entre homem e mulher.	In 2011, the Supreme Federal Court (STF) recognized same-sex and <b>gender diverse unions</b> as family entities. This status grants them the same rights and responsibilities as heterosexual stable unions.

230	Para o STF e o STJ, se determinada situação é permitida em relações heteroafetivas, também deve ser para relações homotransafetivas, em respeito ao princípio constitucional da igualdade.	According to the Supreme Federal Court and the Superior Court of Justice, what is permitted in heterosexual relationships should also be granted in <b>queer relationships</b> , in line with the constitutional principle of equality.
-----	--	---

Fonte: Elaboração da autora

Outro ponto que julgamos interessante investigar diz respeito ao termo “autodeclaração”, que se refere ao reconhecimento da própria identidade de gênero legitimada através de documentos oficiais (REIS, 2018, p. 27). Esse conceito é particularmente relevante para aqueles que não se encaixam nos padrões binários de sexualidade e gênero, como as pessoas trans e não-binárias (REIS, 2018, p. 26).

À *prima facie*, *self-declaration* é uma expressão existente em língua inglesa. Entretanto, por se tratar de uma terminologia especializada, julgamos necessário averiguar no *corpus* se, no contexto do direito civil, e em especial ao se tratar da comunidade LGBTQIA+, é o termo mais adequado a ser utilizado.

Ao realizar o levantamento, constatamos a falta de ocorrência para *self-declaration* e a mesma frequência de uso entre *self-identification* e *self-determination*. Para essa pesquisa, realizamos uma busca por *self \** na ferramenta *clusters* e analisamos o contexto de uso por meio da *KWIC*.

Figura 19 – Captura de tela da busca *self \** e carregamento de frequência de uso

Cluster	Rank	Freq	Range
1	self identified	1	18 6
2	self determination	2	14 4
3	self identification	2	14 5
4	self determined	4	7 6
5	self defined	5	4 2
6	self determine	5	4 2
7	self esteem	5	4 1
8	self exclusion	5	4 1
9	self harm	5	4 2
10	self definition	10	3 3
11	self learning	10	3 1
12	self protection	10	3 3
13	self defining	13	2 2
14	self disclosure	13	2 2
15	self identifies	13	2 2
16	self perception	13	2 1
17	self perceptions	13	2 2
18	self reporting	13	2 2

Fonte: Elaboração da autora

Neste sentido, ao compararmos as linhas de concordância lexical e as colocações, podemos observar que *self-determination* está frequentemente associado ao direito do indivíduo de tomar decisões acerca da própria identidade – como, por exemplo, se submeter a procedimentos cirúrgicos de resignação ou terapias hormonais –, enquanto *self-identification* engloba o aspecto pessoal da identidade. Dito isso, a equivalência para autodeclaração pode variar de acordo com o contexto.

Tabela 5 – Busca por colocados de *self-determination* e *self-identification*

Termo	Colocados	Frequência
Self-determination	Right	6
	Justice	4
	Autonomy	4
Self-identification	Yourself	5
	Group	3
	Privacy	2

Fonte: Elaboração da autora

Figura 20 – Captura de tela por *self-determination* e contexto de uso

The screenshot shows the AntConc software interface. The search query is 'self-determination'. The results are displayed in a table with the following columns: File, Left Context, Hit, and Right Context. The search results are as follows:

File	Left Context	Hit	Right Context
1 ap-...	UN's founding principles of equality, justice, respect and	self-determination	and in recognition of the workplace discrimination LGBTIC
2 lgbtqi-equality-...	UN's founding principles of equality, justice, respect and	self-determination	and in recognition of the workplace discrimination LGBTIC
3 ap-...	a quick, transparent and accessible mechanism, based on	self-determination	by the person, which legally recognizes and affirms
4 lgbtqi-equality-...	a quick, transparent and accessible mechanism, based on	self-determination	by the person, which legally recognizes and affirms
5 ap-...	d other medical requirements or psychological appraisals.	Self-determination	is the hallmark in this context, meaning that
6 lgbtqi-equality-...	d other medical requirements or psychological appraisals.	Self-determination	is the hallmark in this context, meaning that
7 ap-...	by UN founding principles of equality, justice, respect and	self-determination.	IX KEY TERMINOLOGY AND DEFINITIONS This section lists
8 lgbtqi-equality-...	by UN founding principles of equality, justice, respect and	self-determination.	IX KEY TERMINOLOGY AND DEFINITIONS This section lists
9 Advancing the ...	entions, from further violation of their dignity and enables	self-determination.	It is important to firmly include gender identity
10 UNDP_LGBTI_H...	violence, and other harm, and to guarantee the right to	self-determination.	Right to Freedom from Criminalization and Sanction on

The interface also shows search options: Search Query: self-determination, Results Set: All hits, Context Size: 10 token(s), Sort Options: Sort to right, Sort 1: 1R, Sort 2: 2R, Sort 3: 3R, Order by freq.

Fonte: Elaboração da autora

Figura 21 – Captura de tela por *self-identification* e contexto de uso

The screenshot shows the AntConc software interface. The main window displays a table of search results for the term "self-identification". The table has four columns: File, Left Context, Hit, and Right Context. The search query is "self identification" and the results are sorted by frequency. The progress bar at the bottom indicates 100% completion.

File	Left Context	Hit	Right Context
1 ap-...	llenging due to inherent limitations to self- reporting and	self-identification	of SOGIESC, especially related to fear of self-
2 lgbtiq-equality-...	llenging due to inherent limitations to self- reporting and	self-identification	of SOGIESC, especially related to fear of self-
3 Advancing the ...	in the Law of Gender Identity (2011), securing the right to	self-identification	and legal recognition for trans persons, became an
4 wcms_846108.pdf	sd States of America – have included a question on sexual	self-identification	in at least one nationally representative survey conducted
5 Advancing the ...	s them in this process. Legal gender recognition based on	self-identification	also protects those intersex people who do not
6 Advancing the ...	s and discrimi- nation. Legal gender recognition based on	self-identification	pro- tects transgender people against violations of their
7 Advancing the ...	e process of legal gender recognition should be based on	self-identification,	be a simple administrative process, allow for recognition
8 UNDP_LGBTI_H...	e process of legal gender recognition should be based on	self-identification,	be a simple administrative process, allow for recognition
9 ap-...	nd ensuring legal recognition of gender identity based on	self-identification. *	States must protect the physical integrity and dignity
10 lgbtiq-equality-...	nd ensuring legal recognition of gender identity based on	self-identification. *	States must protect the physical integrity and dignity

Fonte: elaboração da autora

Quadro 9 – Terminologia: uso do termo *self-determination* e *self-identification*

	TEXTO ORIGINAL	TRADUÇÃO NOSSA
87	SIGILO DA AUTODECLARAÇÃO	CONFIDENTIALITY OF <b>SELF-IDENTIFICATION</b>
131	Sabemos que a necessidade de se autodeclarar LGBTQIA+ para acessar direitos e garantias específicas pode gerar riscos e dificuldades.	We know that having to <b>self-determine</b> yourself as LGBTQIA+ to access specific rights and protections can pose risks and challenges.
272	As pessoas LGBTQIA+ devem ter acesso a todos os direitos trabalhistas e previdenciários, sem distinção quanto ao gênero autodeclarado ou à orientação sexual.	LGBTQIA+ people should have access to all labor and social security rights, regardless of their <b>self-determined</b> gender or sexual orientation.
127	Mas caso você se identifique de outra maneira, não se preocupe!	However, if you <b>self-identify</b> differently, don't worry.
129	E se a forma como você se autoidentificar não for levada em consideração, busque qualquer representante da Defensoria Pública da União (DPU) para reportar o ocorrido.	If your <b>self-identification</b> is not acknowledged, contact any representative of the Federal Public Defender's Office (DPU) to report the situation.
180	Assim, todas as previsões trazidas nesta cartilha devem ser aplicadas, igualmente, a crianças, adolescentes e jovens que se autodeterminem como parte da população LGBTQIA+.	Therefore, all guidelines in this booklet should equally apply to children, teenagers, and young adults who <b>self-identify</b> as part of the LGBTQIA+ community.

Fonte: Elaboração da autora

Acerca da terminologia jurídica que permeou este projeto, vale destacar a expressão “união estável”, frequentemente usada no direito de família e que configura a “convivência

pública, contínua e duradoura, estabelecida com o objetivo de constituição de família”<sup>37</sup>. Moreira (2024) suger o uso de *stable union* em sua forma literal. Já Garner (1998) propõe o uso de *domestic partnership* ou *common-law marriage*. Vale destacar que a expressão escolhida na tradução deve corresponder ao sistema jurídico *Civil Law*, por se tratar do modelo de ordenamento jurídico brasileiro e, portanto, deve corresponder também a essa cultura jurídica. Neste caso, aderimos a sugestão de Moreira (2024) por utilizar *stable union* como equivalente, tanto em função da localização do termo quanto pelo fato de constar na tradução oficial da CF<sup>38</sup>.

---

<sup>37</sup> Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110406compilada.htm?ref=blog.suitebras.com](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm?ref=blog.suitebras.com). Acesso em: 3 de setembro de 2024.

<sup>38</sup> Ver nota de rodapé número 31.

Quadro 10 – Terminologia: uso do termo *stable union*

	TEXTO ORIGINAL	TRADUÇÃO NOSSA
201	Basta a comprovação dos pressupostos legais da união estável, que são a convivência pública, contínua e duradoura, com intuito de formação de família.	To establish a <b>stable union</b> , you only need to show public, ongoing, and enduring cohabitation with the goal of forming a family. This ensures legal recognition.
222	No entanto, se o desejo é por uma adoção conjunta, é necessária a formalização do casamento civil ou da união estável, comprovando a estabilidade da família (tudo isso está no artigo 42 do ECA).	However, for a joint adoption, it is necessary to formalize the civil marriage or <b>stable union</b> . This is necessary to prove family stability as outlined in Article 42 of the ECA.
274	Na área previdenciária – ou seja, quando falamos sobre aposentadoria, auxílios ou pensões –, o ingresso na justiça pode ser necessário em situações como a comprovação de união estável homotransafetiva.	In social security matters — like pensions, benefits, or retirement — going to court may be required in situations such as proving a queer <b>stable union</b> .

Fonte: Elaboração da autora

Ainda, acerca de terminologias referentes como “direito criminal” e “direito penal”, costumam ser unificadas em *criminal law* (MOREIRA, 2024), embora o termo “penal” exista ao tratar de práticas e penalidades aplicadas.

Quadro 11 – Terminologia: usos dos termos *criminal* e *penal*

	TEXTO ORIGINAL	TRADUÇÃO NOSSA
231	ÁREA CRIMINAL OU PENAL.	CRIMINAL LAW DOMAINS
232	A atuação na área criminal ou penal corresponde à defesa das pessoas acusadas, réis, condenadas ou privadas de liberdade, de modo provisório ou definitivo.	Criminal or penal practice involves representing individuals who are accused, defendants, convicted, or incarcerated, either temporarily or permanently.

Fonte: Elaboração da autora

#### 4.1.3 Questões referentes à lexicologia na cultura de chegada

A respeito de localização e contextualização, vale destacar a dificuldade que tivemos ao traduzir o termo “acompanhamento de saúde”, que se manifesta através da tradição cultural de realizar procedimentos periodicamente nos chamados postinhos, seja para consultas de rotina, para dar continuidade a algum tratamento ou mesmo para atualizar o cartão de vacinação.

No Brasil, essa prática está ligada ao acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS), que se ramifica em diversas instâncias, desde saúde básica e preventiva até atendimentos psicossociais



e vigilância sanitária<sup>39</sup>. A questão é que “acompanhamento” carrega a ideia de continuidade, em vez de uma consulta única, pontual ou de um procedimento a curto prazo. Para solucionar esse problema, procuramos explicitar no título que se trata de um serviço especializado de caráter prolongado, enquanto o conteúdo da seção aborda especificamente as garantias e obrigações do Estado em relação ao SUS.

Quadro 12 – Lexicologia: tradução do conceito de *acompanhamento contínuo* no contexto sanitário

	TEXTO ORIGINAL	TRADUÇÃO NOSSA
149-154	Acompanhamento de saúde específico à população LGBTQIA+.	Healthcare for LGBTQIA+ population: a continuous and specialized service.

Fonte: Elaboração da autora

#### 4.1.4 O corpus na revisão em seus aspectos fraseológicos

A respeito das Organizações Não Governamentais (ONGs), grupos de atendimento, hospitais especializados e outras entidades que apoiam a causa LGBTQIA+ referenciadas ao final da cartilha, tivemos que nos atentar a algumas peculiaridades. Em linhas gerais, mantivemos os endereços em português e buscamos no Google informações referentes à cidade ou ao estado da federação para facilitar a consulta.

No que diz respeito aos nomes, procuramos verificar se já existia um registro do nome em inglês de determinada instituição ou espaço. Caso não houvesse, optamos por traduzir o nome e deixá-lo em inglês entre parênteses, para facilitar a busca e o entendimento. Houve exceções, como quando o nome original já era em inglês ou quando “Casa” e “Instituto” se referiam a nomes próprios do local.

Quadro 13 – Fraseologia: tradução de endereços e locais

	TEXTO ORIGINAL	TRADUÇÃO NOSSA
387	Casa Rosa (Brasília, DF)	Casa Rosa (Brasília/DF)
463	Nuances – Grupo Pela Livre Expressão Sexual (Porto Alegre, RS)	Nuances – Grupo Pela Livre Expressão Sexual (Nuances - Group for Free Sexual Expression), Porto Alegre/RS

<sup>39</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/sus>. Acesso em: 3 de setembro de 2024.

464 - 465	Endereço: R. Vigário José Inácio, n. 362 – Centro Histórico, Porto Alegre/RS, CEP 90020-100; E-mail: gruponuances@gmail.com; Perfil no Facebook: @nuanceslgbs; Site: <a href="http://nuances24.blogspot.com.br/">http://nuances24.blogspot.com.br/</a>	Address: R. Vigário José Inácio, No. 362 – Centro Histórico, Porto Alegre/RS, CEP (zip code): 90020-100; E-mail: gruponuances@gmail.com; Facebook profile: @nuanceslgbs; More information is available on their website, <a href="http://nuances24.blogspot.com.br/">http://nuances24.blogspot.com.br/</a>
511	Grupo Arco-Íris (RJ) Grupo Dignidade (PR)	Grupo Arco-Íris (Rainbow Group), Rio de Janeiro/RJ Grupo Dignidade (Dignity Group), Curitiba/PR
521	Synergía – Initiatives for Human Rights (Argentina, Itália, Holanda, Nigéria, Paraguai, Turquia e Estados Unidos da América)	Synergía - Initiatives for Human Rights (Argentina, Italy, Netherlands, Nigeria, Paraguay, Turkey, and United States of America)

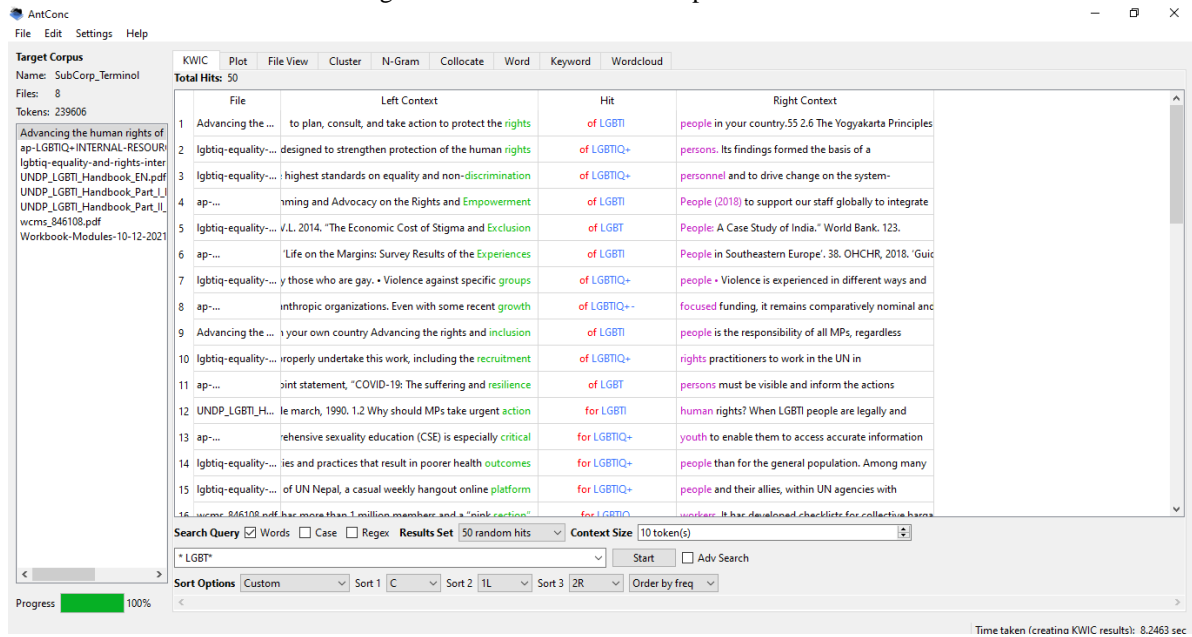
Fonte: Elaboração da autora

A partir dos estudos em corpus, Caseli (2007) estrutura um esquema sobre usos não convencionais e erros frequentes decorrentes da tradução automática do português para o inglês. Levamos em consideração o fato de que, em algumas situações, pode não se tratar essencialmente de um erro gramatical, mas sim de práticas não convencionais da língua de chegada, conforme elaborado por Tagnin (2015).

Por exemplo, alguns termos que consideramos chave do texto de partida são “direitos” (*rights*), “LGBTQIA+”, “população” (*population*) e “comunidade” (*community*). Frequentemente, essas palavras estão associadas com artigos, como *a* e *the* ou preposições como *of*, *from*, *by* e etc. Um desafio frequente na tradução, conforme aponta Caseli (2007), é justamente identificar qual a preposição ou o artigo ideal que acompanha determinado termo, quando há. Em alguns casos, surgiram dúvidas se deveríamos ou não usar o artigo definido *the* antecedendo o termo *LGBTQIA+* e colocados, como *population*, *people* ou *community*.

Para sanar essa dúvida, fizemos um levantamento com o uso da busca por \*LGBT\* em que o primeiro *wildcard* representa a busca pelo colocado que antecede LGBT\* e o segundo possibilita variações do acrônimo.

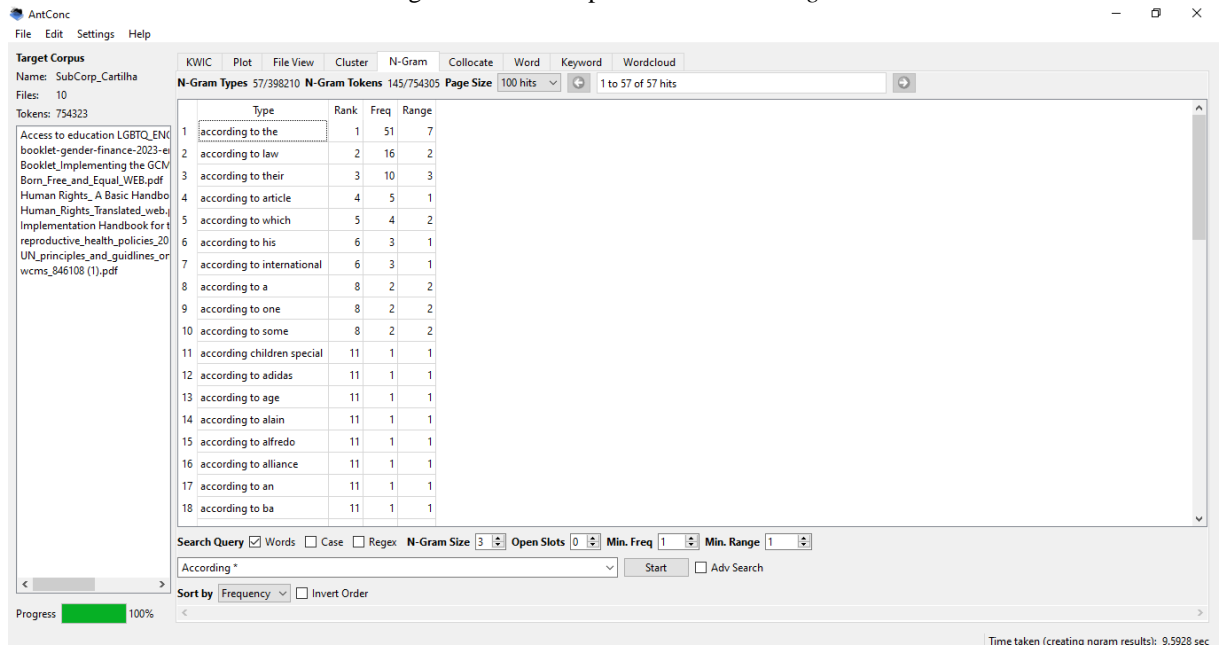
Figura 22 – Lista de colocados para \* LGBT\*



Fonte: Elaboração da autora

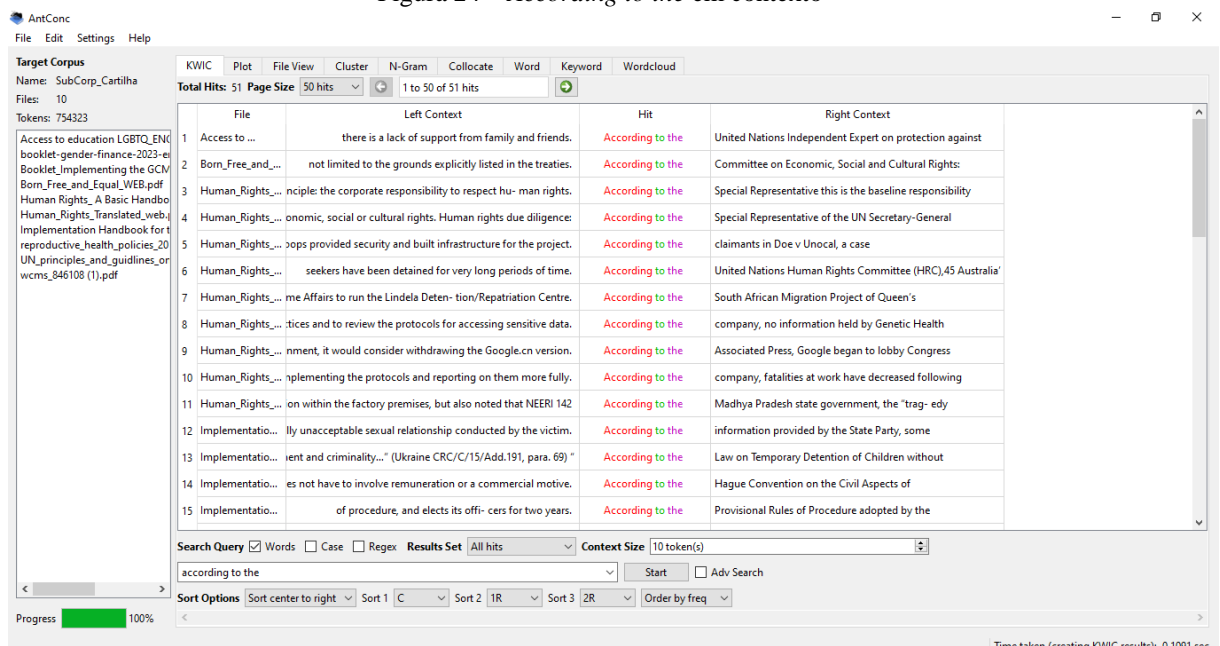
Ainda, pelo fato de a cartilha referenciar leis, provisões e resoluções da CF, vale citar que expressões como “de acordo com” e “segundo” seguido de artigo e sujeito também surgiram com frequência. Por exemplo, ao buscar por *According* \* verificamos que o artigo definido *the* não se associa com frequência a artigos, leis e resoluções, mas em geral antecede nomes de organizações. Assim, para se referir a tais elementos legais, optamos por omitir o uso de *the*.

Figura 23 – Busca pelo termo *According* \*



Fonte: Elaboração da autora

Figura 24 – *According to the* em contexto



Fonte: Elaboração da autora

Assim, para a revisão final da tradução deste projeto, corrigimos alguns dos principais erros feitos pela máquina, como o uso equivocado de preposições, artigos e ordenação incorreta das palavras (CASELI, 2007).

Quadro 14 – Fraseologia: uso e omissão de artigos, preposições e conceitos na oração

	TEXTO ORIGINAL	TRADUÇÃO AUTOMÁTICA	TRADUÇÃO NOSSA
4-5	DIREITOS DA POPULAÇÃO LGBTQIA+: CARTILHA DE ORIENTAÇÃO JURÍDICA	RIGHTS OF <b>THE</b> LGBTQIA+ POPULATION: A GUIDE <b>OF</b> LEGAL ORIENTATION	GUIDANCE BOOKLET ON THE RIGHTS OF LGBTQIA+ POPULATION
65	Fortalecimento de Capacidades e Inovação Promovidas na DPU, em linha com a agenda 2030 ODS 10 – Redução das desigualdades	<b>Strengthening of</b> Capacity and Innovation Promoted in DPU, in line with the agenda 2030 <b>ODS 10 – Reduction of inequalities</b>	Capacity Building and Innovation Promoted within the DPU, aligned with the 2030 Agenda SDG 10 – Reducing Inequalities
250	Em junho de 2019, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a falta de ação do Poder Legislativo para enfrentar essa inaceitável realidade, definindo que os atos de homotransfobia fossem equiparados ao crime de racismo, previsto na Lei nº 7.716/1989.	In June of 2019, the Supreme <b>Court</b> Federal (STF) recognized the lack of action of the Legislative Power to face this unacceptable reality, defining that <b>the</b> acts of homotransphobia <b>be</b> equated to the crime of racism, foreseen in <b>the</b> Law no. 7.716/1989.	In June 2019, the Supreme Federal Court (STF) recognized the legislative failure to address this unacceptable reality. It was ruled that acts of homophobia and transphobia should be treated as crimes equivalent to racism, according to Brazilian Law No. 7,716/1989.
257	Importante destacar que, no formulário de preenchimento dos boletins de ocorrência, seja de forma virtual ou presencial na delegacia de polícia, há campos para indicação do “nome social”, da “identidade de gênero” e “orientação sexual” da vítima.	It’s mportant to highlight that, in the form filling of occurrence reports, whether in <b>virtual form</b> or presence at the police station, there are <b>fields for indication</b> of 'social name', 'gender identity' and 'sexual orientation' of the victim.	It is important to note that, on police report forms, whether filed online or in person at the station, there are fields to indicate the victim's 'chosen name,' 'gender identity,' and 'sexual orientation'.
268	A violência política de gênero, o racismo e o sexismo continuam sendo barreiras para as candidaturas e a atuação política de mulheres e pessoas negras, LGBTQIA+ e indígenas.	<b>Political violence of gender</b> , racism and sexism continue being barriers <b>for</b> the candidacies and the political action of women and black people, LGBTQIA+ and indigenous.	Gender-based political violence, racism, and sexism are still barriers to the political candidacies and the political involvement of black, queer, and indigenous communities.

Fonte: Elaboração da autora

Ainda, ao fazer menção a artigos, leis e portarias específicas, optamos por utilizar a tradução oficial, mesmo em casos de citações indiretas, pois isso facilita a busca para quem está consultando o material. Caso não houvesse uma versão institucionalizada em inglês para algum desses documentos, traduzimos com base nos materiais de consulta mencionados na seção 3.3.

A título de exemplo, não conseguimos identificar uma tradução oficial da Lei nº 13.104/2015. Por outro lado, frequentemente recorremos aos materiais de apoio, sobretudo para trechos referentes à Constituição Federal (CF) ou, pontualmente, aos próprios guias referenciados no texto, como é o caso do Handbook Resolution nº 348/2020, já traduzido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ)<sup>40</sup>.

---

<sup>40</sup> Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2024/06/manual-resolucao-348-2020-ingles.pdf>. Acesso em: 8 de setembro de 2024.

Quadro 15 – Fraseologia: elementos textuais institucionalizados

	TEXTO ORIGINAL	TRADUÇÃO NOSSA
162	A Resolução CNJ nº 348/2020 também reforça o direito de que a população LGBTQIA+ tenha acesso a um acompanhamento de saúde específico, principalmente às pessoas convivendo com HIV, tuberculose (TB), HIV-TB e coinfeções, e a atendimento psicológico e psiquiátrico sempre que necessário.	The Resolution No. 348/2020 issued by the National Council of Justice (CNJ) reinforces the right of the LGBTQIA+ community <b>to have access to specialized healthcare monitoring, particularly for individuals with HIV, tuberculosis (TB), HIV-TB, and co-infections</b> . Thus, it also ensures access to psychological and psychiatric support as needed.
265	Já a Lei nº 13.104/2015 classifica como “feminicídio” o assassinato cometido contra mulheres.	Thus, Law No. 13.104/2015 <b>qualifies murder against women as 'femicide.'</b>
558 - 561	De acordo com a Constituição Federal de 1988, o Ministério Público representa uma das funções essenciais à Justiça, cabendo a ele: a defesa dos direitos sociais e individuais indisponíveis; a defesa da ordem jurídica e a defesa do regime democrático.	As outlined in the Federal Constitution of 1988, the <b>Prosecution Office</b> is one of the key institutions of the justice system and it is responsible for: <b>the protection of inalienable social and individual interests; the defense of the legal order; and the defense of the democratic regime.</b>

Fonte: Elaboração da autora

Por fim, observamos a presença de termos especializados referentes a procedimentos de saúde e relatórios cuja tradução oficial não foi encontrada. Para esses casos, optamos por manter o nome original em português, seguido de uma breve explicação sobre o que se trata, de modo a facilitar a compreensão.

Quadro 16 – Fraseologia: elementos textuais não traduzidos

	TEXTO ORIGINAL	TRADUÇÃO NOSSA
117	O material dialoga com o “Relatório de estudo técnico sobre o atual cenário legislativo e jurisprudencial, nacional e internacional dos direitos da População LGBTQIA+” (DPU/PNUD, 2023), que também é resultado do Projeto DPU em linha com a Agenda 2030.	The material engages with the “ <i>Relatório de estudo técnico sobre o atual cenário legislativo e jurisprudencial, nacional e internacional dos direitos da População LGBTQIA+</i> ” <b>a technical study report</b> which is also a result of the DPU Project aligned with the 2030 Agenda.
158	No ano de 2013, o Ministério da Saúde redefiniu e ampliou o processo transexualizador disponibilizado pelo SUS, garantindo medidas como o tratamento ginecológico, urológico e endocrinológico para pessoas transexuais, travestis e intersexo.	In 2013, the Ministry of Health updated and extended the gender-affirming policy ' <i>processo transexualizador</i> ' available through SUS. <b>This program encompasses a series of health procedures designed to transgender or transvestites who wish to undergo bodily transition through clinical and surgical means.</b> Now, it offers gynecological and urological care, so as hormone therapies for transgender, transvestite, and intersex people.
585	Para utilizar o Proteja Brasil, você precisa fazer o download gratuito do aplicativo, disponível para iOS e Android.	To use <i>Proteja Brasil</i> , <b>an app designed to facilitate the reporting of violence against children and adolescents</b> , you need to download the free app, available for both iOS and Android.

Fonte: Elaboração da autora

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste projeto nos trouxe diversas reflexões a respeito da tradução, não apenas como forma de trabalho, mas também sobre os desafios e soluções de robotização das atividades que demandam interferências e posicionamentos humanos. A complexidade da violência no Brasil, especialmente contra grupos em situação de vulnerabilidade social, conforme apresentado, revela a necessidade urgente de ações e implementação de alternativas para garantir a proteção dos direitos humanos.

Com frequência, as contradições acerca de como tais violências se estruturam sistemicamente versus como o país vem buscando superar essas questões provocavam uma série de inquietações, pois, ao mesmo tempo, estamos falando do Brasil com o país com as maiores taxas de crime por LGBTfobia, racismo e feminicídio e do Brasil que tem um sistema de saúde universal e gratuito, instituições de ensino público de referência e políticas especializadas de assistência e inclusão social.

Ainda que longe do ideal, a mera existência e funcionalidade desses aspectos nos mostram que, apesar dessas contradições, há desejos e possibilidades de melhora. Pensando nas grandes áreas da comunicação e da linguagem, a tradução é uma via de reafirmação de posicionamento político, pois é através da manipulação do discurso que se escolhe o que incluir ou excluir, ou o que explicitar ou omitir, e para além dos “por quês” há o “como” isso é feito.

Neste sentido, a cartilha Direitos da População LGBTQIA+: Cartilha de Orientação Jurídica, para além de um material de cunho informativo, é também um instrumento de inclusão social e de ação política, que, embora não seja em si a solução, é uma via de acesso do indivíduo para a garantia e proteção de seus direitos enquanto ser humano. Conforme observado, optamos por subdividir o trabalho em quatro grandes eixos: 1) contexto histórico; 2) fundamentação teórica; 3) metodologia; e 4) resultados e relatório de tradução. Julgamos importante trazer ao leitor a realidade tal como é vivenciada pelas pessoas em situação de vulnerabilidade social, bem como as condições em que se encontram e os desafios que enfrentam.

Além disso, apresentar as iniciativas governamentais, implementações e percalços que surgem ao longo do caminho nos mostra a complexidade dos agentes que demandam que determinada política pública possa ser instaurada e reestruturada quando necessário. Ainda, nos aprofundamos nos estudos acerca de gêneros e tipos textuais, fenômenos de modalização, conceitos de convenção e convencionalidade e impactos sociodiscursivos da tradução. Tais fundamentos serviram de base estrutural para este projeto e nos guiaram através das formas e padrões tanto institucionais quanto coloquiais.



Levamos em conta que os gêneros textuais aderem a princípios de convencionalidade específicos à realidade linguística em que operam. Em outras palavras, diferentes comunidades e contextos linguísticos, institucionais ou não, possuem diferentes convenções textuais. Trata-se de um aspecto fundamental, sobretudo considerando os atravessamentos culturais existentes dentro da tradução. Concomitantemente, nos debruçamos sobre os estudos da Linguística de Corpus como metodologia, de modo que o texto refletisse o uso autêntico da língua de chegada. Nesse sentido, discorreremos sobre a forma como os corpora estabelecem relações estreitas com fenômenos linguísticos e culturais dentro do discurso e da tradução.

Refletimos sobre os conceitos de equivalência, público e registros de uso na língua de chegada. Acreditamos que a LC contribuiu significativamente para que as interferências da língua original, como falsos cognatos, desconhecimento das convenções da língua de chegada ou uso inapropriado de artigos e preposições se expressassem em menor grau durante a tradução, além de se mostrar um recurso de pesquisa bastante eficiente. Consideramos que a grande variedade de materiais utilizados, como dicionários, portais oficiais e glossários, contribuiu significativamente para esta tradução. Assim, com a constante mudança nas formas de comunicação coloquiais, sobretudo com o advento da internet, e com possíveis alterações no sistema jurídico acerca dos direitos civis, sugerimos a atualização dessa cartilha de forma periódica.

Ainda, reforçamos que a atividade de tradução implica o aspecto de mediação, já que passa por atravessamentos culturais complexos. O direito de se comunicar constitui um direito humano e, dessa forma, a tradução age como norteadora para a construção de caminhos e significados.

### Referências Bibliográficas:

ANTHONY, Laurence. AntConc (Windows, MacOS, Linux) Build 4.2.2. Disponível em: <https://www.laurenceanthony.net/software/antconc/releases/AntConc422/help.pdf>. Acesso em: 8 de agosto de 2024.

BAKER, Mona. Corpus Linguistics and Translation Studies: Implications and Applications. In: BAKER, Mona; FRANCIS, Gill; TOGNINI-BONELLI, Elena (ed.). Text and Technology: in honour of John Sinclair. Filadélfia, Amsterdã: John Benjamins Publishing Company, 1993. p. 233-250.

BAKER, Mona. In other words: A coursebook on translation. [1 ed. 1997]. 3. ed. Nova Iorque: Routledge, 2018.

BAKER, Mona. TRANSLATION AND SOCIAL CHANGE: AN INTERVIEW WITH MONA BAKER. 4 de Dezembro de 2019, Baker Talks and Interviews, Translation. Disponível em: <https://www.monabaker.org/2019/12/04/translation-and-social-change-an-interview-with-mona-baker/> 2019. Acesso em: 17 de agosto de 2024.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BERBER SARDINHA, T. Linguística de Corpus. Editora Manole. Barueri, SP, 2004.

BERBER SARDINHA, T. LINGÜÍSTICA DE CORPUS: HISTÓRICO E PROBLEMÁTICA (Corpus Linguistics: History and Problematization). D.E.L.T.A., Vol. 16, N.º 2, 2000 (323-367). DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-44502000000200005> Disponível em: <https://www.scielo.br/j/delta/a/vGknQkZQGsgYbrQfKmTZY4s/?lang=pt>. Acesso em: 17 de agosto de 2024.

BERBER SARDINHA, T. Pesquisa em Linguística de Corpus com WordSmith Tools. 1. ed. Campinas: Mercado de Letras, 2009. v. 1.

CASELI, H. M. Indução de léxicos bilíngües e regras para a tradução automática. Maio 2007. 158 p. Tese (Doutorado em Computação e Matemática Computacional) – Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação, Universidade de São Paulo. São Paulo, SP, 2007. <https://doi.org/10.11606/T.55.2007.tde-29082007-090905>

CASELI, H. M. Tradução automática: o uso de corpora paralelos para a criação de um tradutor automático estatístico. In: VIANA, V.; TAGNIN, S. E. O. (Org.). Corpora na tradução. 1ed. São Paulo: Hub editorial, 2015, p. 243-267

CASELI, H. de M. Tradução Automática: estratégias e limitações. Domínios de Lingu@gem, Uberlândia, v. 11, n. 5, p. 1782–1796, 2017. DOI: 10.14393/DL32-v11n5a2017-21. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/37389>. Acesso em: 4 set. 2024.

GARNER, Bryan A. Black's Law Dictionary, 7ª edição, 1998.

GOMES DA COSTA, Gustavo; PEREZ, Olívia C.; SZWAKO, José L. (2017). Gêneros da

participação:refletindo sobre limites e possibilidades da participação social na promoção da equidade de gênero e da diversidade sexual em âmbito estatal .Estudos de Sociologia (UFPE), v. 23, pp. 19-74. [Consult. 07-04-2024]. Disponível em <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/237054>. Acesso em: 7 de maio de 2024.

GOMES DA COSTA, Gustavo; FEITOSA, Cleyton Pereira (2017),“Políticas públicas de diversidade sexual de gênero no Brasil: uma análise das percepções dos gestores da política LGBTQIA+ em Pernambuco”. Estudos de Sociologia (UFPE), v.23, pp .279-312. [Consult.07-04-2024]. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/237061>. Acesso em: 7 de maio de 2024.

GOROVITZ, Sabine; SÁ, Letícia. A Mediação Linguística como Garantia de Direitos no Brasil: Rumo a Políticas Institucionais de Tradução e Interpretação na Defensoria Pública da União. Repositório da Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8669207/31751>. Acesso em: 1 de junho de 2024.

HOUAISS, Antônio. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Editora Objetiva, 2004.

KUSSMAUL, Paul. Text-Type Conventions and Translating: Some Methodological Issues. In: TROSBORG, Anna. Text Typology and Translation. [S. l.]: John Benjamins, 1997. v. 26, p. 67-83.

MASSON, Cleber. Direito Penal, Direito Penal, 8ª edição, 2013, v. 1.

MARCUSCHI, L. A. O texto no ensino de língua: sugestões teóricas e práticas. Recife: UFPE, mimeo, 1986.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: Gêneros textuais e ensino. 2. ed. Ângela Paiva Dionísio, Ana Rachel Machado, Maria Auxiliadora Bezerra (Orgs). São Paulo: Parábola Editorial, 2003

MARCUSCHI, Luiz Antônio. O Papel da Atividade Discursiva no Exercício do Controle Social. Cadernos de Linguagem e Sociedade, [S. l.], v. 7, p. 07–33, 2010. DOI: 10.26512/les.v7i0.9697. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/9697>. Acesso em: 5 jun. 2024.

MELLO, Luiz; BRITO, Walderes; MAROJA, Daniela (2012), “Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades”. Cadernos Pagu, pp. 403-429 [Consult. 03-01-2023]. Disponível em <https://www.scielo.br/j/cpa/a/YQWsXdYVRgFgWsW9c5w8mnw>. Acesso em 12 de julho de 2024.

MENDONÇA, M. R. de S. Diz com que(m) andas e te direi quem és: a relação entre as histórias em quadrinhos e seus suportes. Leffa, 2004. Disponível em: [http://www.leffa.pro.br/tela4/Textos/Textos/Anais/ECLAE\\_II/diz%20me%20com%20quem%20andas/principal.htm](http://www.leffa.pro.br/tela4/Textos/Textos/Anais/ECLAE_II/diz%20me%20com%20quem%20andas/principal.htm) Acesso em: 24 jun. 2024

MOREIRA, Marcílio. Dicionário De Direito, Economia E Contabilidade Português-Inglês Inglês-Português, 4º Ed, 2024.

MORONI, José Antônio. O direito à participação no Governo Lula. *Saúde em Debate*, Revista do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde, vol.29, nº 71. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Estudos de Saúde, CEBES, set./dez. 2005, pp.283-303.

MOZDZENSKI, L. P. Multimodalidade e gênero textual: Analisando criticamente as cartilhas jurídicas. 1ª edição. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2006. 187 p.

MOZDZENSKI, L. P; DIONISIO, PAIVA. A. A cartilha jurídica : aspectos sócio-históricos, discursivos e multimodais. 2006. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

OLOHAN, Maeve. *Introducing Corpora in Translation Studies*. Oxfordshire: Routledge, 2004.

PEREZ, Olivia Cristina; GOMES DA COSTA SANTOS, Gustavo. Políticas públicas em âmbito federal para a população LGBTQIA+: do projeto participativo ao autoritário: Federal public policies for the LGBTQIA+ population: from a participatory to an authoritarian project. *Simbiótica. Revista Eletrônica*, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 12–30, 2023. DOI: 10.47456/simbitica.v10i2.40007. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/40007>. Acesso em: 5 jul. 2024.

PETERS, Carol; PICCHI, Eugenio. Reference Corpora and Lexicons for Translators and Translation Studies 247. In: TROSBORG, Anna. *Text Typology and Translation*. [S. l.]: John Benjamins, 1997. v. 26, p. 247-274.

PHILLIPSON, Robert; SKUTNABB-KANGAS, Tove (1995). English only worldwide, or language ecology. In Phillipson, Robert & Skutnabb-Kangas, Tove 1995. *Papers in European language Policy*. ROLIG papir 53. Roskilde: Roskilde Universitetscenter, Lingvistgruppen, 38-54. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/316622494\\_English\\_Only\\_Worldwide\\_or\\_Language\\_e\\_Ecology](https://www.researchgate.net/publication/316622494_English_Only_Worldwide_or_Language_e_Ecology). Acesso em: 7 de jun. 2024.

PHILLIPSON, R. The Linguistic Imperialism of Neoliberal Empire. *Critical Inquiry in Language Studies*, v. 5, n. 1, p. 1–43, 18 mar. 2008.

REIS, T., org. Manual de Comunicação LGBTI+. 2ª edição. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI+ / GayLatino, 2018. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2018/05/manual-comunicacao-LGBTI.pdf>. Acesso em: 3 de setembro de 2024

SAGER, J.C. Text Types and Translation. In: TROSBORG, Anna. *Text Typology and Translation*. [S. l.]: John Benjamins, 1997. v. 26, p. 25-41.

SUHADI, Jumino. Epistemic modality and deontic modality: two sides of a coin. *JULISA: Journal of Universal Language Studies and Applied Linguistics*, v. 11, n. 2, p. 156-179, out. 2011. Departamento de Literatura Inglesa, Faculdade de Letras, Universidade Islâmica do Norte de Sumatra.

TAGNIN, S. E. O. A Identificação de equivalentes tradutórios em corpora comparáveis. In:

Anais do I Congresso Internacional da ABRAPUI. Belo Horizonte. 2007

TAGNIN, S. E. O. A Linguística de Corpus na e para a tradução. In: Vander Viana; Stella E. O. Tagnin. (Org.). *Corpora na Tradução*. 1ed. São Paulo: HUB Editorial, 2015, v. 1, p. 19-56.

TAGNIN, S. E. O. E a Linguística de Corpus vai desbravando novos horizontes... In: *Linguística de Corpus Perspectivas*. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018. v. 1, p. 11-18. Disponível em: [https://www.ufrgs.br/elc-ebralc2017/wp-content/uploads/2021/05/Linguistica-de-corpus\\_NOVO\\_FINAL\\_09-mai-2018.pdf](https://www.ufrgs.br/elc-ebralc2017/wp-content/uploads/2021/05/Linguistica-de-corpus_NOVO_FINAL_09-mai-2018.pdf) Acesso em: 29 jul. 2024.

TAGNIN, S. E. O. O jeito que a gente diz: combinações consagradas em inglês e português. Barueri: Disal, 2013. 223p.

TYMOCZKO, Maria. Translation in a Postcolonial Context: Early Irish Literature in English Translation. Manchester: St. Jerome Publishing, 1999. p. 41–61, 278–300.

## ANEXO 1

1	Texto Original (Português)	Texto Traduzido (Inglês)
2	ODS 10	SDG 10
3	REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES	REDUCED INEQUALITIES
4	DIREITOS DA POPULAÇÃO LGBTQIA+:	GUIDANCE BOOKLET ON
5	CARTILHA DE ORIENTAÇÃO JURÍDICA	THE RIGHTS OF LGBTQIA+ POPULATION
6	2023	2023
7	REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES	REDUCED INEQUALITIES
8	ODS 10	SDG 10
9	DIREITOS DA POPULAÇÃO LGBTQIA+	GUIDANCE BOOKLET ON
10	CARTILHA DE ORIENTAÇÃO JURÍDICA	THE RIGHTS OF LGBTQIA+ POPULATION
11	2023	2023
12	DPU; PNUD, 2023.	DPU; UNDP, 2023.
13	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO	THE FEDERAL PUBLIC DEFENDERS' OFFICE
14	PNUD	UNDP
15	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU	THE FEDERAL PUBLIC DEFENDERS' OFFICE - DPU
16	Defensor Público-Geral Federal em exercício	Acting Federal Public Defender
17	Fernando Mauro Barbosa de Oliveira Junior	Fernando Mauro Barbosa de Oliveira Junior
18	Secretário-Geral de Articulação Institucional	Secretary-General of Institutional Coordination
19	Gabriel Saad Travassos	Gabriel Saad Travassos
20	Secretário-Geral de Articulação Institucional	Secretary-General of Institutional Coordination
21	Secretária de Ações Estratégicas e Gestora Titular do Projeto	Secretary of Strategic Actions and Project Director
22	Roberta Pires Alvim	Roberta Pires Alvim
23	Assessora Chefe da Assessoria de Planejamento, Estratégia e Modernização (ASPLAN) e Gestora Suplente do Projeto	Head Advisor of the Planning, Strategy and Modernization Advisory (ASPLAN) and Deputy Project Manager
24	Vanessa Meireles Barreto	Vanessa Meireles Barreto
25	Supervisão Técnica	Technical Supervision
26	Luciana Grandó Bregolin Dytz	Luciana Grandó Bregolin Dytz
27	Simone Castro Feres de Melo	Simone Castro Feres de Melo
28	Membros do Grupo de Trabalho	Working Group Members
29	Carla Marrone Alimena Sérgio Caetano Conte Filho Luciana Grandó Bregolin Dytz	Carla Marrone Alimena Sérgio Caetano Conte Filho Luciana Grandó Bregolin Dytz

30	Emanuel Adilson Gomes Marques Simone Castro Feres	Emanuel Adilson Gomes Marques Simone Castro Feres
31	Pontos Focais	Liaison Committee
32	Erik Palacio Bosen Victor Manfrinato Brito Neon Bruno Doering Camila Cirne Torres	Erik Palacio Bosen Victor Manfrinato Brito Neon Bruno Doering Camila Cirne Torres
33	Karina Rocha Mitleg Bayerl Marcos Wagner Alves Teixeira	Karina Rocha Mitleg Bayerl Marcos Wagner Alves Teixeira
34	ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	ADVISORY OFFICE OF SOCIAL COMMUNICATION
35	Assessor-Chefe de Comunicação	Head of Communication Advisor
36	Flávio Antônio Borges da Silva Gusmão	Flávio Antônio Borges da Silva Gusmão
37	Projeto gráfico	Graphic project
38	Bruno Freitas de Paiva	Bruno Freitas de Paiva
39	Diagramação	Layout
40	Joheser Pereira	Joheser Pereira
41	PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD BRASIL	UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAM - UNDP BRAZIL
42	Representante Residente	Resident Representative
43	Katyna Argueta	Katyna Argueta
44	Representante Residente Adjunto	Deputy Resident Representative
45	Carlos Arboleda	Carlos Arboleda
46	Representante Residente Assistente e Coordenadora da área programática Maristela Baioni	Assistant Resident Representative and Program Area Coordinator Maristela Baioni
47	Coordenadora da Unidade de Governança e Justiça para o Desenvolvimento	Coordinator of the Governance and Justice for Development Unit
48	Moema Freire	Moema Freire
49	Gerente de Projeto Senior	Senior Project Manager
50	Gehysa Garcia	Gehysa Garcia
51	Associada de Projetos	Project Associate
52	Paola Stuker	Paola Stuker
53	Assistentes de Projetos	Project Assistants
54	Michelle de Rezende Souza Mayara Priscilla Alves de Sena	Michelle de Rezende Souza Mayara Priscilla Alves de Sena
55	Consultora responsável pela elaboração	Consultant responsible for the elaboration
56	Raissa Carla Belintani de Souza	Raissa Carla Belintani de Souza
57	B823p	B823p
58	Brasil.	Brazil.
59	Defensoria Pública da União; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.	The Federal Public Defenders' Office; United Nations Development Program.

60	Direitos da População LGBTQIA+: cartilha de orientação jurídica. [recurso eletrônico] / Defensoria Pública da União; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Brasília:	Guidance Booklet on the Rights of the LGBTQIA+ Population [e-resource] / Federal Public Defenders’ Office; United Nations Development Program - Brasília:
61	DPU; PNUD, 2023.	DPU; UNDP, 2023.
62	34 p., il.	34 p., il.
63	(DPU em linha com a agenda 2030) e-ISBN 978-85-67132-30-3.	(DPU in line with the 2030 agenda) e-ISBN 978-85-67132-30-3.
64	Projeto:	Project:
65	Fortalecimento de Capacidades e Inovação Promovidas na DPU, em linha com a agenda 2030 ODS 10 – Redução das desigualdades	Capacity-Building and Innovation Promoted within the DPU, aligned with the 2030 Agenda SDG 10 – Reducing Inequalities
66	1.	1.
67	Homossexualidade.	Homosexuality.
68	2.	2.
69	Orientação sexual.	Sexual orientation.
70	2.	2.
71	Minorias sexuais.	Sexual minorities.
72	3.	3.
73	Direitos das minorias.	Minority rights.
74	4.	4.
75	Direitos humanos I. Título.	Human rights I. Title.
76	CDU:	CDU:
77	341.234-055.3	341.234-055.3
78	Dados Internacionais de Catalogação na Publicação:	International Cataloging in Publication Data:
79	(CIP) Bibliotecária:	(CIP) Librarian:
80	Dandara Baça de Jesus Lima – CRB 1/2553	Dandara Baça de Jesus Lima – CRB 1/2553
81	SUMÁRIO	SUMMARY
82	APRESENTAÇÃO	FOREWORD
83	5	5
84	POR QUE FALAMOS EM POPULAÇÃO “LGBTQIA+”?	ADDRESSING THE NEEDS OF THE LGBTQIA+ COMMUNITY
85	7	7
86	PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS E	PROTECTING PERSONAL DATA AND
87	SIGILO DA AUTODECLARAÇÃO	CONFIDENTIALITY OF SELF-IDENTIFICATION
88	8	8
89	ÁREAS DE ATUAÇÃO DA DEFENSORIA	THE FEDERAL PUBLIC DEFENDERS’ OFFICE
90	PÚBLICA DA UNIÃO (DPU)	WORKING DOMAINS



91	9	9
92	REDE DE APOIO:	SUPPORT NETWORK:
93	SOCIEDADE CIVIL	CIVIL AND INSTITUTIONAL
94	E INSTITUCIONAL	SOCIETY
95	22	22
96	APRESENTAÇÃO	FOREWORD
97	A Defensoria Pública da União (DPU), por sua razão de ser, possui afinidade intrínseca com os temas da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).	The Federal Public Defenders' Office (DPU) is strongly aligned with the themes of the United Nations 2030 Agenda.
98	Ao atuar na promoção dos direitos humanos e na garantia de acesso à justiça aos grupos em situação de vulnerabilidade, a DPU opera como um importante instrumento para o alcance dos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS), em especial com o princípio de “não deixar ninguém para trás”.	In its efforts to promote human rights and ensure access to justice for vulnerable groups, the DPU plays a key role in achieving Sustainable Development Goal (SDG) 1, especially with its commitment to the principle of 'leaving no one behind'.
99	Comprometida em solidificar essa relação, a DPU celebrou parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e juntos lançaram o Projeto de cooperação técnica internacional “Fortalecimento de capacidades e inovação promovidas na DPU, em linha com a Agenda 2030”.	To strengthen this partnership, the DPU joined forces with the United Nations Development Programme (UNDP) to launch the international technical cooperation project “Capacity- Building and Fostering Innovation at the DPU, in line with the 2030 Agenda.”
100	Tal iniciativa, abreviada como “DPU em linha com a Agenda 2030”, busca fortalecer as capacidades e a promoção de inovação no órgão por meio da produção de estudos, metodologias e ações pilotos.	This initiative, known as 'DPU, in line with the 2030 Agenda,' aims to enhance the institution's capabilities and promote innovation through the creation of studies, methodologies, and pilot projects.
101	Estima-se que esses produtos maximizem a missão constitucional da instituição na promoção dos direitos humanos e na defesa, judicial e extrajudicial, dos direitos sociais.	These results are anticipated to enhance the DPU's constitutional mission of promoting human rights and defending social rights, both in court and out of court.
102	Esta Cartilha de orientação jurídica voltada aos direitos da população LGBTQIA+ compõe uma série de publicações que	This booklet focused on the rights of the LGBTQIA+ community is part of a series of publications aimed at showcasing results related to

	buscam apresentar resultados relacionados com o fortalecimento da Agenda 2030 na DPU.	strengthening the 2030 Agenda within the DPU.
103	O Projeto, como máxima, alinha-se ao ODS 16, referente a “Paz, justiça e instituições eficazes”.	It also contributes to the SDG 16, which focuses on 'Peace, Justice, and Strong Institutions'.
104	Os seus produtos, por sua vez, também contemplam outros objetivos da Agenda 2030.	Therefore, its results also address other goals of the 2030 Agenda.
105	O presente trabalho posiciona-se, em especial, em relação com o ODS 10, que trata sobre a redução das desigualdades.	This work focuses on SDG 10, which addresses reducing inequalities.
106	1	1
107	Os ODS brasileiros podem ser consultados em: <a href="https://brasil.un.org/pt-br/sdgs">https://brasil.un.org/pt-br/sdgs</a>	More information on the Brazilian SDGs is available on: <a href="https://brasil.un.org/pt-br/sdgs">https://brasil.un.org/pt-br/sdgs</a> .
108	DIREITOS DA POPULAÇÃO LGBTQIA+:	GUIDANCE BOOKLET
109	CARTILHA DE ORIENTAÇÃO JURÍDICA	ON THE RIGHTS OF THE LGBTQIA+ POPULATION
110	OBJETIVO 10 - REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES	SDG 10 - REDUCED INEQUALITIES
111	Conectado a esse ODS e responsável pela idealização e orientação do Produto, está o Grupo de Trabalho Identidade de Gênero e Cidadania LGBTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Pessoas Trans e Intersexuais) da DPU, que atua na promoção dos direitos dessas populações.	The Gender Identity and LGBTI (Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender, and Intersex) Citizenship Working Group of the DPU is connected to this SDG and is responsible for the conception and guidance of this work. This collective focuses on promoting the rights of these communities.
112	Cumprindo seus compromissos com a Agenda 2030 e com a proteção dos direitos humanos, a DPU e o PNUD apresentam a presente cartilha.	Thus, the DPU and UNDP, in fulfillment of their commitments to the 2030 Agenda and the protection of human rights, present this booklet.
113	Em linguagem simples e de modo pedagógico, o produto explana e explica os principais direitos já conquistados pela população LGBTQIA+ e reconhecidos pelo sistema de Justiça brasileiro, indicando ainda a via para proteção em caso de violação.	This guide explains in plain language the key rights that LGBTQIA+ people have achieved and that are acknowledged by the Brazilian legal system. It also advises you to seek protection if those rights are violated.
114	2	2
115	Mais informações podem ser acessadas em: <a href="https://direitoshumanos.dpu.def">https://direitoshumanos.dpu.def</a> .	You can find more information at: <a href="https://direitoshumanos.dpu.def/gt-identidade-de-genero-e-cidadania-lgbti/">https://direitoshumanos.dpu.def/gt-identidade-de-genero-e-cidadania-lgbti/</a>

	br/gt-identidade-de-genero-e-cidadania-lgbti/	
116	-lgbti/	-lgbti/
117	O material dialoga com o “Relatório de estudo técnico sobre o atual cenário legislativo e jurisprudencial, nacional e internacional dos direitos da População LGBTQIA+” (DPU/PNUD, 2023), que também é resultado do Projeto DPU em linha com a Agenda 2030.	The material engages with the “ <i>Relatório de estudo técnico sobre o atual cenário legislativo e jurisprudencial, nacional e internacional dos direitos da População LGBTQIA+</i> ” a technical study report which is also a result of the DPU Project aligned with the 2030 Agenda.
118	POR QUE FALAMOS EM	ADDRESSING THE NEEDS
119	6	6
120	1	1
121	POPULAÇÃO “LGBTQIA+”?	OF THE LGBTQIA+ COMMUNITY
122	Sabemos que são muitas as siglas usadas para representar a pluralidade de identidades de gênero e orientações sexuais possíveis, como LGBT, LGBT*, LGBTQ, LGBTQI, LGBTI, LGBTI+, LGBTQIAPN+, dentre outras.	We know that there are many acronyms used to represent the diverse range of gender identities and sexual orientations, such as LGBT, LGBT*, LGBTQ, LGBTQI, LGBTI, LGBTI+, LGBTQIAPN+, among others.
123	dentre outras.	among others.
124	Esta cartilha adotará a nomenclatura “LGBTQIA+”, que se refere a pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transgênero, transexuais e travestis, <i>queer</i> , intersexuais e assexuais, bem como a outras identidades de gênero ou orientação sexual não compreendidas pelas letras da sigla.	This booklet will use the term ‘LGBTQIA+’, which refers to lesbian, gay, bisexual, transgender, transsexual, and transvestite people, as well as queer, intersex, and asexual individuals, and other gender identities or sexual orientations not covered by this acronym.
125	Para nós da DPU, é fundamental o respeito aos termos, nomes e pronomes utilizados por cada pessoa para se referir a si mesma.	For us, it is essential to respect the terms, names, and pronouns each person uses to refer to themselves.
126	E no que estiver ao nosso alcance, nos empenharemos pelo cumprimento do seu direito fundamental de ser quem você é, em todas as instâncias judiciais e sociais.	Thus, within our capacity, we will strive to uphold your fundamental right to be who you are, in all judicial and social settings.
127	Mas caso você se identifique de outra maneira, não se preocupe!	However, if you self-identify differently, don't worry.
128	Comunique sua autodeclaração, em qualquer momento ou espaço	You can self-determine your identity at any time or within any institutional

	institucional, a quem estiver responsável pelo atendimento.	setting to the person in charge of service.
129	E se a forma como você se autoidentificar não for levada em consideração, busque qualquer representante da Defensoria Pública da União (DPU) para reportar o ocorrido.	If your self-identification is not acknowledged, contact any representative of the Federal Public Defender's Office (DPU) to report the situation.
130	PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS E SIGILO DA AUTODECLARAÇÃO	PROTECTING PERSONAL DATA AND CONFIDENTIALITY OF SELF-IDENTIFICATION
131	Sabemos que a necessidade de se autodeclarar LGBTQIA+ para acessar direitos e garantias específicas pode gerar riscos e dificuldades.	We know that having to self-determine yourself as LGBTQIA+ to access specific rights and protections can pose risks and challenges.
132	Ser uma pessoa abertamente gay, lésbica, bissexual, assexual, pansexual, transgênero, não-binária ou <i>queer</i> em ambientes institucionais pode gerar uma situação de vulnerabilidade ainda maior do que a experimentada em sociedade.	Being openly gay, lesbian, bisexual, asexual, pansexual, transgender, non-binary, or queer in institutional settings can create an even greater sense of vulnerability than what is experienced in society.
133	Por isso, em todas as fases do contato que você tenha com a Defensoria Pública da União ou qualquer outra instituição, deve ocorrer a proteção dos seus dados pessoais, como nome (retificado ou não, e também o social), RG, CPF, endereço, telefone, informações bancárias, identidade de gênero autodeclarada, orientação sexual e prontuários médicos, em respeito aos seus direitos à intimidade, privacidade, honra e imagem.	Therefore, at every stage of your interactions with the Federal Public Defenders' Office or any other institution, your personal data must be protected. This includes your name (whether legal or chosen), Identity Card (RG), Individual Taxpayer Registry (CPF), address, phone number, banking information, self-determined gender identity, sexual orientation, and medical records, to uphold your rights to privacy, confidentiality, dignity, and personal image.
134	Conforme as orientações estipuladas pela Lei nº 13.709/2018, mais conhecida como Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, todas as informações correspondentes à autodeclaração de uma pessoa como parte da população LGBTQIA+ podem ser consideradas dados pessoais	According to Law No. 13,709/2018, commonly known as the Brazilian General Data Protection Law (LGPD), all information related to an individual's self-determination as part of the LGBTQIA+ community can be considered sensitive personal data (art. 5th, inc. II of the LGPD) and must be protected.

	sensíveis (art. 5º, inc. II da LGPD), devendo ser protegidas.	
135	ÁREAS DE ATUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO (DPU)	THE FEDERAL PUBLIC DEFENDERS' OFFICE (DPU) WORKING DOMAINS
136	A Defensoria Pública da União, também conhecida como DPU, atua em diversas espécies de casos, na defesa de pessoa ou grupo em situação de vulnerabilidade socioeconômica.	The Federal Public Defenders' Office (DPU) works on various types of cases, defending individuals or groups facing socioeconomic vulnerability.
137	Considerando a complexa realidade vivenciada pela população LGBTQIA+ na sociedade brasileira e, principalmente, os problemas jurídicos que podem ser enfrentados por quem se autodeclara como pertencente a ela, a atuação da DPU pode se mostrar necessária nas seguintes áreas: direitos humanos, cível, criminal, previdenciária e trabalhista, entre outros temas.	In light of the complex reality faced by the LGBTQIA+ community in Brazilian society, along with the legal issues faced by those who self-identify as part of this community, the DPU's role may be necessary. The institutional involvement covers domains such as human rights, social security, civil, criminal, and labor law, as well as other matters.
138	DIREITOS HUMANOS:	HUMAN RIGHTS:
139	SAÚDE, EDUCAÇÃO, MIGRAÇÃO E REFÚGIO E DIREITOS DE CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JOVENS LGBTQIA+.	HEALTH, EDUCATION, MIGRATION AND REFUGEE ISSUES, AND THE RIGHTS OF LGBTQIA+ CHILDREN, ADOLESCENTS AND YOUTH.
140	Por não se conformarem às normas de gênero culturalmente estabelecidas, pessoas LGBTQIA+ estão sujeitas a graves violações de direitos humanos, tais como:	Due to their non-conformity with culturally established gender norms, LGBTQIA+ people are vulnerable to severe human rights abuses, such as:
141	Violência, incluindo abuso sexual, tortura ou assassinato por parte de atores estatais, comunitários ou familiares;	Violence, including sexual abuse, torture, or murder by state, community, or family members.
142	Sem prejuízo de que, caso você tenha alguma demanda que pareça não se encaixar nos temas listados, ela seja apresentada no momento do atendimento, para correta avaliação das/os profissionais responsáveis.	If you have any concerns that were not addressed above, please raise them at your appointment so they can be properly evaluated by the professionals in charge.
143	Falta de proteção policial;	Lack of police protection;
144	Discriminação e exclusão do acesso aos sistemas de saúde,	Discrimination and exclusion from access to healthcare systems, housing,

	moradia, educação, trabalho e outros serviços sociais;	education, employment, and other social services;
145	Prisão arbitrária, detenção ou extorsão, principalmente em países que criminalizam relações entre pessoas do mesmo gênero;	Arbitrary detention, arrest, or extortion, particularly in countries where homosexual relationships are outlawed;
146	Banimento social da família ou comunidade, bem como de outros mecanismos de apoio.	Social exclusion from family or community, as well as from other support networks.
147	Se você enfrentou ou está enfrentando alguma das situações elencadas acima, ou qualquer outra que ameace seu direito fundamental de verdadeiramente existir sendo quem é, procure a Defensoria Pública da União ou uma das entidades listadas ao final da cartilha.	If you have faced or are facing any of the situations listed above, or any other threat to your fundamental right to truly exist as who you are, please contact the Federal Public Defenders' Office. You can also reach out to one of the organizations listed at the end of this booklet.
148	A seguir, vamos detalhar algumas ocorrências e apresentar encaminhamentos possíveis – sem prejuízo de que você leve qual-quer outra questão para ser apreciada pela DPU ou pelas instâncias competentes, ok?	Next, we'll outline some situations and recommend possible actions. You are also welcome to bring any other issues to the attention of the DPU or other authorities.
149	Acompanhamento	Healthcare
150	de	for
151	saúde	LGBTQIA+ population:
152	específico	a continuous
153	à	and specialized
154	população LGBTQIA+.	service.
155	Cabe ao Estado fornecer assistência médica de qualidade e que reconheça qualquer necessidade específica com base na identidade e/ou expressão de gênero, bem como na orientação sexual.	The State must ensure high-quality medical care that addresses specific needs related to gender identity or expression and sexual orientation.
156	Em 2011, o Ministério da Saúde criou, no Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.	In 2011, the Ministry of Health launched the National Policy for Integral Health to Lesbians, Gays, Bisexuals, Transvestites and Transsexuals in the Unified Healthcare System (SUS).
157	Com base nela, devem ser garantidas à população LGBTQIA+ ações que evitem qualquer tipo de discriminação	Based on this policy, the LGBTQIA+ population must be ensured actions that prevent any form of discrimination in public healthcare settings and services.

	nos espaços e no atendimento dos serviços públicos de saúde.	
158	No ano de 2013, o Ministério da Saúde redefiniu e ampliou o processo transexualizador disponibilizado pelo SUS, garantindo medidas como o tratamento ginecológico, urológico e endocrinológico para pessoas transexuais, travestis e intersexo.	In 2013, the Ministry of Health updated and extended the gender-affirming policy ' <i>processo transexualizador</i> ' available through SUS. This program encompasses a series of health procedures designed to transgender or transvestites who wish to undergo bodily transition through clinical and surgical means. Now, it offers gynecological and urological care, so as hormone therapies for transgender, transvestite, and intersex people.
159	DIREITOS DA POPULAÇÃO LGBTQIA+:	GUIDANCE BOOKLET ON THE RIGHTS
160	CARTILHA DE ORIENTAÇÃO JURÍDICA	OF LGBTQIA+ POPULATION
161	OBJETIVO 10 - REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES	SDG 10 - REDUCING INEQUALITIES
162	A Resolução CNJ nº 348/2020 também reforça o direito de que a população LGBTQIA+ tenha acesso a um acompanhamento de saúde específico, principalmente às pessoas convivendo com HIV, tuberculose (TB), HIV-TB e coinfeções, e a atendimento psicológico e psiquiátrico sempre que necessário.	The Resolution No. 348/2020 issued by the National Council of Justice (CNJ) reinforces the right of the LGBTQIA+ community to have access to specialized healthcare monitoring, particularly for individuals with HIV, tuberculosis (TB), HIV-TB, and co-infections. Thus, it also ensures access to psychological and psychiatric support as needed.
163	Deve, ainda, ser garantida a testagem não obrigatória – ou seja, oferecida apenas a quem desejar, e não de modo compulsório –, para doenças como HIV, tuberculose e coinfeções, além de para outras enfermidades crônicas e infecciosas ou deficiências.	Testing for conditions such as HIV, tuberculosis, and co-infections must also be available on a non-compulsory basis meaning it is offered only to those who choose to undergo it and not as a compulsory procedure. This approach should also apply to other chronic and infectious conditions or disabilities.
164	Diante de todas essas previsões, caso você tenha dificuldade para acessar qualquer direito ou serviço no sistema público de saúde, como o fornecimento de terapia hormonal, ou se sofrer algum tipo de discriminação no âmbito do SUS, procure a Defensoria Pública da União.	If you face any issues accessing rights or services in the public healthcare system, such as hormone therapy, or if you experience discrimination within SUS, please contact the Federal Public Defenders' Office.
165	Ações e políticas relacionadas à educação.	Actions and policies related to education.

166	Sabemos que, infelizmente, a população LGBTQIA+ sofre diversos tipos de violência, em todos os contextos sociais.	Unfortunately, we know that the LGBTQIA+ community experiences many forms of violence across all social contexts.
167	Nos espaços formativos, como escolas, universidades e cursos técnicos, não é diferente.	Educational environments like schools, universities, and technical programs are no exception.
168	Ainda que a violência não seja física, caso você sofra bullying ou algum tipo de perseguição ou ameaça no ambiente escolar, e a direção não tome qualquer atitude após sua reclamação (ou se você tiver medo de represálias que piorem a situação), registre um boletim de ocorrência e procure uma instituição competente, como a Defensoria Pública da União (se tiver menos de 18 anos ou não tiver recebido a emancipação legal, será necessária a representação legal por uma pessoa adulta responsável).	Even if the violence is not physical, if you experience bullying, harassment, or threats at school and the administration does not take action after you report it (or if you fear retaliation that could make the situation worse), file a police report and seek assistance from a relevant organization such as the Public Defenders' Office. If you are under 18 or have not been legally emancipated, a responsible adult will need to act on your behalf.
169	E se você souber que, na sua cidade ou estado, foi aprovada alguma lei que impeça a abordagem, no ambiente escolar, de temas relacionados à sexualidade, orientação sexual e expressão ou identidade de gênero, saiba que o STF já tem decisões sobre o tema.	Should you learn that a law has been enacted in your city or state prohibiting discussions about sexuality, sexual orientation, or gender identity and expression in schools, know that the Supreme Federal Court (STF) has addressed this matter.
170	5	5
171	Duas das principais ações que discutem o tema são as arguições de descumprimento de preceito fundamental (ADPFs) de números 461 e 467.	The actions against the violation of a constitutional fundamental right, ADPFs 461 and 467, are the two major cases addressing this issue.
172	Pessoas migrantes e refugiadas.	Migrants and refugees.
173	A perseguição motivada por orientação sexual ou identidade de gênero é considerada, no Brasil, como razão para o reconhecimento da condição de refugiada a pessoa migrante (previsão contida no artigo 1º da Lei nº 9.474/1997, também conhecida como Lei Brasileira de	In Brazil, persecution due to sexual orientation or gender identity can qualify a migrant for refugee status according to Article 1 of Law No. 9,474/1997 (the Brazilian Refugee Law). Each case will be evaluated individually.



	Refúgio), a ser avaliado em cada caso.	
174	Assim, se você precisou sair do seu país de origem por sofrer algum tipo de perseguição, ameaça ou violência relacionada ao fato de ser uma pessoa LGBTQIA+, e se deseja permanecer no Brasil, a solicitação de refúgio pode ser analisada pelas autoridades competentes, como pela DPU.	If you were forced to leave your home country because of persecution, threats, or violence related to your LGBTQIA+ identity, and you want to remain in Brazil, your request for asylum can be reviewed by the responsible authorities, such as the Federal Public Defenders' Office (DPU).
175	O mesmo direito também cabe à sua companheira, ao seu companheiro ou companheira, ou a quem venha lhe visitar.	Your partner, whether a boyfriend, girlfriend, or non-binary partner, as well as any guests who come to see you, have the same rights.
176	Segundo a Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017), o visto e a autorização de residência para fins de reunião familiar deve ser concedido “sem discriminação alguma” (artigo 37).	According to the Brazilian Migration Law (Law No. 13,445/2017), a visa and residence permit for family reunification must be granted “without any discrimination” (Article 37).
177	Crianças, adolescentes e jovens LGBTQIA+.	LGBTQIA+ children, teenagers, and young adults.
178	De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), crianças, adolescentes e jovens têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas em processo de desenvolvimento e sujeitas dos direitos civis, humanos e sociais garantidos tanto na Constituição Federal quanto nas demais leis.	The Child and Adolescent Statute (Law No. 8,069/1990) ensures that children, teenagers, and young people are granted the rights to freedom, respect, and dignity during their development, as well as the civil, human, and social rights specified by the Federal Constitution and other legislation.
179	Em complemento, o princípio da prioridade absoluta garante a promoção e defesa dos direitos humanos fundamentais de crianças, adolescentes e jovens, bem como o direito de proteção contra toda forma de negligência, discriminação, exploração, crueldade, violência e opressão.	Moreover, the Brazilian Federal Constitution establishes the principle of absolute priority, which ensures the protection and advancement of the fundamental human rights of children, teenagers, and young people. This principle ensures their protection against all forms of neglect, discrimination, exploitation, cruelty, violence, and oppression.
180	Assim, todas as previsões trazidas nesta cartilha devem ser aplicadas, igualmente, a crianças, adolescentes e jovens que se	Therefore, all guidelines in this booklet should equally apply to children, teenagers, and young adults who self-identify as part of the LGBTQIA+ community.

	autodeterminem como parte da população LGBTQIA+.	
181	ÁREA CÍVEL.	CIVIL DOMAIN
182	Trata-se de um extenso campo que compreende ações na área do Direito Civil, Direito do Consumidor, Direito de Família e Sucessões, entre outras.	It is a wide-ranging field that includes practices in Civil, Consumer, Family, and Succession Law among others.
183	Em relação aos direitos da população LGBTQIA+, destacamos os seguintes:	Thus, it is important to highlight the rights of LGBTQIA+ population, such as:
184	Direito ao nome social.	The right to be addressed by their chosen name.
185	Todas e todos os agentes institucionais devem questionar à pessoa autodeclarada LGBTQIA+ acerca do nome pelo qual se identifica, bem como sobre por qual pronome gostaria de ser tratada.	All institutional agents should ask LGBTQIA+ individuals about their chosen name and the pronoun they prefer to be addressed by.
186	Caso não seja perguntado durante o atendimento ou em qualquer fase do seu contato com o Sistema de Justiça, exija o cumprimento dessa determinação.	If you are not asked about it during your engagement with the justice system or at any stage of the process, insist on having this requirement met.
187	É seu direito fundamental, garantido por diversas previsões legais e pelo Supremo Tribunal Federal!	Being addressed by your chosen name is a fundamental right, guaranteed by various legal provisions and upheld by the Supreme Federal Court.
188	Segundo a Resolução nº 270/2018, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, o nome social é “aquele adotado pela pessoa, por meio do qual se identifica e é reconhecida na sociedade, e por ela declarado”.	Resolution No. 270/2018 from the CNJ defines a chosen name as “that adopted by the person, by means of which they identify and are recognized in society, and declared by it.”
189	O acesso aos direitos específicos destinados às pessoas LGBTQIA+ independe tanto de documentação retificada quanto da submissão a procedimentos cirúrgicos ou hormonais, bastando a autodeclaração para que seja integralmente garantido.	LGBTQIA+ people do not need updated documentation or to undergo surgical or hormonal treatments to access specific rights; self-determination alone is enough to guarantee these rights in full.
190	Caso deseje emitir novos documentos adaptados, é possível que o procedimento ocorra de forma administrativa ou judicial, ainda que durante o	You can update your documents through administrative or legal channels. This option is available even while you're serving a sentence or involved in a rehabilitation program.

	cumprimento de pena ou de medida socioeducativa em reclusão.	
191	Se esse for o seu caso, diante da sua expressa autorização e a qualquer momento, a juíza ou o juiz deve solicitar a emissão e/ou a retificação dos documentos civis, tudo de forma gratuita.	If this applies to you, the judge must request the issuance and/or correction of your civil documents with your explicit consent at any time, all at no cost.
192	Para que você saiba, esse direito está garantido no artigo 6º da Resolução nº 306/2019, também do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).	This right is covered under Article 6 of Resolution No. 306/2019 by the National Justice Council (CNJ).
193	6	6
194	Como já estabelecido no julgamento do Recurso Extraordinário nº 670.422, finalizado pelo STF em agosto de 2018.	As determined in the decision on Extraordinary Appeal No. 670.422, concluded by the Supreme Federal Court in August 2018.
195	Reconhecimento da união homotransafetiva.	Recognition of same-sex and gender diverse stable unions.
196	Amor é amor, e todas as relações construídas com base nele e no respeito mútuo devem ser protegidas pela lei, por todas as instituições e pela sociedade.	Love is love, and all relationships grounded in it and mutual respect must be protected by law, institutions, and society.
197	Segundo a Constituição Federal de 1988 (caput do art. 226), a família é um núcleo doméstico, formal ou informalmente constituído, e composto por relações hetero ou homotransafetivas.	The 1988 Constitution (Article 226) defines family as na entity, whether official or non-official, including heterosexual, same-sex, and queer relationships.
198	Assim, a identificação de uma família não depende de formalidade cartorária, celebração civil ou mesmo religiosa.	Therefore, recognizing a family does not require legal registration, civil ceremonies, or religious celebration.
199	Em 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a união homotransafetiva como entidade familiar	In 2011, the Supreme Federal Court (STF) recognized same-sex and gender diverse unions as family entities.
200	e que a ela cabem os mesmos direitos e deveres da união estável entre homem e mulher.	This status grants them the same rights and responsibilities as heterosexual stable union.
201	Basta a comprovação dos pressupostos legais da união estável, que são	To establish a stable union marriage, you only need to show public, ongoing,

202	a convivência pública, contínua e duradoura, com intuito de formação de família.	and enduring cohabitation with the goal of forming a family. This ensures legal recognition.
203	Esse entendimento foi confirmado por várias decisões posteriores e também pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que em 2013, obrigou os cartórios de todo o país a celebrarem o casamento civil e a conversão de união estável em casamento entre pessoas de mesmo gênero (para você saber, isso está previsto na Resolução CNJ nº 175/2013).	These interpretations were confirmed by various subsequent decisions and also by the National Justice Council (CNJ), which in 2013 mandated that all notaries across the country perform civil marriages and convert stable unions into marriages for same-sex couples (for your information, this is outlined in CNJ Resolution No. 175/2013).
204	Direitos sucessórios	Succession rights
205	Uma das consequências do reconhecimento legal da união homotransafetiva como entidade familiar foi a extensão a ela de todos os direitos e deveres cabíveis à união heteroafetiva, como os direitos sucessórios – ou seja, aqueles que surgem com o falecimento de uma pessoa.	As a result of legally recognizing same-sex and gender diverse unions as family entities is that they receive all the rights and responsibilities of heterosexual unions. This includes succession rights, which apply after a person's death.
206	Caso você se encontre nessa situação, é seu direito participar do inventário, judicial ou extrajudicial, do/a seu ou sua cônjuge ou companheiro/a.	If you are in this situation, in Brazil, you have the right to take part of the proceedings for your spouse or partner.
207	Para que saiba, a previsão legal está no artigo 1.829 do Código Civil.	For your information, the legal provision is in Article 1,829 of the Civil Code.
208	DIREITOS DA POPULAÇÃO LGBTQIA+:	GUIDANCE BOOKLET ON
209	CARTILHA DE ORIENTAÇÃO JURÍDICA	THE RIGHTS OF LGBTQIA+ POPULATION
210	OBJETIVO 10 - REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES	OBJECTIVE 10 - REDUCING INEQUALITIES
211	Caso tenha interesse em saber mais, as decisões podem ser acessadas pelos links a seguir:	For more details, the decisions are available through the following links:
212	ADI 4.277; ADPF 132 e RE 477.554	ADI 4.277; ADPF 132 and RE 477.554
213	Registro parental por casais homo e transafetivos.	Parental rights for same-sex and gender diverse couples.
214	Apesar de todos os direitos e reconhecimentos listados até agora, nós sabemos que, na prática, casais homo e	Even with all the rights and recognitions established so far, we know that in reality, LGBTQIA+ people and queer couples face significant barriers. They

	transafetivos encontram diversos obstáculos e são submetidos a muitos constrangimentos, como ao realizarem o registro de afiliação de crianças e adolescentes.	often face many hardships, especially when registering as ‘parents’ of their children and teens.
215	A dificuldade ou mesmo impossibilidade de registro adequado chega a gerar problemas até em hospitais ou escolas.	Problems with proper registration, or even the inability to register, can lead to difficulties in hospitals and schools.
216	Caso você ou alguém que conheça tenha se deparado com essa dificuldade, procure a Defensoria Pública da União ou do estado onde mora.	If you or someone you know has encountered this difficulty, seek assistance from the nearest Federal Public Defenders’ Office where you live.
217	Essa questão ainda não foi decidida de forma definitiva pela justiça, mas já está em análise pelo Supremo Tribunal Federal.	Although this issue has not been definitively settled by the judiciary, it is currently being reviewed by the Supreme Federal Court.
218	Reprodução assistida e adoção por casais homo e transafetivos.	The right to assisted reproductive technology and adoption by gender diverse couples.
219	Como não nos cansaremos de reforçar, a igualdade das uniões estáveis homotransafetivas às heteroafetivas se estende a todos os direitos relacionados, como na possibilidade legal de adoção de crianças e adolescentes.	As we will continue to emphasize, the equality of same-sex and queer unions with heterosexual unions extends to all related rights, such as the legal right to adoption.
220	Legalmente, não há qualquer diferenciação a respeito da orientação sexual ou identidade de gênero da pessoa adotante.	Legally, there is no differentiation regarding the sexual orientation or gender identity of the person adopting.
221	Está prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) a possibilidade de adoção por pessoas maiores de 18 (dezoito) anos, independentemente do estado civil.	The Statute of the Child and Adolescent (ECA) permits adoption by adults over the age of 18, regardless of their marital status.
222	No entanto, se o desejo é por uma adoção conjunta, é necessária a formalização do casamento civil ou da união estável, comprovando a estabilidade da família (tudo isso está no artigo 42 do ECA).	However, for a joint adoption, it is necessary to formalize the civil marriage or stable union. This is necessary to prove family stability as outlined in Article 42 of the ECA.
223	No Provimento nº 63/2017, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) regulamenta o	Provision No. 63/2017 sets forth regulations by the National Justice Council (CNJ) for the voluntary

	reconhecimento voluntário e a averbação da paternidade ou maternidade socioafetiva, e também o registro de nascimento de crianças geradas por técnicas de reprodução assistida.	recognition and recording of social and affective parentage. It also addresses the registration of births for children born through assisted reproductive technologies.
224	Segundo o CNJ, no caso de afiliação relacionada a uniões homotransafetivas, o registro deverá incluir o nome das mães ou dos pais, sem diferença quanto à ascendência materna ou paterna (esta previsão pode ser encontrada no artigo 16 do Provimento CNJ nº 63/2017).	According to the CNJ, in cases of affiliation related to queer couples, the registration must include the names of both mothers or fathers. There should be no distinction between maternal or paternal lineage. This provision can be found in Article 16 of Provision CNJ No. 63/2017.
225	As ações que tratam do tema são as Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental, também conhecidas como ADPF, de números 787 e 899.	The Action Against a Violation of a Constitutional Fundamental Right (ADPF), specifically numbers 787 and 899, addresses this issue.
226	DIREITOS DA POPULAÇÃO LGBTQIA+:	GUIDANCE BOOKLET ON THE RIGHTS
227	CARTILHA DE ORIENTAÇÃO JURÍDICA	OF LGBTQIA+ POPULATION
228	OBJETIVO 10 - REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES	SDG 10 – REDUCING INEQUALITIES
229	E os dois Tribunais Superiores do Brasil também já decidiram sobre o tema.	In Brazil, the two supreme courts have already ruled on this matter.
230	Para o STF e o STJ, se determinada situação é permitida em relações heteroafetivas, também deve ser para relações homotransafetivas, em respeito ao princípio constitucional da igualdade.	According to the Supreme Federal Court and the Superior Court of Justice, what is permitted in heterosexual relationships should also be granted in queer relationships, in line with the constitutional principle of equality.
231	ÁREA CRIMINAL OU PENAL.	CRIMINAL LAW DOMAINS
232	A atuação na área criminal ou penal corresponde à defesa das pessoas acusadas, réus, condenadas ou privadas de liberdade, de modo provisório ou definitivo.	Criminal or penal practice involves representing individuals who are accused, defendants, convicted, or incarcerated, either temporarily or permanently.
233	A Defensoria Pública da União (DPU) promove a defesa na fase pré-processual, principalmente nos chamados Acordos de Não Persecução Penais, e durante a ação penal tanto em primeiro	The Federal Public Defenders' Office (DPU) provides defense during the pre-trial phase, primarily in non-prosecution agreements, and throughout the criminal proceedings, both at the first instance with Federal, Electoral, and

	grau junto à Justiça Federal, Eleitoral e Militar, quanto na fase recursal perante os Tribunais Regionais e Superiores.	Military Courts, and during the appeals process before the Regional and Superior Courts.
234	A DPU também atua nas execuções penais que tramitam perante esses Juízos.	The DPU also participates in the execution of the sentence proceedings that are processed before these courts.
235	Outra possibilidade de atuação da Defensoria na área penal corresponde à execução criminal – ou seja, quando as pessoas cumprem algum tipo de pena após condenação judicial, em qualquer formato de regime (aberto, semiaberto ou fechado) ou pena restritiva de direitos substitutiva a uma privativa de liberdade.	Another role of the Federal Public Defenders’ Office in criminal cases is overseeing the execution of sentences. This involves working with individuals who are serving their sentences following a court conviction, whether under open, semi-open, or closed conditions, or through non-custodial measures.
236	Nessa fase, a DPU pode formular diversos pedidos em favor da pessoa condenada, tais como: progressão de regime, liberdade condicional, indulto e defesa em caso de faltas disciplinares, além de outros relativos aos tratamentos dispensados dentro do sistema penitenciário federal.	At this stage, the Federal Public Defenders’ Office can request various things for the convicted person, such as adjustments to their custody level, parole, pardons, and defense in disciplinary matters, along with other concerns about their care within the federal prison system.
237	Abaixo, vamos detalhar quais são os seus direitos se você estiver, de alguma forma, respondendo a um procedimento na justiça criminal (ou seja, se for uma pessoa acusada, ré, condenada ou privada de liberdade, de modo provisório ou definitivo), ou quando for vítima de algum crime, com destaque aos episódios de violência doméstica, política ou de homotransfobia.	Here, we outline your rights if you are involved in a criminal case, whether as an accused, defendant, or convicted person, or as someone in custody. We also cover your rights as a crime victim, focusing on domestic violence, political violence, and discrimination based on gender identity or sexual orientation.
238	Se tiver interesse em saber mais sobre o assunto, estamos nos referindo aos recursos especiais de números 1.281.093 e 1.608.005, ambos do Superior Tribunal de Justiça (STJ), e ao recurso extraordinário nº 898.060, do Supremo Tribunal Federal (STF).	For more information, see Special Appeals No. 1.281.093 and No. 1.608.005 from the Superior Court of Justice (STJ), as well as Extraordinary Appeal No. 898.060 from the Supreme Federal Court (STF).
239	Sistema penitenciário.	Prison system in Brazil

240	Nos estabelecimentos prisionais deve ser garantida, integralmente, a assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa a todas as pessoas que estejam privadas de liberdade, sem qualquer forma de discriminação em razão de orientação sexual, expressão ou identidade de gênero.	Prison facilities must guarantee full assistance for all incarcerated individuals, including material needs, healthcare, legal aid, education, social services, and religious support, without any discrimination based on sexual orientation, gender expression, or gender identity.
241	Atenção!	Attention!
242	Lembre-se de que o fato de você estar em privação de liberdade e ter se autodeclarado LGBTQIA+ não pode ser utilizado para dificultar seu acesso a serviços, como os de assistência social e saúde, ou o exercício de direitos, como o recebimento de visitas e os banhos de sol.	Remember that being in custody and identifying as LGBTQIA+ cannot be used to restrict your access to services like social support and health assistance, or to your rights, such as receiving visitors and having outdoor access.
243	Saiba que seus direitos, tanto gerais quanto específicos, estão garantidos, principalmente, nas previsões legais a seguir:	Your general and specific rights are protected by the following legal rules:
244	Artigo 5º da Constituição Federal de 1988, com destaque aos incisos III; XLVII, alínea “e”; XLVIII e XLIX.	Article 5 of the Federal Constitution of 1988, highlighting items III; XLVII(e); XLVIII and XLIX.
245	Especificamente, a Constituição Federal de 1988 garante que nenhuma pessoa seja submetida a tortura nem a tratamento desumano ou degradante (inciso III), que não existam penas cruéis (inciso XLVII, “e”) e que a pena seja cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo da pessoa apenada (inciso XLVIII), devendo-se assegurar o respeito à sua integridade física e moral (inciso XLIX).	According to the 1988 Federal Constitution, no one may be submitted to torture or to inhuman or degrading treatment (Section III). There shall be no cruel punishment (Section XLVII(e)), sentence may be served in separate establishments, according to the nature of the offense, the age and the sex of the convict (Section XLVIII). Thus their physical and moral integrity must be respected (Section XLIX).
246	Lei Federal nº 7.210/1984, mais conhecida como Lei de Execução Penal, ou apenas LEP.	Federal Law No. 7.210/1984, also referred to as the Sentence Execution Act (LEP).
247	Resolução nº 348/2020, do Conselho Nacional de Justiça estabelece diretrizes e	Resolution No. 348/2020, issued by the National Justice Council, details the guidelines and procedures for the



	procedimentos ao tratamento da população LGBTQIA+ que seja custodiada, acusada, ré, condenada, privada de liberdade, em cumprimento de alternativas penais ou monitorada eletronicamente.	treatment of LGBTQIA+ persons who are in custody, accused, in trial, convicted, serving alternative sentences, or under electronic monitoring.
248	Criminalização da homotransfobia.	Criminalization of homophobia and transphobia.
249	Tragicamente, o Brasil é um dos países com maior índice de violência contra pessoas LGBTQIA+ no mundo, com destaque à realidade alarmante vivenciada por travestis e mulheres transexuais.	Unfortunately, Brazil has one of the highest rates of violence against LGBTQIA+ people worldwide, particularly affecting transvestites and transgender women who experience alarming levels of violence.
250	Em junho de 2019, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a falta de ação do Poder Legislativo para enfrentar essa inaceitável realidade, definindo que os atos de homotransfobia fossem equiparados ao crime de racismo, previsto na Lei nº 7.716/1989.	In June 2019, the Supreme Federal Court (STF) recognized the legislative failure to address this unacceptable reality. It was ruled that acts of homophobia and transphobia should be treated as crimes equivalent to racism, according to Brazilian Law No. 7,716/1989.
251	Agora, a Lei contra o Racismo (a mesma Lei nº 7.716/1989 que mencionamos acima) também criminaliza o preconceito e a violência contra pessoas LGBTQIA+.	Now, the law against racism (Law No. 7,716/1989) also criminalizes prejudice and violence against LGBTQIA+ individuals. This expands the legal protections to include cases of homophobia and transphobia.
252	Em caso de homicídio, se for comprovada a motivação homo ou transfóbica do crime, dizemos que há um “agravante por motivo torpe”, devendo a pena ser aumentada.	In murder cases, if it's shown that homophobia or transphobia was the motive, it is considered an “aggravating factor of a vile intent,” which results in an increased sentence.
253	Outra mudança legislativa para o combate à homotransfobia foi a aprovação, em 2018, da Lei nº 13.718, que criou penas específicas para novas formas de violência contra mulheres e pessoas LGBTQIA+.	A key legislative change in tackling homophobia and transphobia was the passage of Law No. 13,718 in 2018, which established specific penalties for new forms of violence against women and LGBTQIA+ individuals.
254	Dentre essas está o estupro corretivo, que seria aquele cometido para controlar ou “corrigir” os comportamentos social e sexual da vítima.	Among these is corrective rape, which is committed to control or "correct" the victim's social and sexual behavior.

255	E em um mundo tecnológico como o atual, diversos tipos de crimes são cometidos em ambiente virtual.	Besides, in the digital era, many crimes are committed in virtual spaces.
256	Se, ao utilizar plataformas digitais a exemplo de Facebook, Instagram, TikTok ou YouTube, você sofreu algum tipo de ofensa ou perseguição motivada por sua orientação sexual ou identidade de gênero, procure a unidade mais próxima da Defensoria Pública para tomar providências e garantir seus direitos.	If you've been targeted or offended because of your sexual orientation or gender identity on digital platforms such as Facebook, Instagram, TikTok, or YouTube, contact the nearest Federal Public Defenders' Office unit to take action and protect your rights.
257	Importante destacar que, no formulário de preenchimento dos boletins de ocorrência, seja de forma virtual ou presencial na delegacia de polícia, há campos para indicação do "nome social", da "identidade de gênero" e "orientação sexual" da vítima.	It is important to note that, on police report forms, whether filed online or in person at the station, there are fields to indicate the victim's 'chosen name,' 'gender identity,' and 'sexual orientation.'
258	Você pode preencher caso deseje e se sinta confortável para isso, ou solicitar ao/à agente policial responsável que não deixe de indicar essas informações no documento – lembrando-se sempre de que tais dados, por serem sensíveis, devem ser mantidos em sigilo, conforme estabelecido pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).	You may fill out this information if you prefer and are comfortable doing so, or you can request the police officer in charge to include it in the report. Keep in mind that such sensitive information must be kept confidential as per the Brazilian General Data Protection Law (LGPD).
259	10	10
260	Para que saiba, essa decisão corresponde à Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão, ou ADO, nº 26, e ao Mandado de Injunção, ou MI, nº 4.733.	For your information, this decision corresponds to the Declaration of Unconstitutionality by Omission (ADO) No. 26, and the Injunction Mandate (MI), No. 4.733.
261	Violência doméstica, familiar e feminicídio.	Domestic abuse, family violence, and femicide.
262	A Lei nº 11.340/2006, ou Lei Maria da Penha, define como violência doméstica e familiar contra a mulher "qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou	Law No. 11,340/2006, or the Maria da Penha Law, defines domestic and family violence against women as 'any action or omission based on gender that causes the woman's death, injury, physical, sexual or psychological suffering and moral or patrimonial damage.'

	psicológico e dano moral ou patrimonial”.	
263	Sua aplicação independe da orientação sexual da vítima ou da relação pessoal envolvida.	It applies regardless of the victim's sexual orientation or the personal relationship involved.
264	A Lei Maria da Penha reconhece a violência doméstica e intrafamiliar contra mulheres lésbicas, bissexuais e transgênero; ou seja, pode ser acionada em caso de agressão entre um casal homotransafetivo de mulheres, e também quando o agressor é outro membro da família, como pai, irmão, tio ou primo.	The Maria da Penha Law recognizes domestic and intra-family violence against lesbian, bisexual, and transgender women. It can be applied in cases of abuse between cisgender or transgender women in a queer relationship and when the abuser is a family member like a father, brother, uncle, or cousin.
265	Já a Lei nº 13.104/2015 classifica como “feminicídio” o assassinato cometido contra mulheres.	Thus, Law No. 13.104/2015 designates the murder of women as 'femicide.'
266	E ainda que o texto da lei fale apenas em “sexo feminino”, ela também deve ser aplicada em casos que vitimem mulheres LBTQIA+, como lésbicas, bissexuais, transgênero, <i>queer</i> , intersexo e assexuais.	Although the law specifically refers to 'female sex,' it should also be applied to situations affecting LGBTQIA+ women, such as lesbians, bisexuals, transgender, intersex, asexual, and queer people.
267	Violência política.	Political violence.
268	A violência política de gênero, o racismo e o sexismo continuam sendo barreiras para as candidaturas e a atuação política de mulheres e pessoas negras, LGBTQIA+ e indígenas.	Gender-based political violence, racism, and sexism are still barriers to the political candidacies and the political involvement of black, queer, and indigenous communities.
269	Segundo a Lei nº 14.192/2021, violência política contra a mulher é toda ação, conduta ou omissão com a finalidade de impedir, obstaculizar ou restringir os direitos políticos da vítima.	As per Law No. 14.192/2021, political violence against women includes any actions, behaviors, or omissions intended to prevent, obstruct, or limit the victim's political rights.
270	Em março de 2022, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) lançou a Ouvidoria da Mulher, criada para prevenir e combater casos de assédio, discriminação e demais formas de abusos sofridos por pessoas do gênero feminino, especialmente a violência política.	In March 2022, the Superior Electoral Court (TSE) established the Women's Ombudsman Service to prevent and combat harassment, discrimination, and other types of abuse faced by women, especially in the context of political violence.
271	ÁREAS PREVIDENCIÁRIA E TRABALHISTA.	SOCIAL SECURITY AND LABOR LAW.

272	As pessoas LGBTQIA+ devem ter acesso a todos os direitos trabalhistas e previdenciários, sem distinção quanto ao gênero autodeclarado ou à orientação sexual.	LGBTQIA+ people should have access to all labor and social security rights, regardless of their self-determined gender or sexual orientation.
273	E os procedimentos extrajudiciais e judiciais podem ser ferramentas importantes para que tais direitos sejam respeitados no mercado de trabalho e na análise de pedidos de benefícios que venham a ser concedidos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).	Out-of-court and judicial procedures are essential for protecting these rights in the workplace and in managing applications for benefits provided by the National Social Security Institute (INSS).
274	Na área previdenciária – ou seja, quando falamos sobre aposentadoria, auxílios ou pensões –, o ingresso na justiça pode ser necessário em situações como a comprovação de união estável homotransafetiva.	In social security matters — like pensions, benefits, or retirement — going to court may be required in situations such as proving a queer stable union.
275	As decisões judiciais também podem garantir, por exemplo, benefícios como a pensão por morte a pessoas companheiras e dependentes em relações homotransafetivas, caso tal direito tenha sido negado pelo INSS.	Court orders can also ensure that benefits such as survivor benefits are provided to partners and dependents in queer relationships if such rights have been denied by the INSS.
276	Já no campo trabalhista, a população LGBTQIA+ também enfrenta vários desafios, tanto no acesso às oportunidades dignas quanto nas condições em que realizam suas funções, como no uso do nome social ou mesmo de espaços comuns no ambiente de trabalho, a exemplo dos banheiros.	In the employment sector, the LGBTQIA+ community also faces several challenges, including access to fair opportunities and conditions related to their roles, such as using their preferred name or accessing common areas like bathrooms.
277	Transexualidade e aposentadoria.	Retirement for transgender seniors
278	O usufruto da previdência social é um direito fundamental, devendo ser garantido, igualmente, a todas as pessoas que tenham cumprido os requisitos para acessá-lo.	Social security benefits are a fundamental right and should be guaranteed equally to everyone who meets the eligibility requirements.
279	Muitas vezes, em razão de os critérios se limitarem às figuras	Transgender people often face difficulties in obtaining social benefits,

	de homens e mulheres, pessoas transgênero enfrentam dificuldades para acessar benefícios previdenciários, como a aposentadoria.	such as retirement, due to eligibility criteria being restricted to cisgender men and women.
280	Porém, o acesso aos direitos correspondentes à identidade de gênero com a qual a pessoa se reconheça não deve ser condicionado a uma autorização judicial prévia, cirurgias ou laudos médicos.	However, accessing rights that align with a person's gender identity shouldn't require prior court approval, surgeries, or medical documentation.
281	A concessão dos benefícios previdenciários às pessoas transgênero deve ocorrer de acordo com o gênero por ela adotado e registrado em cartório.	Transgender people should receive social security benefits according to their assigned gender registered in official records.
282	Extensão da licença-maternidade à mãe não gestante em união homotransafetiva.	Extending maternity leave to non-birthing mothers in queer relationships.
283	O direito à licença-maternidade é um benefício previdenciário destinado a garantir à mãe um período de maior convívio com a criança, mediante afastamento trabalhista remunerado.	Maternity leave is a social security benefit designed to provide the mother with a period of extended time with the child through paid leave from work.
284	O objetivo dessa licença é, justamente, proteger o vínculo formado entre mãe e criança, independentemente da origem da relação.	This leave aims to safeguard the connection between mother and child, regardless of the nature of their relationship.
285	É um benefício disponível tanto a empregadas celetistas quanto a servidoras públicas, nos termos dos artigos 7º, inciso XVIII, e 39, §3º, da Constituição Federal de 1988.	This benefit applies to both private-sector workers and public employees, according to Articles 7, Section XVIII, and 39, §3, of the 1988 Federal Constitution.
286	Em novembro de 2019, o Supremo Tribunal Federal reconheceu a extensão da licença também a mães que, apesar de não vivenciarem as alterações típicas da gravidez, arcam com todos os demais papéis e tarefas que surgem após a formação do novo vínculo familiar.	In November 2019, the Supreme Federal Court ruled that maternity leave now covers mothers who, even though they don't go through typical pregnancy changes, still handle all the parenting duties and responsibilities that come with a new family.
287	Uso de banheiro e outros espaços conforme a identidade de gênero.	Gender identity and access to bathrooms and facilities.
288	O uso do banheiro no ambiente de trabalho é direito da pessoa	Restroom use at the workplace is a right for employees and cannot be restricted

	empregada, não podendo ser limitado pela empregadora, por se tratar de necessidade fisiológica humana.	by employers, as it is a basic human need.
289	A Resolução nº 12/2015, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação, prevê a garantia do “uso de banheiros, vestiários e demais espaços segregados por gênero, quando houver, de acordo com a identidade de gênero de cada sujeito”.	Resolution No. 12/2015 from the National Council for Combating Discrimination guarantees “the use of restrooms, changing rooms, and other spaces segregated by gender, if any, according to the gender identity of each person.”
290	Na Justiça do Trabalho, existem muitas decisões condenando empresas ao pagamento de dano moral em caso de discriminação de pessoas transgênero, seja pela proibição de ser tratada pelo nome social ou de usar o banheiro de acordo com sua identidade de gênero.	In labor court decisions, many companies are being ordered to pay damages for mental distress when they discriminate against transgender individuals. This discrimination can occur either by refusing to use their chosen name or by denying them access to restrooms that match their gender identity.
291	11	11
292	O STF decidiu assim no Recurso Extraordinário nº 1.211.446.	The Supreme Federal Court ruled on this in Extraordinary Appeal No. 1.211.446.
293	REDE DE APOIO:	SUPPORT NETWORK:
294	4	4
295	SOCIEDADE CIVIL E INSTITUCIONAL	CIVIL AND INSTITUTIONAL SOCIETY
296	Há uma grande quantidade de grupos, movimentos e organizações da sociedade civil que trabalham, diariamente, pela defesa e garantia dos direitos da população LGBTQIA+, no Brasil e no mundo.	A wide range of groups, movements, and civil organizations are dedicated to advancing and safeguarding the rights of the LGBTQIA+ community, both in Brazil and internationally.
297	A seguir, listamos algumas que atuam no acolhimento direto e na assistência social; na área da saúde; ou com enfoque na articulação política de forma ampla.	The following organizations provide direct support, social assistance, healthcare, or engage in broad political activities.
298	ACOLHIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL	SOCIAL CARE AND ASSISTANCE SERVICES
299	Acolhe LGBT (Nacional)	Acolhe LGBT - National
300	Plataforma que realiza atendimento online para pessoas LGBTQIA+ que precisam de acolhimento psicológico com profissionais voluntários/as.	An online platform offering psychological support to LGBTQIA+ people from volunteer professionals.

301	Site: <a href="https://www.acolhelgbt.org">https://www.acolhelgbt.org</a>	More information is available on their website: <a href="https://www.acolhelgbt.org">https://www.acolhelgbt.org</a>
302	All Out (Nacional)	All Out (National)
303	Apoio jurídico e defesa dos direitos LGBTQIA+.	It provides legal assistance and advocacy for LGBTQIA+ rights.
304	Site: <a href="https://allout.org">https://allout.org</a>	More information is available on their website: <a href="https://allout.org">https://allout.org</a>
305	Ambulatório de Saúde de Travestis e Transexuais do Hospital Universitário Maria Pedrossi (Campo Grande, MS)	Ambulatório de Saúde de Travestis e Transexuais do Hospital Universitário Maria Pedrossi (Healthcare Clinic for Transvestites and Transgender People at Maria Pedrossi University Hospital), Campo Grande/MS.
306	Endereço:	Address:
307	Av. Senador Filinto Müller, n. 355 – Vila Ipiranga, Campo Grande/MS, CEP 79080-190; Telefones:	Av. Senador Filinto Müller, n. 355 - Vila Ipiranga, Campo Grande/MS, Postcode (CEP): 79080-190; Phone number:
308	(67) 3345-3000	(67) 3345-3000
309		
310	Ambulatório de Saúde Integral de Transexuais e Travestis do Rio Grande do Norte – Hospital Giselda Trigueiro (Natal, RN)	Ambulatório de Saúde Integral de Transexuais e Travestis do Rio Grande do Norte – Hospital Giselda Trigueiro (Holistic Healthcare Clinic for Transgender and Transvestites at the Giselda Trigueiro Hospital), Natal/RN
311	Endereço:	Address:
312	R. Cônego Monte, n. 110 – Quintas, Natal/RN; Telefone:	R. Cônego Monte, n. 110 - Quintas, Natal/RN; Phone number:
313	(84) 3232-7900	(84) 3232-7900
314		
315	Ambulatório de Saúde de Travestis e Transexuais João W. Nery (Niterói, RJ)	Ambulatório de Saúde Integral de Travestis e Transexuais João W. Nery (João W. Nery Holistic Healthcare Center for Transvestites and Trans People) - Niterói/RJ
316	Endereço:	Address:
317	Av. Ernani do Amaral Peixoto, n. 169 – Centro, Niterói/RJ, CEP 24020-070; Telefone:	Av. Ernani do Amaral Peixoto, n. 169 - Center, Niterói/RJ, Postcode (CEP): 24020-070; Phone number:
318	(21) 2717-8140	(21) 2717-8140
319	Ambulatório de Sexualidade do Hospital Universitário da UFMA – HU/UFMA (São Luís, MA)	Ambulatório de Sexualidade do Hospital Universitário da UFMA (Sexuality Healthcare Clinic at the UFMA University Hospital) – HU/UFMA, São Luís/MA
320	Endereço:	Address:

321	Rua Barão de Itapary, n. 227 – Centro, São Luís/MA, CEP 65020-070; Telefones:	Rua Barão de Itapary, n. 227 - Center, São Luís/MA, Postcode (CEP): 65020-070; Phone number:
322	(98) 2109-1000 / 2109-1002	(98) 2109-1000 / 2109-1002
323	DIREITOS DA POPULAÇÃO LGBTQIA+:	GUIDANCE BOOKLET ON
324	CARTILHA DE ORIENTAÇÃO JURÍDICA	THE RIGHTS OF LGBTQIA+ POPULATION
325	OBJETIVO 10 - REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES	SDG 10 - REDUCING INEQUALITIES
326	Ambulatório de Transexualidade do Hospital Geral de Goiânia Alberto Rassi (Goiânia, GO)	Ambulatório de Transexualidade do Hospital Geral de Goiânia Alberto Rassi (Trans Healthcare Clinic at Alberto Rassi General Hospital in Goiânia), Goiânia/GO
327	Endereço:	Address:
328	Av. Ananguera, n. 6479 – St. Oeste, Goiânia/GO, CEP 74110-01; Telefone:	Av. Ananguera, n. 6479 - St. Oeste, Goiânia/GO, Postcode (CEP): 74110-01; Phone number:
329	(62) 3209-9800	(62) 3209-9800
330	Ambulatório LGBT Darlen Gasparelli (Camaragibe, PE)	Ambulatório LGBT Darlen Gasparelli (LGBT Darlen Gasparelli Healthcare Clinic), Camaragibe/PE
331	Endereço:	Address:
332	Rua Pedro de Paula Rocha, Bairro Novo – Centro, Camaragibe/PE, CEP 54762-745; Telefone:	Rua Pedro de Paula Rocha, Bairro Novo - Center, Camaragibe/PE, Postcode (CEP): 54762-745; Phone number:
333	(81) 3458-0694	(81) 3458-0694
334	Ambulatório Municipal de Saúde Integral de Travestis e Transsexuais (São José do Rio Preto, SP)	Ambulatório Municipal de Saúde Integral de Travestis e Transsexuais (Municipal Clinic for Healthcare of Transvestites and Trans People), São José do Rio Preto/SP
335	Endereço:	Address:
336	Rua do Rosário, n. 1903 – Vila Esplanada, São José do Rio Preto/SP, CEP 74110-01; Telefones:	Rua do Rosário, n. 1903 - Vila Esplanada, São José do Rio Preto/SP, Postcode (CEP): 74110-01; Phone number:
337	(17) 3235-6667 / (17) 3234-4314; E-mail: sms.sae@riopreto.sp.gov.br	(17) 3235-6667 / (17) 3234-4314; E-mail: sms.sae@riopreto.sp.gov.br
338	Ambulatório Trans. da Unidade Especial em Doenças Infectoparasitárias – Hospital Jean Bitar (Belém, PA)	Ambulatório Trans. da Unidade Especial em Doenças Infectoparasitárias – Hospital Jean Bitar (Trans Clinic at the Special Unit for Infectious and Parasitic Diseases - Jean Bitar Hospital), Belém/PA
339	Endereço:	Address:



340	R. Cônego Jerônimo Pimentel, n. 543 – Umari-zal, Belém/PA; Telefone:	R. Cônego Jerônimo Pimentel, n. 543 - Umari-zal, Belém/PA; Phone number:
341	(91) 3239-3800	(91) 3239-3800
342	Ambulatório Trans	Ambulatório Trans do Hospital Getúlio Vargas
343	do Hospital Getúlio Vargas (Teresina, PI)	(Trans Healthcare Clinic at Getúlio Vargas Hospital), Teresina/PI)
344	Endereço:	Address:
345	Av. Frei Serafim, n. 2352 – Centro, Teresina/PI, CEP 64.001-020; Telefone:	Av. Frei Serafim, n. 2352 - Center, Teresina/PI, Postcode (CEP): 64.001-020; Phone number:
346	(86) 3221-3040	(86) 3221-3040
347	Ambulatório Trans	Ambulatório Trans do Hospital Guilherme Álvaro Santos
348	do Hospital Guilherme Álvaro (Santos, SP)	(Trans Healthcare Clinic at Guilherme Álvaro Hospital), Santos/SP
349	Endereço:	Address:
350	R. Oswaldo Cruz, 197 – Boqueirão, Santos/SP; Telefone:	R. Oswaldo Cruz, 197 - Boqueirão, Santos/SP; Phone number:
351	(13) 3202-1300	(13) 3202-1300
352	Associação em Defesa dos Direitos Humanos com enfoque na população TLGB – ADEH (Florianópolis, SC)	Associação em Defesa dos Direitos Humanos com enfoque na população TLGB – ADEH, (Human Rights Association Focused on the TLGB Community), Florianópolis/SC
353	Endereço:	Address:
354	R. Trajano, 168 – Centro, Florianópolis/SC, CEP 88010-010; Telefone:	R. Trajano, 168 - Center, Florianópolis/SC, Postcode (CEP): 88010-010; Phone number:
355	(48) 3371-0317; Perfil no Instagram: @adehonline; Site: <a href="https://adehdireitoshumanos.wordpress.com/sobre/">https://adehdireitoshumanos.wordpress.com/sobre/</a>	(48) 3371-0317; Instagram profile: @adehonline. More information is available on their website: <a href="https://adehdireitoshumanos.wordpress.com/about/">https://adehdireitoshumanos.wordpress.com/about/</a>
356	Associação Manifesta LGBT+ (Manaus, AM)	Associação Manifesta LGBT+ (Manifesta LGBT+ Association), Manaus/ AM
357	Telefone:	Phone number:
358	(92) 99298-7970; E-mail: <a href="mailto:manifesta.lgbt@gmail.com">manifesta.lgbt@gmail.com</a> ; Site: <a href="https://comunicacaomanifes.wixsite.com/manifestalgbt">https://comunicacaomanifes.wixsite.com/manifestalgbt</a> ; Perfil no Instagram: @manifestalgbt	(92) 99298-7970; E-mail: <a href="mailto:manifesta.lgbt@gmail.com">manifesta.lgbt@gmail.com</a> . More information is available on their website: <a href="https://comunicacaomanifes.wixsite.com/manifestalgbt">https://comunicacaomanifes.wixsite.com/manifestalgbt</a> ; Instagram
359	Astra Direitos Humanos e Cidadania LGBT (Aracaju, SE)	Astra Direitos Humanos e Cidadania LGBT, (Astra Human Rights and LGBT Citizenship), Aracaju/SE
360	Endereço:	Address:

361	Av. Pedro Calazans, 464-2 – Getúlio Vargas, Aracaju/SE, CEP 49055-520; Telefone:	Av. Pedro Calazans, 464-2 - Getúlio Vargas, Aracaju/SE, Postcode (CEP): 49055-520; Phone number:
362	(79) 3041-1303; Perfil no Instagram: @astralgbt	(79) 3041-1303; Instagram profile: @astralgbt
363	Casa 1 – Centro de Cultura e Acolhimento LGBT (São Paulo, SP)	Casa 1 – Centro de Cultura e Acolhimento LGBT, (Casa 1 - LGBT Culture and Social Care Center), São Paulo/SP
364	Endereços:	Addresses:
365	Galpão Casa 1 – Rua Adoniran Barbosa 151, Bela Vista e Clínica Social Casa 1 – Rua Lettieri, 65, Bela Vista, ambos em São Paulo/SP; E-mails: assistenciasocial@casaum.org e contato@casaum.org; Perfil no Instagram: @casa1; Site: <a href="https://www.casaum.org/">https://www.casaum.org/</a>	Galpão Casa 1 - Rua Adoniran Barbosa 151, Bela Vista and Clínica Social Casa 1 - Rua Lettieri, 65, Bela Vista, both in São Paulo/SP; Emails: assistenciasocial@casaum.org and contato@casaum.org; Instagram profile: @casa1. More information is available on their website: <a href="https://www.casaum.org/">https://www.casaum.org/</a>
366	CasAmor (Aracaju, SE)	CasAmor (Aracaju, SE)
367	Endereço:	Address:
368	R. I, n. 214 – Inácio Barbosa, Aracaju/SE; CEP 49040-490; E-mail: casamorlgbt@gmail.com; Perfil no Instagram: @casamorlgbtqi	R. I, n. 214 - Inácio Barbosa, Aracaju/SE; Postcode (CEP): 49040-490; E-mail: casamorlgbt@gmail.com; Instagram profile: @casamorlgbtqi
369	Casa Aurora – Centro de Cultura e Acolhimento LGBTQI+ (Salvador, BA)	Casa Aurora – Centro de Cultura e Acolhimento LGBTQI+ (Casa Aurora - LGBTQI+ Culture and Social Care Center), Salvador/BA
370	Telefone:	Phone number:
371	(71) 3019-7545; Perfil no Instagram: @aurora_casalgbt	(71) 3019-7545; Instagram profile: @aurora_casalgbt
372	Casa Chama (São Paulo, SP)	Casa Chama (São Paulo, SP)
373	Endereço:	Address:
374	Rua do Carmo, n. 54, Sala 303, Sé, São Paulo/SP, CEP 01019-020; E-mail: casachama440@gmail.com; Telefone: (11) 99448-2641 (Whatsapp); Perfil no Instagram: @casachama_org; Site: <a href="https://www.casachama.org/">https://www.casachama.org/</a>	Rua do Carmo, n. 54, Room 303, Sé, São Paulo/SP, Postcode (CEP): 01019-020; E-mail: casachama440@gmail.com; Phone number: (11) 99448-2641 (Whatsapp); Instagram profile: @casachama_org; More information available on their website: <a href="https://www.casachama.org/">https://www.casachama.org/</a>
375	Casa de Acolhimento Construindo Igualdade (Caxias do Sul, RS)	Casa de Acolhimento Construindo Igualdade (Support Shelter for Building Social Care), Caxias do Sul/RS
376	Endereço:	Address:
377	R. Rio de Janeiro, n. 140 - Jardim América, Caxias do Sul/RS, CEP 95050-410; E-mail:	R. Rio de Janeiro, n. 140 - Jardim América, Caxias do Sul/RS, Postcode (CEP): 95050-410; E-mail:

	centroreferencialgibt-caxiassul@gmail.com; Telefone: (54) 99161-3078; Perfil no Instagram: @ongconstruindoigualdade	centroreferencialgibt-caxiassul@gmail.com; Phone number: (54) 99161-3078; Instagram profile: @ongconstruindoigualdade
378	Casa Florescer – Centro de Acolhida Especial para Travestis e Mulheres Transexuais (São Paulo, SP)	Casa Florescer – Centro de Acolhida Especial para Travestis e Mulheres Transexuais (Casa Florescer - Special Center for Travestis and Trans Women), São Paulo/SP
379	Endereço:	Address:
380	Rua Prates, n. 1101 – Bom Retiro, São Paulo/SP, CEP 01121-000; Telefone: (11) 3228-0502; Perfil no Instagram: @casaflorescer1	Rua Prates, n. 1101 - Bom Retiro, São Paulo/SP, Postcode (CEP): 01121-000; Phone number: (11) 3228-0502; Instagram profile: @casaflorescer1
381	Casa Miga – Acolhimento LGBTQ+ (Manaus, AM)	Casa Miga – Acolhimento LGBTQ+ (Casa Miga - Social Care for LGBTQ+ people), Manaus/AM
382	Endereço:	Address:
383	R. Silva Ramos, n. 839 – Centro, Manaus/AM; Perfil no Instagram: @casamigalgbt	R. Silva Ramos, n. 839 - Center, Manaus/AM; Instagram profile: @casamigalgbt
384	Casa Nem (Rio de Janeiro, RJ)	Casa Nem (Rio de Janeiro/RJ)
385	Endereço:	Address:
386	R. Dois de Dezembro, n. 9 – Flamengo, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22220-040; Telefone: (21) 98880-0322; Perfil no Instagram: @casanem_	R. Dois de Dezembro, n. 9 - Flamengo, Rio de Janeiro/RJ, Postcode (CEP): 22220-040; Phone number: (21) 98880-0322; Instagram profile: @casanem_
387	Casa Rosa (Brasília, DF)	Casa Rosa (Brasília/DF)
388	Telefone:	Phone number:
389	(61) 99220-3745; E-mail: fundacaocasarosa@gmail.com; Perfil no Facebook: @casarosalgbtq; Perfil no Instagram: @casarosadf	(61) 99220-3745; E-mail: fundacaocasarosa@gmail.com; Facebook profile: @casarosalgbtq; Instagram profile: @casarosadf
390	Casa TRANSformar (Fortaleza, CE)	Casa TRANSformar (Fortaleza, CE)
391	Endereço:	Address:
392	R. José Maurício, n. 527 – Siqueira, Fortaleza/CE, CEP 60736-140; Telefone: (85) 98126-8410 (Whatsapp); Perfil no Instagram: @casatransformar	R. José Maurício, n. 527 - Siqueira, Fortaleza/CE, Postcode (CEP): 60736-140; Phone number: (85) 98126-8410 (Whatsapp); Instagram profile: @casatransformar
393	Casinha – Centro de Acolhida (Rio de Janeiro, RJ)	Casinha – Centro de Acolhida (Casinha - Social Care Center), Rio de Janeiro/RJ
394	Endereço: Ladeira da Glória, n. 26, bloco 3, Rio de Janeiro/RJ; E-mail: contato@casinha.org;	Address: Ladeira da Glória, n. 26, block 3, Rio de Janeiro/RJ; E-mail:

	Perfil no Facebook: @casinhaacolhida	contato@casinha.org; Facebook profile: @casinhaacolhida
395	Centro de Acolhimento Ezequias Rocha Rego – CAERR (Maceió, AL)	Centro de Acolhimento Ezequias Rocha Rego – CAERR (Ezequias Rocha Rego Social Care Center – CAERR), Maceió/AL
396	Endereço: R. São João, n. 5 – Clima Bom, Maceió/AL, CEP 57071-188; Telefone: (82) 99644-1004; Perfil no Instagram: @caerr_alagoas; E-mail: caerr_alagoas@gmail.com	Address: R. São João, n. 5 - Clima Bom, Maceió/AL, Postcode (CEP): 57071-188; Phone number: (82) 99644-1004; Instagram profile: @caerr_alagoas; E-mail: caerr_alagoas@gmail.com
397	Centro de Convivência É de Lei (São Paulo, SP)	Centro de Convivência É de Lei (É de Lei Community Center), São Paulo/SP
398	Endereço: Rua do Carmo, n. 56, 2º andar – Salas 201 e 202, Sé, São Paulo/SP, CEP 01019-020; Telefone: (11) 3337-6049; Perfil no Instagram: @ccedelei; Site: <a href="https://edelei.org/home/sobre-nos/">https://edelei.org/home/sobre-nos/</a>	Address: Rua do Carmo, n. 56, 2nd floor - Rooms 201 and 202, Sé, São Paulo/SP, Postcode (CEP): 01019-020; Phone number: (11) 3337-6049; Instagram profile: @ccedelei; More information available on their website: <a href="https://edelei.org/home/about-us/">https://edelei.org/home/about-us/</a>
399	Centro de Pesquisa e Apoio a Travestis e Transexuais – CPATT (Curitiba, PR)	Centro de Pesquisa e Apoio a Travestis e Transexuais – CPATT (Travestis and Transgender Support and Research Center – CPATT), Curitiba/PR
400	Endereço: R. Barão do Rio Branco, n. 465 – Centro, Curitiba/PR; Telefone: (41) 3304-7567	Address: R. Barão do Rio Branco, n. 465 - Center, Curitiba/PR; Phone number: (41) 3304-7567
401	Centro de Referência LGBT do Acre (Rio Branco, AC)	Centro de Referência LGBT do Acre (LGBT Reference Center of Acre), Rio Branco/AC
402	Endereço: Rua Francisco Mangabeira, n. 33, Bosque, Rio Branco/AC; Telefone: (68) 3215-2310; E-mail: sejudh@ac.gov.br	Address: Rua Francisco Mangabeira, n. 33, Bosque, Rio Branco/AC; Phone number: (68) 3215-2310; E-mail: sejudh@ac.gov.br
403	Centro de Referência LGBT de Belo Horizonte (MG)	Centro de Referência LGBT de Belo Horizonte (Belo Horizonte LGBT Support Center), Belo Horizonte/MG
404	Endereço: Rua Curitiba, 481 – Centro, Belo Horizonte/MG; Telefones: (31) 3277-4128 e (31) 3277-4227; E-mail: dl-gbt@pbh.gov.br; Site: <a href="https://prefeitura.pbh.gov.br/sma-sac/sudc/equipamentos/crlgbt">https://prefeitura.pbh.gov.br/sma-sac/sudc/equipamentos/crlgbt</a>	Address: Rua Curitiba, 481 - Center, Belo Horizonte/MG; Phone numbers: (31) 3277-4128 and (31) 3277-4227; E-mail: dl-gbt@pbh.gov.br; More information is available on their website: <a href="https://prefeitura.pbh.gov.br/sma-sac/s">https://prefeitura.pbh.gov.br/sma-sac/s</a>
405	Endereço:	Address:
406	Rua Curitiba, 481 – Centro, Belo Horizonte/MG; Telefones:	Rua Curitiba, 481 – Centro, Belo Horizonte/MG; Phone numbers:

407	(31) 3277-4128 e (31) 3277-4227; E-mail: gbt@pbh.gov.br; Site: <a href="https://prefeitura.pbh.gov.br/sma-sac/sudc/equipamentos/crlgbt">https://prefeitura.pbh.gov.br/sma-sac/sudc/equipamentos/crlgbt</a>	(31) 3277-4128 and (31) 3277-4227; E-mail: gbt@pbh.gov.br; More information is available on their website, <a href="https://prefeitura.pbh.gov.br/sma-sac/sudc/equipamentos/crlgbt">https://prefeitura.pbh.gov.br/sma-sac/sudc/equipamentos/crlgbt</a>
408	Coletivo Arouchianos (São Paulo, SP)	Coletivo Arouchianos (Arouchianos Collective), São Paulo/SP
409	Endereço:	Address:
410	Largo do Arouche – República, São Paulo/SP, CEP 01219-010; Telefone: (11) 94874-5068; Perfil no Instagram: @arouchianos	Largo do Arouche - República, São Paulo/SP, Postcode (CEP): 01219-010; Phone number: (11) 94874-5068; Instagram profile: @arouchianos
411	Coletivo LesBiTrans (Altamira, Belém e Moju, PA)	Coletivo LesBiTrans (LesBiTrans Collective), Altamira, Belém and Moju/PA
412	Perfil no Instagram: @lesbirans_amazonia; Site: <a href="http://lesbitransamazonia.blogspot.com">http://lesbitransamazonia.blogspot.com</a>	Instagram profile: @lesbirans_amazonia; More information is available on their website, <a href="http://lesbitransamazonia.blogspot.com">http://lesbitransamazonia.blogspot.com</a>
413	Complexo Hospitalar de Doenças Infectocontagiosas Dr. Clementino Fraga (João Pessoa, PB)	Complexo Hospitalar de Doenças Infectocontagiosas Dr. Clementino Fraga (Dr. Clementino Fraga Complex for Infectious Diseases), João Pessoa/PB
414	Endereço:	Address:
415	Rua Esther Borges Bastos, s/n – Jaguaribe, João Pessoa/PB, CEP 58015-270; Telefone: (83) 3218 5416	Rua Esther Borges Bastos, No number - Jaguaribe, João Pessoa/PB, Postcode (CEP): 58015-270; Phone number: (83) 3218 5416
416	Comissão da Diversidade Sexual e Direito Homoafetivo (Boa Vista, RR)	Comissão da Diversidade Sexual e Direito Homoafetivo (Sexual Diversity and Same-Sex Rights Commission), Boa Vista/RR
417	Endereço:	Address:
418	Av. Ville Roy, 4284 – Aparecida, Boa Vista/RR, CEP 69306-405; Telefone: (95) 3198-3350	Av. Ville Roy, 4284 - Aparecida, Boa Vista/RR, Postcode (CEP): 69306-405; Phone number: (95) 3198-3350
419	Espaço LGBT Darlen Gasparelli (Camaragibe, PE)	Espaço LGBT Darlen Gasparelli (Darlen Gasparelli LGBT Community Space), Camaragibe/PE
420	Endereço:	Address:
421	Rua Pedro de Paula Rocha, n. 792, Bairro Novo, Camaragibe/PE; Telefone: (81) 98765-4352; Perfil no Instagram: @espaco_darlengasparelly	Rua Pedro de Paula Rocha, no number - Bairro Novo, Camaragibe/PE; Phone number: (81) 98765-4352; Instagram profile: @espaco_darlengasparelly

422	EternamenteSOU – Espaço de Convivência para Idosos LGBT (São Paulo, SP)	EternamenteSOU – Espaço de Convivência para Idosos LGBT (EternamenteSOU – LGBT Senior Community Center), São Paulo/SP
423	Endereço:	Address:
424	Av. Vieira de Carvalho, n. 192 – Sobreloja 01 – República, São Paulo/SP, CEP 01210-010; Telefone: (11) 96843-1177; Perfil no Instagram: @eternamentesou; Site: <a href="https://eternamentesou.org/">https://eternamentesou.org/</a>	Av. Vieira de Carvalho, no number - 192 - Sobreloja 01 - República, São Paulo/SP, Postcode (CEP): 01210-010; Phone number: (11) 96843-1177; Instagram profile: @eternamentesou; More information is available on their website, <a href="https://eternamentesou.org/">https://eternamentesou.org/</a>
425	Hospital Universitário Cassiano Antônio de Moraes (Vitória, ES)	Hospital Universitário Cassiano Antônio de Moraes (Cassiano Antônio de Moraes University Hospital), Vitória/ES
426	Endereço:	Address:
427	Av. Mal. Campos, n. 1355 – Santos Dumont, Vitória/ES, CEP 29041-295; Telefone: (27) 3335-7100	Av. Mal. Campos, no number - 1355 - Santos Dumont, Vitória/ES, Postcode (CEP): 29041-295; Phone number: (27) 3335-7100
428	Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora (Juiz de Fora, MG)	Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora (University Hospital of the Federal University of Juiz de Fora), Juiz de Fora/MG
429	Endereço:	Address:
430	Rua Catulo Breviglieri, s/n. – Santa Catarina, Juiz de Fora/MG; Telefone: (32) 4009-5324	Rua Catulo Breviglieri, no number - Santa Catarina, Juiz de Fora/MG; Phone number: (32) 4009-5324
431	Hospital Universitário Professor Edgard Santos (Salvador, BA)	Hospital Universitário Professor Edgard Santos (Professor Edgard Santos University Hospital), Salvador/BA
432	Endereço:	Address:
433	Rua Dr. Augusto Viana, s/n – Canela, Salvador/BA, CEP 40301-155; Telefone: (71) 3283-8195	Rua Dr. Augusto Viana, no number - Canela, Salvador/BA, Postcode (CEP): 40301-155; Phone number: (71) 3283-8195
434	Igualdade RS – Associação de Travestis e Transexuais do Rio Grande do Sul (Porto Alegre, RS)	Igualdade RS – Associação de Travestis e Transexuais do Rio Grande do Sul (Igualdade RS - Transgender and Transvestite Association of Rio Grande do Sul), Porto Alegre/RS
435	Endereço:	Address:
436	R. Uruguai, n.	R. Uruguai, no number
437	300, Sala 1, Primeiro Andar – Centro Histórico, Porto Alegre/RS, CEP 90010-140; Telefone:	300, Room 1, First Floor - Historic City Center, Porto Alegre/RS, Postcode (CEP): 90010-140; Phone number:
438	(51) 3340-3874; E-mail: aigualdaders@hotmail.com	(51) 3340-3874; E-mail: aigualdaders@hotmail.com

439	Perfil no Instagram: @igualdaders.oficial; Perfil no Facebook: @AIgualdade	Instagram profile: @igualdaders.oficial; Facebook profile: @AIgualdade
440	Instituto Boa Vista (Recife, PE)	Instituto Boa Vista (Boa Vista Institute), Recife/PE
441	Endereço:	Address:
442	R. das Ninfas, n. 84-A – Soledade, Recife/PE, CEP 50070-055; Telefones:	R. das Ninfas, No. 84-A - Soledade, Recife/PE, Postcode (CEP): 50070-055; Phone numbers:
443	(81) 3072-9799 e 99893-8941;	(81) 3072-9799 and 99893-8941;
444	Perfil no Instagram: @institutoboavistape; Site: <a href="http://www.institutoboavista.org.br/">http://www.institutoboavista.org.br/</a>	Instagram profile: @institutoboavistape; More information is available on their website, <a href="http://www.institutoboavista.org.br/">http://www.institutoboavista.org.br/</a>
445	Instituto + Diversidade (Nacional)	Instituto + Diversidade (National)
446	E-mail: instituto@maisdiversidade.com.br; Perfil no Instagram: @institutomasdiversidade; Site: <a href="https://www.institutomasdiversidade.com.br">https://www.institutomasdiversidade.com.br</a>	E-mail: instituto@maisdiversidade.com.br; Instagram profile: @institutomasdiversidade; More information is available on their website, <a href="https://www.institutomasdiversidade.com.br">https://www.institutomasdiversidade.com.br</a>
447	Instituto Cultura, Arte e Memória LGBT+ (Brasília, DF)	Instituto Cultura, Arte e Memória LGBT+ (Culture, Art and LGBT+ Legacy Institute), Brasília/DF
448	Endereço:	Address:
449	SCS Quadra 4, Bloco A, Lote 170, Ed. Anápolis, Salas 301 e 302, Brasília/DF, CEP 70304-910; Telefone:	SCS Quadra 4, Building A, Lot 170, Ed. Anápolis, Rooms 301 and 302, Brasília/DF, Postcode (CEP): 70304-910; Phone number:
450	(61) 98362-6064; E-mail: contato@instituto.lgbt; Perfil no Instagram: @institutolgbt; Site: <a href="https://instituto.lgbt/">https://instituto.lgbt/</a>	(61) 98362-6064; E-mail: contato@instituto.lgbt; Instagram profile: @institutolgbt; More information is available on their website, <a href="https://instituto.lgbt/">https://instituto.lgbt/</a>
451	Instituto Transviver (Recife, PE)	Instituto Transviver (Transviver Institute), Recife/PE
452	Perfil no Instagram: @transviver; E-mail: transviverbr@gmail.com	Instagram profile: @transviver; E-mail: transviverbr@gmail.com
453	LGBT+ Movimento (Rio de Janeiro, RJ)	LGBT+ Movimento (LGBT+ Movement), Rio de Janeiro/RJ
454	Telefone:	Phone number:
455	(21) 98533-1879; E-mail: contato@lgbtmaismovimento.com.br; Perfil no Instagram: @lgbtmaismovimento; Perfil no Facebook:	(21) 98533-1879; E-mail: contato@lgbtmaismovimento.com.br; Instagram profile: @lgbtmaismovimento; Facebook profile: @lgbtmaismovimento; More

	@lgbtmaismovimento; Site: <a href="https://lgbtmaismovimento.com.br">https://lgbtmaismovimento.com.br</a>	information is available on their website, <a href="https://lgbtmaismovimento.com.br">https://lgbtmaismovimento.com.br</a>
456	Movimento D'ellas (Nacional)	Movimento D'ellas (D'ellas Movement), National
457	Telefones:	Phone number:
458	(21) 99854-8764, 3813-1960 e 3077-9119;	(21) 99854-8764, 3813-1960 and 3077-9119;
459	E-mail: movimentodellas@globo.com; Perfil no Facebook: @perfilMovimentoDELLAS; Site: <a href="http://www.movimentodellas.org.br">http://www.movimentodellas.org.br</a>	E-mail: movimentodellas@globo.com; Facebook profile: @perfilMovimentoDELLAS; More information is available on their website, <a href="http://www.movimentodellas.org.br">http://www.movimentodellas.org.br</a>
460	Nuamac Palmas – Núcleo Permanente LGBTQIA+ da Defensoria de Tocantins (Palmas, TO)	Nuamac Palmas – Núcleo Permanente LGBTQIA+ da Defensoria de Tocantins (Nuamac Palmas - Permanent LGBTQIA+ Center of the Tocantins Defenders' Office), Palmas/TO
461	Telefone:	Phone number:
462	(63) 3218-6951; E-mail: nuamac@defensoria.to.def.br	(63) 3218-6951; E-mail: nuamac@defensoria.to.def.br
463	Nuances – Grupo Pela Livre Expressão Sexual (Porto Alegre, RS)	Nuances – Grupo Pela Livre Expressão Sexual (Nuances - Group for Free Sexual Expression, Porto Alegre/RS)
464	Endereço:	Address:
465	R. Vigário José Inácio, n. 362 – Centro Histórico, Porto Alegre/RS, CEP 90020-100; E-mail: gruponuances@gmail.com; Perfil no Facebook: @nuanceslgbs; Site: <a href="http://nuances24.blogspot.com.br/">http://nuances24.blogspot.com.br/</a>	R. Vigário José Inácio, No. 362 - Historic City Center, Porto Alegre/RS, Postcode (CEP): 90020-100; E-mail: gruponuances@gmail.com; Facebook profile: @nuanceslgbs; More information is available on their website, <a href="http://nuances24.blogspot.com.br/">http://nuances24.blogspot.com.br/</a>
466	Núcleo de Acolhimento às Mulheres Amapaenses Lésbicas, Bissexuais, Transexuais e Intersexuais (Macapá, AP)	Núcleo de Acolhimento às Mulheres Amapaenses Lésbicas, Bissexuais, Transexuais e Intersexuais, (Amapá Women's Support Hub for Lesbian, Bisexual, Transgender, and Intersex Individuals), Macapá/AP
467	Endereço:	Address:
468	Rua São José, n. 1570, Centro, Macapá/AP, CEP 68.900-902 – sede da Secretaria Extraordinária de Políticas para as Mulheres (SEPM) de Macapá	Rua São José, No. 1570, Center, Macapá/AP, Postcode (CEP): 68.900-902 - Headquarters of the Extraordinary Secretariat for Women's Policies (SEPM) of Macapá
469	Retifica Trans (Nacional)	Retifica Trans (National)



470	Auxilia em procedimentos de retificação de nome e gênero nos cartórios e registros civis.	A project that provides assistance with changing name and gender records at civil registries and notary offices seeks to facilitate these important legal modifications with efficiency and care.
471	Perfil no Facebook: @retificatrans	Facebook profile: @retificatrans
472	Perfil no Instagram: retificatrans	Instagram profile: @retificatrans
473	TODXS (Nacional)	TODXS (National)
474	Aplicativo e site para auxiliar em denúncias de situações de LGBTfobia, bem como na empregabilidade de pessoas LGBTQIA+.	Platform and Website to Help Report LGBT+ Harassment and Boost Employment for queer people.
475	E-mail: contato@todxs.org; Perfil no Instagram: @todxsbrasil; Site: <a href="https://www.todxs.org/">https://www.todxs.org/</a>	E-mail: contato@todxs.org; Instagram profile: @todxsbrasil; More information is available on their website, <a href="https://www.todxs.org/">https://www.todxs.org/</a>
476	Transempregos (Nacional)	Transempregos (National)
477	Conecta profissionais trans e travestis a empresas que querem investir em diversidade.	It matches transgender and transvestite professionals with companies committed to diversity.
478	Site: <a href="https://www.transempregos.org/">https://www.transempregos.org/</a>	More information is available on their website, <a href="https://www.transempregos.org/">https://www.transempregos.org/</a>
479	E-mail: transempregosbrasil@gmail.com	E-mail: transempregosbrasil@gmail.com
480	TransVest (Belo Horizonte, MG)	TransVest (Belo Horizonte/MG)
481	Endereço:	Address:
482	Edifício Arcângelo Maletta – R. da Bahia, n. 1148 – Centro, Belo Horizonte/MG; Perfil no Instagram: @ongtransvest	Arcângelo Maletta Building – R. da Bahia, No. 1148 – Center, Belo Horizonte/MG; Instagram profile: @ongtransvest
483	AÇÕES, ATENDIMENTOS E PESQUISAS COM ENFOQUE EM SAÚDE	HEALTH-FOCUSED ACTIONS, SERVICES, AND RESEARCH
484	Abrasco – Associação Brasileira de Saúde Coletiva Bloco A – Saúde da Mulher (DF)	Abrasco – Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Brazilian Association of Collective Health) Bloco A – Saúde da Mulher (Bloco A - Women’s Healthcare), Brasília/DF
485	Centro Paranaense da Cidadania – CEPAC (PR) Coletiva Adelaides – Feminismos e Saúde Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde (SP) Rede Feminista de Saúde – RFS	Centro Paranaense da Cidadania – CEPAC, (Paranaense Center for Citizenship – CEPAC), Curitiba/PR Coletiva Adelaides – Feminismos e Saúde (Adelaides Collective – Feminism and Healthcare) Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, (Feminist Collective for

		Sexuality and Healthcare), São Paulo/SP Rede Feminista de Saúde – RFS (Feminist Healthcare Alliance – RFS)
486	COLETIVOS, MOVIMENTOS SOCIAIS E ORGANIZAÇÕES PARA ENGAJAMENTO POLÍTICO	GROUPS, SOCIAL MOVEMENTS, AND ORGANIZATIONS FOR POLITICAL ACTIVISM
487	ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos	Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos – ABGLT (The Brazilian Lesbian, Gay, Bisexual, Transvesti, Transgender, and Intersex Association – ABGLT)
488	ABIA – Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids	Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids – ABIA (The Brazilian Interdisciplinary AIDS Association – ABIA)
489	ABMLBTI – Associação Brasileira de Mulheres Lésbicas, Bissexuais, Transexuais e Intersexo	Associação Brasileira de Mulheres Lésbicas, Bissexuais, Transexuais e Intersexo – ABMLBTI (Brazilian Association of Lesbian, Bisexual, Transsexual and Intersex Women – ABMLBTI)
490	ABONG – Associação Brasileira de ONGs	Associação Brasileira de ONGs – ABONG (Brazilian Association of NGOs – ABONG)
491	Ação Educativa – Assessoria, Pesquisa e Informação	Ação Educativa – Assessoria, Pesquisa e Informação (Educational Action – Advisory, Research, and Information)
492	ADEH – Associação em Defesa dos Direitos Humanos com enfoque na população TLGB (SC)	Associação em Defesa dos Direitos Humanos com enfoque na população TLGB – ADEH, (Human Rights Association Focused on the TLGB Community), Florianópolis/SC
493	ADIBA – Associação de Diversidade e Inclusão da Bahia (BA) Anis – Instituto de Bioética	Associação de Diversidade e Inclusão da Bahia - ADIBA (Diversity and Inclusion Association of Bahia), Salvador/BA Anis - Instituto de Bioética (Anis - Bioethics Institute)
494	Aliança Nacional LGBTI+	Aliança Nacional LGBTI+ (National LGBTI+ Alliance)
495	ABL – Articulação Brasileira de Lésbicas	Articulação Brasileira de Lésbicas (Brazilian Lesbian Alliance) - ABL
496	ANADEP – Associação Nacional de Defensoras e Defensores Públicos ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais	Associação Nacional de Defensoras e Defensores Públicos – ANADEP (National Association of Public Defenders – ANADEP) Associação Nacional de Travestis e

		Transexuais – ANTRA (National Association of Transvestites and Transsexuals – ANTRA)
497	APOGLBT – Associação da Parada do Orgulho GLBT de São Paulo (SP)	Associação da Parada do Orgulho GLBT de São Paulo – APOGLBT (São Paulo GLBT Pride Parade Association), São Paulo/SP
498	ARTIGO 19	ARTICLE 19
499	Associação Coturno de Vênus (DF) Associação Manifesta LGBT+ (AM)	Associação Coturno de Vênus – (Coturno de Vênus Association), Brasília/DF Associação Manifesta LGBT+ (Manifesta LGBT+ Association), Manaus/AM
500	Astra Direitos Humanos e Cidadania LGBT (SE) CFEMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria	Astra Direitos Humanos e Cidadania LGBT (Astra LGBT Human Rights and Citizenship), Aracaju/SE Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Feminist Center for Research and Advocacy – CFEMEA), National
501	Centro Paranaense da Cidadania – CEPAC (PR) Coletiva Adelaides – Feminismos e Saúde Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde (SP)	Centro Paranaense da Cidadania – CEPAC (Paranaense Center for Citizenship – CEPAC), Curitiba/PR Adelaides Collective – Feminism and Adelaides – Feminismos e Saúde Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde (Healthcare Feminist Collective for Sexuality and Health), São Paulo/SP
502	ADEH – Associação em Defesa dos Direitos Humanos com enfoque na população TLGB (SC)	Associação em Defesa dos Direitos Humanos com enfoque na população TLGB – ADEH, (Human Rights Association Focused on the TLGB Community), Florianópolis/SC
503	Clínica Cravinas – Prática Jurídica em Direitos Humanos e Direitos Sexuais e Reprodutivos da Universidade de Brasília (DF)	Clínica Cravinas – Prática Jurídica em Direitos Humanos e Direitos Sexuais e Reprodutivos da Universidade de Brasília, (Cravinas Clinic - Human Rights and Sexual and Reproductive Rights Legal Clinic at the University of Brasília), Brasília/DF
504	Coalizão Negra por Direitos Coletivo Amazônico LesBiTrans (PA) Coletivo Cássia (PR)	Coalizão Negra por Direitos (Black Coalition for Rights) - National Coletivo Amazônico LesBiTrans (Amazonian LesBiTrans Group), Belém/PA Coletivo Cássia, (Cássia Collective), Curitiba/PR
505	Coletivo Distrito Drag (DF) Coletivo Sapato Preto (PA)	Coletivo Distrito Drag (Drag District Group), Brasília/DF

		Coletivo Sapato Preto (Sapato Preto Collective), Belém/PA
506	Comissão Especial de Diversidade Sexual e Gênero da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB Federal	Comissão Especial de Diversidade Sexual e Gênero da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB Federal (The Commission for Sexual and Gender Diversity at the Brazilian Bar Association - OAB Federal)
507	Comissões Estaduais de Diversidade Sexual e de Gênero da OAB Comissão Nacional de Acesso à Justiça da OAB Federal Comissão Nacional de Direitos Humanos da OAB Federal	Comissões Estaduais de Diversidade Sexual e de Gênero da OAB (State Commissions on Sexual and Gender Diversity of the OAB), National Comissão Nacional de Acesso à Justiça da OAB Federal (National Commission on Access to Justice of the OAB Federal), National Comissão Nacional de Direitos Humanos da OAB Federal (National Commission on Human Rights of the OAB Federal), National
508	Comitê Latino-Americano e do Caribe pelos Direitos da Mulher – CLADEM Brasil	Comitê Latino-Americano e do Caribe pelos Direitos da Mulher – CLADEM (The Latin American and Caribbean Committee for the Defense of Women's Rights – CLADEM), Brazil
509	Conectas Direitos Humanos CRIOLA	Conectas Direitos Humanos (Conectas Human Rights), São Paulo/SP) CRIOLA, (Rio de Janeiro/RJ)
510	Espaço Paranaense da Diversidade LGBT – Epad/LGBT (PR) Geledés – Instituto da Mulher Negra	Espaço Paranaense da Diversidade LGBT (Paranaense LGBT Diversity Center – Epad/LGBT), Curitiba/PR The Geledés – Instituto da Mulher Negra (Geledés Black Woman Institute), São Paulo/SP)
511	Grupo Arco-Íris (RJ) Grupo Dignidade (PR)	Grupo Arco-Íris (Rainbow Group), Rio de Janeiro/RJ Grupo Dignidade (Dignity Group), Curitiba/PR
512	Grupo Gay de Alagoas (AL) Grupo Gay da Bahia (BA) Instituto Alziras	Grupo Gay de Alagoas (Alagoas Gay Group), Maceió/AL Grupo Gay da Bahia (Bahia Gay Group), Salvador/BA Instituto Alziras, (Alziras Institute) National
513	Instituto Brasileiro de Ciências Criminais – IBCCRIM Instituto Brasileiro de Diversidade Sexual – IBDSEX Instituto Cultura, Arte e Memória LGBT+ (DF)	Instituto Brasileiro de Ciências Criminais - IBCCRIM (Brazilian Institute of Criminal Sciences – IBCCRIM), National Instituto Brasileiro de Diversidade Sexual – IBDSEX, (Brazilian Institute

	Instituto de Juristas Brasileiras – IJB	of Sexual Diversity – IBDSEX), Instituto Cultura, Arte e Memória LGBT+ (National Culture, Art, and LGBT+ Legacy Institute), Brasília/DF Instituto de Juristas Brasileiras – IJB (Institute of Brazilian Jurists – IJB), National
514	Instituto Marielle Franco – IMF	Instituto Marielle Franco – IMF (Marielle Franco Institute – IMF)
515	Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC Liga Brasileira de Lésbicas – LBL	Instituto Terra, Trabalho e Cidadania – ITTC (Land, Work, and Citizenship Institute – ITTC), São Paulo/SP Liga Brasileira de Lésbicas - LBL (The Brazilian Lesbian League), São Paulo/SP
516	Mães pela Diversidade	Mães pela Diversidade (Mothers for Diversity)
517	Mulheres Negras Decidem – MND NÓS: Dissidências Feministas (RJ)	Mulheres Negras Decidem – MND (Black Women Decide – MND), Rio de Janeiro/RJ NÓS: Dissidências Feministas (NÓS: Feminist Dissidence), Rio de Janeiro/RJ
518	Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT+ da Universidade Federal de Minas Gerais – NUH/UFGM	Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT+ da Universidade Federal de Minas Gerais - NUH/UFGM (LGBT+ Human Rights and Citizenship Center at the Federal University of Minas Gerais - NUH/UFGM), Belo Horizonte/MG
519	Observatório de Políticas Públicas LGBTI+ do Maranhão (MA) ONG Construindo Igualdade (RS)	Observatório de Políticas Públicas LGBTI+ do Maranhão (Observatory of LGBTI+ Public Policies of Maranhão), São Luiz/MA ONG Construindo Igualdade (NGO Building Equality), Caxias do Sul/RS
520	PROMSEX – Centro de Promoción y Defensa de los Derechos Sexuales e Reproductivos (Peru)	Centro de Promoción y Defensa de los Derechos Sexuales e Reproductivos, Peru – PROMSEX (Center for the Promotion and Defense of Sexual and Reproductive Rights – PROMSEX)
521	Synergía – Initiatives for Human Rights (Argentina, Itália, Holanda, Nigéria, Paraguai, Turquia e Estados Unidos da América)	Synergía - Initiatives for Human Rights (Argentina, Italy, Netherlands, Nigeria, Paraguay, Turkey, and United States of America)
522	INSTITUIÇÕES	ACTIVE INSTITUTIONS
523	Também não podemos nos esquecer das instituições que atuam, incansavelmente, pela	We must also remember the institutions that work tirelessly to defend everyone's rights,

	defesa dos direitos de todas as pessoas,	
524	especial das que enfrentam maior vulnerabilidade socioeconômica, como a população LGBTQIA+.	especially those who face greater socioeconomic vulnerability, such as the LGBTQIA+ community.
525	Abaixo, segue uma listagem das principais, com uma breve explicação das áreas em que atuam e de como podem auxiliar na situação vivenciada por você ou alguém que conheça.	Here is a list of key organizations, along with a short summary of their services and how they can assist you or someone you know.
526	DEFENSORIA PÚBLICA	THE FEDERAL PUBLIC DEFENDERS' OFFICE
527	A Defensoria Pública é uma instituição permanente e cuja função é oferecer, às pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, de forma integral e gratuita, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus judiciais e extrajudiciais, dos direitos individuais e coletivos.	The Federal Public Defenders' Office is a permanent body dedicated to providing free and complete legal services to people facing socioeconomic hardship. It offers legal advice, advocates for human rights, and represents individuals and groups in all judicial and non-judicial matters.
528	Cabe às defensoras e aos defensores orientar as cidadãs e os cidadãos, defendendo seus interesses e direitos em âmbito estadual ou federal.	Public defenders are responsible for guiding and protecting citizens' rights and interests, whether at the state or federal level.
529	Um dos principais trabalhos desenvolvidos pelas Defensorias é a conciliação entre as partes.	A key role of public defenders is to facilitate negotiations between the parties involved.
530	Em alguns casos, o aconselhamento já tira as dúvidas da pessoa necessitada e a ação judicial não precisa acontecer.	Sometimes, providing advice resolves the person's doubts, and legal action may not be necessary.
531	A Defensoria Pública da União atua na Justiça Federal, Justiça do Trabalho, Justiça Eleitoral, nos Tribunais Superiores e instâncias administrativas da União.	The Federal Public Defenders' Office serves the Federal Judiciary, Labor Courts, Electoral Courts, the Supreme Courts, and federal administrative bodies while.
532	Já as Defensorias Estaduais atuam nos tribunais de justiça estaduais.	The State Public Defenders operate within state courts.
533	DEFENSORIAS PÚBLICAS ESTADUAIS (DPES)	STATE-LEVEL PUBLIC DEFENDERS' OFFICES (DPES)
534	As Defensorias Públicas Estaduais não têm vínculo com o governo.	State Public Defender Offices are independent from the government.

535	Sua autonomia é prevista pela Constituição Federal, sendo uma garantia para que defensoras e defensores possam representar os direitos da população sem qualquer tipo de constrangimento.	The Federal Constitution provides for their autonomy, which guarantees that public defenders can advocate for people's rights without any kind of pressure.
536	Em todas as atuações, cada membra/o da Defensoria possui independência funcional para seguir livremente sua convicção.	In all their work, each public defender is free to make decisions based on their own convictions.
537	Nesta página do CNJ, é possível acessar a lista de Defensorias Públicas nos estados com os respectivos telefones: <a href="https://www.cnj.jus.br/poder-judiciario/defensoria-publica/">https://www.cnj.jus.br/poder-judiciario/defensoria-publica/</a> .	You can find a list of Public Defenders' Offices and their contact numbers for each state on this CNJ page: <a href="https://www.cnj.jus.br/poder-judiciario/defensoria-publica/">https://www.cnj.jus.br/poder-judiciario/defensoria-publica/</a> .
538	Para mais informações, clique no nome da Defensoria correspondente.	For more information, click on the name of the Public Defenders' Office you're interested in.
539	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO (DPU)	THE FEDERAL PUBLIC DEFENDERS' OFFICE (DPU)
540	Como já dito no início desta cartilha, a Defensoria Pública da União, também conhecida como DPU, atua em diversas espécies de casos federais, sempre na defesa de pessoa ou grupo em situação de vulnerabilidade socioeconômica.	As we mentioned at the start of this booklet, the Federal Public Defender's Office, also known as the DPU, works on various federal cases, always defending those in socioeconomic hardship.
541	De maneira resumida, a DPU atende situações que envolvem a União ou órgãos públicos federais.	In short, the DPU deals with issues involving the federal government or federal agencies.
542	Alguns exemplos são benefícios previdenciários e assistenciais pagos pelo INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), como aposentadorias, auxílio-doença, pensão por morte e benefício assistencial (BPC-Loas); exames, remédios e tratamentos de saúde não fornecidos pelo poder público; crimes federais; questões de moradia e educação federal; direitos de pessoas migrantes e refugiadas; dificuldades ligadas a órgãos federais como Correios, Caixa Econômica, Incra, Ibama	Some examples include social security and welfare benefits managed by the National Institute of Social Security (Instituto Nacional do Seguro Social - INSS). This encompasses pensions (aposentadorias), sickness benefits (auxílio-doença), survivor pensions (pensão por morte), and the Beneficiary Assistance Program (BPC-Loas). Additionally, there are issues like medical exams, prescriptions, and healthcare treatments not covered by public services. The scope also includes federal crimes, housing and education matters, and rights related to migrants and refugees. Furthermore, it involves

	etc.; seguro-desemprego; e temas de direitos humanos.	dealing with problems related to federal agencies such as the Post Office (Correios), the Federal Savings Bank (Caixa Econômica), Incra, and Ibama. Lastly, it covers unemployment benefits (seguro-desemprego) and various human rights topics.
543	Todas as nossas atribuições estão detalhadas no site <a href="https://www.dpu.def.br/">https://www.dpu.def.br/</a>	You can find a detailed list of our duties on the website <a href="https://www.dpu.def.br/">https://www.dpu.def.br/</a>
544	A DPU também defende, de forma coletiva, pessoas que enfrentam problemas com políticas públicas, como questões relacionadas a ações afirmativas, ou grupos que estão em situação de vulnerabilidade agravada, a exemplo da população LGBTQIA+, de pessoas indígenas e negras.	The DPU also provides collective advocacy for people facing issues with public policies. This includes matters related to affirmative actions and groups experiencing heightened vulnerability, such as the LGBTQIA+ community, indigenous peoples, and black individuals.
545	É o que você pode entender melhor acessando <a href="https://direitoshumanos.dpu.def.br/">https://direitoshumanos.dpu.def.br/</a>	To find out more, check: <a href="https://direitoshumanos.dpu.def.br/">https://direitoshumanos.dpu.def.br/</a>
546	Como parte dessas atribuições, a DPU criou grupos de trabalho (GTs) para aprimorar a defesa de populações específicas, a elas prestando assistência jurídica integral e gratuita de forma prioritária.	As part of its responsibilities, the DPU has established working groups (GTs) to enhance the defense of specific populations, providing them with prioritized comprehensive and free legal assistance.
547	Atualmente, os GTs em atividade são os seguintes: [i] Comunidades Tradicionais; [ii] Comunidades Indígenas; [iii] Assistência e Proteção à Vítima de Tráfico de Pessoas; [iv] Garantia à Segurança Alimentar e Nutricional; [v] Assistência às Trabalhadoras e aos Trabalhadores Resgatados de Situação de Escravidão; [vi] Pessoas em Situação de Prisão e Enfrentamento à Tortura; [vii] Mulheres; [viii] Migrações, Apatridia e Refúgio; [ix] Rua; [x] Catadoras e Catadores; [xi] Saúde; [xii] Moradia e Conflitos Fundiários; e [xiii] Identidade de Gênero e Cidadania LGBTI –	The active working groups (GTs) at present include: [i] Traditional Communities; [ii] Indigenous Communities; [iii] Victim Support and Protection for Human Trafficking; [iv] Food and Nutritional Safety; [v] Support for Workers Rescued from Forced Labor; [vi] Prisoners and Anti-Torture Initiatives; [vii] Women; [viii] Migration, Statelessness, and Refugee Issues; [ix] People in street situation; [x] Waste Workers; [xi] Health Services; [xii] Housing and Land Conflicts; and [xiii] Gender Identity and LGBTI Rights – Lesbians, Gays, Bisexuals, Transgender, and Intersex Individuals.



	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Pessoas Trans e Intersexuais.	
548	Para entender melhor a estrutura e o funcionamento dos GTs, você pode clicar aqui ou acessar: <a href="https://www.dpu.def.br/images/stories/Infoleg/2018/03/13/PORTARIA_200.pdf">https://www.dpu.def.br/images/stories/Infoleg/2018/03/13/PORTARIA_200.pdf</a>	To better understand the structure and operation of the workgroups, you can click here or check: <a href="https://www.dpu.def.br/images/stories/Infoleg/2018/03/13/PORTARIA_200.pdf">https://www.dpu.def.br/images/stories/Infoleg/2018/03/13/PORTARIA_200.pdf</a>
549	E apesar de as nossas intenções serem positivas, dúvidas, incômodos, insatisfações ou até mesmo ideias de melhoria podem surgir durante o nosso atendimento.	While our goals are positive, you may have questions, face inconveniences, feel dissatisfied, or even come up with ideas for improvement during our assistance.
550	Nessas situações, recomendamos que você procure o “Fale Conosco”, canal de comunicação entre a Defensoria Pública da União (DPU) e as cidadãs e os cidadãos.	In these cases, it is recommended to use 'Contact Us,' which is the communication channel between the Federal Public Defender's Office (DPU) and citizens.
551	Nele, você pode obter informações, elogiar, reclamar e enviar sugestões.	You can use it to get information, leave compliments, make complaints, and provide suggestions.
552	Para acessá-lo, o link é: <a href="https://www.dpu.def.br/fale-conosco">https://www.dpu.def.br/fale-conosco</a> .	You can check at: <a href="https://www.dpu.def.br/fale-conosco">https://www.dpu.def.br/fale-conosco</a> .
553	Por fim, para também fortalecer a boa relação entre a Defensoria Pública e a sociedade, em maio de 2021 foi instituída a Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública da União.	Finally, to further strengthen the positive relationship between the Federal Public Defenders' Office and the community, the Ombudsman Office of the Federal Public Defenders' Office was established in May 2021.
554	Ainda em fase de estruturação, será um canal específico para a apresentação de sugestões, reclamações, denúncias, críticas, elogios, obtenção de informações e acompanhamento das ações desenvolvidas pela instituição.	Currently being developed, it will act as a specific channel for presenting suggestions, complaints, reports, criticisms, and compliments, as well as for obtaining information and tracking the institution's activities.
555	Assim, a Ouvidoria terá como finalidade buscar a consolidação da cidadania e elevar os padrões de transparência e qualidade dos serviços prestados pela DPU.	The Ombudsman Office is designed to enhance citizenship and elevate the levels of transparency and service quality provided by the DPU.
556	Você pode saber mais acessando <a href="https://www.dpu.def.br/contatos/201-memoria/estrutura-organizacional/30194-a-ouvidoria">https://www.dpu.def.br/contatos/201-memoria/estrutura-organizacional/30194-a-ouvidoria</a> .	To find out more, go to: <a href="https://www.dpu.def.br/contatos/201-memoria/estrutura-organizacional/30194-a-ouvidoria">https://www.dpu.def.br/contatos/201-memoria/estrutura-organizacional/30194-a-ouvidoria</a> .
557	MINISTÉRIO PÚBLICO	THE PROSECUTION OFFICE

558	De acordo com a Constituição Federal de 1988, o Ministério Público representa uma das funções essenciais à Justiça, cabendo a ele:	As outlined in the Federal Constitution of 1988, the Prosecution Office is one of the key institutions of the justice system and it is responsible for:
559	a defesa dos direitos sociais e individuais indisponíveis;	the protection of inalienable social and individual interests;
560	a defesa da ordem jurídica e	the defense of the legal order and
561	a defesa do regime democrático.	the defense of the democratic regime.
562	O Ministério Público brasileiro é composto pelos Ministérios Públicos nos estados (atuam perante a Justiça estadual) e pelo Ministério Público da União (MPU).	The Prosecution Office consists of the State Public Ministries, which handle cases in state courts, and the Prosecution Office of the Union (MPU).
563	Este, por sua vez, possui quatro ramos:	The Prosecution Office of the Union (MPU) is divided into four distinct branches:
564	[i] Ministério Público Federal (MPF), [ii] Ministério Público do Trabalho (MPT), [iii] Ministério Público Militar (MPM) e [iv] Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT).	[i] the Federal Prosecution Office (MPF), [ii] the Labor Prosecution Office (MPT), [iii] the Military Prosecution Office (MPM), and [iv] the Prosecution Office of the Federal District and the Territories (MPDFT).
565	Genericamente, entende-se por indisponível o direito que se relaciona a um interesse público, como o direito à vida.	Generally speaking, an inalienable right is one that relates to a public interest, such as the right to life.
566	Ou seja, são direitos pelos quais seus titulares não têm qualquer poder de disposição, por serem intrínsecos à existência humana.	In other words, these are rights over which holders have no power of disposal, as they are intrinsic to human existence.
567	O MPF atua na Justiça Federal, em causas nas quais a Constituição considera haver interesse da União.	The Federal Prosecution Office acts in the Federal Courts in matters where the Constitution recognizes a federal interest.
568	A atuação do MPF ocorre perante o Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça, o Tribunal Superior Eleitoral, os tribunais regionais federais, os juízos federais e eleitorais, nos casos regulamentados pela Constituição e pelas leis federais.	The Federal Prosecution Office engages with the Supreme Federal Court, the Superior Court of Justice, the Superior Electoral Court, regional federal tribunals, and federal and electoral courts, in cases governed by the Constitution and federal regulations.
569	O MPF também age de forma preventiva, extrajudicialmente, quando atua por meio de recomendações, audiências públicas e promove acordos nos	It also acts preventively and out of court by issuing recommendations, holding public hearings, and facilitating agreements through Conduct Adjustment Agreements (TAC).

	Termos de Ajuste de Conduta (TAC).	
570	Para mais informações, você pode acessar <a href="https://www.mpf.mp.br/o-mpf/sobre-o-mpf/sobre-o-mpf-1">https://www.mpf.mp.br/o-mpf/sobre-o-mpf/sobre-o-mpf-1</a>	You can check more information at: <a href="https://www.mpf.mp.br/o-mpf/about-o-mpf/about-o-mpf-1">https://www.mpf.mp.br/o-mpf/about-o-mpf/about-o-mpf-1</a>
571	Busca dar proteção aos direitos fundamentais e sociais das cidadãs e dos cidadãos diante de ilegalidades praticadas na área trabalhista.	It aims to protect the fundamental and social rights of individuals in the face of illegal practices in the labor sector.
572	Você pode ter informações mais detalhadas em: <a href="https://mpt.mp.br/">https://mpt.mp.br/</a>	You can find out more information at: <a href="https://mpt.mp.br/">https://mpt.mp.br/</a>
573	Atua na apuração dos crimes militares, no controle externo da atividade policial judiciária militar e na instauração do inquérito civil para a proteção dos direitos constitucionais no âmbito da administração militar.	Thus, it is responsible for investigating military crimes, supervising the activities of military judicial police, and conducting civil inquiries to protect constitutional rights within the military administration.
574	Se tiver interesse, saiba mais aqui: <a href="https://www.mpm.mp.br/">https://www.mpm.mp.br/</a>	For more information, please visit here: <a href="https://www.mpm.mp.br/">https://www.mpm.mp.br/</a>
575	É responsável por fiscalizar as leis e defender os interesses da sociedade do Distrito Federal e dos Territórios.	The MPDFT is responsible for overseeing the laws and protecting the interests of the people in the Federal District and Territories.
576	Conheça melhor as atuações do MPDFT: <a href="https://www.mpdft.mp.br/portal/">https://www.mpdft.mp.br/portal/</a>	You can learn more about MPDFT's work at: <a href="https://www.mpdft.mp.br/portal/">https://www.mpdft.mp.br/portal/</a>
577	O Ministério Público Estadual (MPE) é o órgão responsável pela função jurisdicional dos estados brasileiros.	The State Public Ministries (MPE) is responsible for judicial matters in the Brazilian states.
578	O MPE possui atribuições como a defesa da democracia, da ordem jurídica e dos interesses sociais e individuais que sejam indisponíveis, como o próprio direito à vida.	Thus, the MPE is tasked with defending democracy, ensuring legal order, and protecting fundamental social and individual rights that are inalienable, such as the right to life.
579	Por não fazer parte de nenhum dos três poderes federativos (Executivo, Legislativo e Judiciário) do Brasil, o Ministério Público atua de forma autônoma e independente.	Since it is not affiliated with any of Brazil's three government branches (Executive, Legislative, or Judicial), the Public Prosecutor's Office functions autonomously and independently.
580	Essa autonomia diz respeito tanto à parte administrativa quanto de funcionamento, garantindo melhores condições à correta	This independence covers both administrative and operational functions, providing better conditions

	fiscalização do cumprimento da lei.	for proper monitoring of law enforcement.
581	O Disque 100 é o canal de denúncias do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania – MDHC, criado para receber, analisar e encaminhar denúncias de violações de direitos humanos.	<i>Disque 100</i> is the Ministry of Human Rights and Citizenship's (MDHC) hotline for reporting, created to collect, analyze, and process complaints of human rights abuses.
582	Funciona 24 horas por dia, incluindo sábados, domingos e feriados, atende todo o Brasil e disponibiliza um setor específico para tratar de discriminação e violência contra pessoas LGBTQIA+.	Available 24/7, including Saturdays, Sundays, and holidays, it covers all of Brazil and features a special unit for handling discrimination and violence against LGBTQIA+ people.
583	As ligações são gratuitas e podem ser efetuadas de qualquer aparelho telefônico fixo ou móvel (celular), bastando discar/digitar 100.	Calls are free and can be made from any landline or mobile phone by dialing 100.
584	O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania ainda oferece outras duas opções para registro de denúncias: o aplicativo Proteja Brasil e a Ouvidoria Online.	The Ministry of Human Rights and Citizenship provides two other options for reporting complaints: the Proteja Brasil app and the Online Ombudsman Service.
585	Para utilizar o Proteja Brasil, você precisa fazer o download gratuito do aplicativo, disponível para iOS e Android.	To use <i>Proteja Brasil</i> , an app designed to facilitate the reporting of violence against children and adolescents, you need to download the free app, available for both iOS and Android.
586	Se preferir a Ouvidoria Online, deve ser preenchido o formulário disponível em <a href="http://www.humanizaredes.gov.br/ouvidoria-online/">http://www.humanizaredes.gov.br/ouvidoria-online/</a>	If you prefer the Online Ombudsman Service, you should fill out the form available at: <a href="http://www.humanizaredes.gov.br/ouvidoria-online/">http://www.humanizaredes.gov.br/ouvidoria-online/</a>
587	As denúncias registradas pelo Proteja Brasil ou pela Ouvidoria Online serão recebidas pela mesma central de atendimento.	Complaints registered through Proteja Brasil or the Online Call Service will be received by the same call center.
588	Para acompanhar o andamento, ligue para o Disque 100 em qualquer aparelho telefônico e forneça os dados de registro da denúncia.	To check the status, dial 100 using any phone and provide the details of your report.
589	Informações mais detalhadas podem ser encontradas em: <a href="https://www.gov.br/mdh/pt-br/disque100">https://www.gov.br/mdh/pt-br/disque100</a>	Find more detailed information at: <a href="https://www.gov.br/mdh/en-br/disque100">https://www.gov.br/mdh/en-br/disque100</a>

590	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO	THE FEDERAL PUBLIC DEFENDERS' OFFICE
591	DPU	DPU